



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/2026

(Mandato 2025/2029)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de junho de dois mil e vinte e seis, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Maria José Vieira Teodoro Moreno*

Primeiro Secretário – *Edgar Manuel Rodrigues Fragoso*

Segundo Secretário – *Daniela Filipa Lopes Artilheiro em substituição (Margarida Rosa Fortuna Parra Pires)*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal do pedido de substituição do Deputado Municipal Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Elisabete de Jesus Martinho Fernandes Choupina, João Manuel Rodrigues Alves, Maria da Conceição Caseiro Xavier Fernandes, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, David da Silva Martins, Elisabete Vilares Alves, Beatriz Isabel Mata Pires, Maria Cristina Branco Miranda de Carvalho Neto, João Nuno Ferreira Pires, *que foram substituídos respetivamente, por Luís Carlos Veigas Lino, José Joaquim dos Santos, Beatriz Justo Lopes Pereira, Carlos Alberto Moreira da Silva Azevedo, Paula Cristina Ferreira Martins, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Maria de Lurdes Ranção Rodrigues, Rui Manuel Peredo Ricardo e Belisa Ferreira.* -----

Faltaram por motivos justificado os Deputados Municipais Maria de Lurdes Ranção Rodrigues, Carlos Alberto Moreira da Silva Azevedo, Camilo António Morais e Daniela Sá Afonso. -----

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Cláudia Maria Trinchete Peludo.* -----



Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Amendoim, Francisco Inácio Oliveira, fez-se substituir pela Secretária da Junta de Freguesia, Sónia Cristina dos Anjos Pereira. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio David Ramos Borges e os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires e Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca e os Vereadores em regime de não permanência Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues e Paulo José Castro Rogão. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 57 Deputados Municipais: Maria José Vieira Teodoro Moreno, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Paula Cristina Ferreira Martins, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Valdemar José da Cruz Salselas, Luís Pedro Moraes Dias, Diana Isabel Barreira Alves, Rui Manuel Peredo Ricardo, Daniela Filipa Lopes Artilheiro, Sérgio Ricardo Dias Lameiras, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Beatriz Justo Lopes Pereira, Jorge Orlando Pires Asseiro, Celina da Conceição de Sá Martins, Alfredo Carlos Preto Fernandes, Isabel Maria Faustino Carvalho, Manuel António de Sá Mico, Sandra Cristina Baptista Matos, Eurico José Gonçalves Afonso, Luís Carlos Veigas Lino, Luís Miguel Pereira Vaz, Luís Miguel Oliveira Pires Cabral, Daniela de Almeida Rebelo, Luís Carlos Veigas Lino, José Joaquim dos Santos, Belisa Ferreira, Victor Manuel de Almeida Nunes dos Santos, Sónia Cristina dos Anjos Pereira, Mickael Martins Silva, Carlos Manuel Pinheiro Martins, Andreia Isabel Moraes Eugénio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Moraes, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Diogo André Pires Ruivo, Miguel Ângelo Caseiro, José David Veiga Vaz, Ramiro Borges Valadar, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ivan Luís Sequeira Ramalho, Emanuel de Jesus Pinto Nascimento, Jorge Luís Pinto, Teresa Assunção Pereira, António Benedito Falcão Lopes, Carla Alexandra Dias Miranda, Ulisses Jaime Sá dos Santos, Patrick Alexandre da Silva Machado, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, Natália da Graça da Costa Carrazedo, Rufino Xavier Lopes e Maria Cristina Moura Regente. -----

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à



m/m
[Handwritten signature]

sessão para consulta. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 28 de abril de 2026, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com a abstenção dos membros que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

- APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE TELEASSISTENCIA – ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO A CARGO DO MAJOR HERNÂNI MARTINS, CHEFE SOTRP DA GNR. -----

Presente o Major da GNR **Hernâni Martins** que fez a apresentação supra referida. ----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** que fez a seguinte intervenção “ Começo por agradecer ao Sr. Major, Hernâni Martins pela sua apresentação tão esclarecedora, pois como verificaram, hoje trazemos a esta Assembleia um tema que fala diretamente daquilo que deve ser a essência da política local, cuidar das pessoas. -----

Falamos da teleassistência, e quando estamos a falar da teleassistência, não estamos apenas a discutir um equipamento, um serviço ou uma medida administrativa, estamos a falar de vidas humanas, estamos a falar de homens e mulheres que ajudaram a construir o nosso Concelho, que trabalharam a vida inteira, que criaram famílias, que contribuíram para o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros e que merecem viver esta fase da sua vida com segurança, dignidade e proteção. -----

A realidade do nosso Concelho é conhecida de todos. Macedo de Cavaleiros é um território profundamente marcado pelo envelhecimento da população. Mais de um terço dos nossos residentes têm 65 anos ou mais. O índice de envelhecimento ultrapassa largamente a média Nacional. Em muitas das nossas Freguesias, a população idosa representa uma parte muito significativa dos habitantes. Mas estes números não são apenas estatísticas, por detrás de cada número existe uma pessoa, existe uma mãe que vive sozinha numa aldeia, existe um viúvo que já não tem familiares por perto, existe um idoso que passa dias inteiros sem falar com ninguém, existe quem viva com receio de uma queda, de uma doença súbita ou de uma emergência sem ter a quem recorrer. E é precisamente por conhecermos esta realidade que entendemos que não podemos ficar indiferentes. A política só faz sentido quando responde aos problemas concretos das pessoas. -----



Foi por isso que durante a nossa campanha eleitoral assumimos o compromisso de implementar uma resposta da teleassistência no nosso Concelho. Portanto, não foi uma promessa feita por acaso, foi uma proposta construída a partir da escuta das pessoas, da observação da realidade do território e da convicção de que o Município deve estar ao lado de quem mais precisa. Hoje temos a satisfação de ver este compromisso dar passos concretos para se tornar realidade. Porque há promessas que se fazem para ganhar eleições, mas há compromissos que se assumem para mudar a vida das pessoas. E este é um desses compromissos. -----

A Teleassistência representa uma nova forma de proximidade, uma proximidade que não depende apenas da distância física. Uma proximidade que garante que mesmo quando alguém vive sozinho nunca está verdadeiramente sozinho. Uma proximidade que oferece segurança 24 horas por dia, uma proximidade que permite uma resposta rápida em situações de emergência e uma proximidade que transmite tranquilidade às famílias que vivem longe mas que todos os dias carregam a preocupação constante com os seus pais e avós. -----

Esta medida enquadra-se numa visão mais ampla daquilo que entendemos ser a Política Municipal, uma política de proximidade, uma política que não olha apenas a obras e a infraestruturas, mas que coloca as pessoas no centro das decisões, uma política que não espera que os problemas cheguem à porta da Câmara Municipal, mas que vai ao encontro das necessidades da população. Uma política que reconhece que o envelhecimento não pode ser visto como um problema, mas sim como uma responsabilidade coletiva. -----

Na implementação deste programa serão naturalmente privilegiadas as pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade: idosos em situação de isolamento, sem rede-guarda familiar próxima, com dependência funcional, fragilidade social ou problemas de saúde que justifiquem um acompanhamento reforçado. Portanto, o impacto que esperamos alcançar é muito significativo. Esperamos reduzir situações de risco, esperamos reforçar a autonomia dos idosos, esperamos combater o isolamento, esperamos dar maior tranquilidade às famílias, esperamos criar uma rede de proteção mais forte e mais próxima. -----

Mas, acima de tudo, esperamos algo muito simples, que os nossos idosos sintam que o seu Concelho não os esqueceu e que saibam que continuam a ser importantes e que saibam que continuam a ser para nós uma prioridade. Que saibam também que existe uma Comunidade que reconhece o valor daquilo que fizeram e que está preparada para cuidar deles. -----



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Termino apenas dizendo, uma comunidade verdadeiramente desenvolvida não é aquela que cuida apenas do seu presente, mas é aquela que respeita o seu passado e protege aqueles que o construíram.” -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ O Partido Socialista tem apresentado aqui algumas propostas de medidas para desenvolver a atividade económica e a coesão social, porque a bancada municipal encontra que sente o dever de continuar a partilhar algumas propostas e soluções que, em conjunto com a ideia dos nossos Deputados desta Assembleia, gostaríamos de ver materializadas. Hoje trazemos aqui então a proposta da introdução do “Cartão Macedo”. Nós não estamos a inventar a roda, é algo que já existe e que já foi desenvolvido noutros Municípios, nomeadamente no Porto, e o “Cartão Macedo” pretende então, e chamar-lhe-íamos “Macedo Terras de Cavaleiros”, é uma ideia que se insere dentro do propósito, com o potencial de trazer ao nosso concelho, combinando dois objetivos importantes: numa primeira dimensão dinamizar o comércio e a economia local, e numa segunda dimensão a questão da taxa de acesso ao Azibo e outras taxas semelhantes, presentes e futuras para os nossos residentes. -----

No que diz respeito à promoção do Comércio Local e do Geoparque Terras de Cavaleiros, este cartão basear-se-ia na fidelização, que pudesse permitir descontos, uma ferramenta já usada com sucesso, como já disse noutros Concelhos, num tipo de funcionamento que eu posso exemplificar da seguinte forma. Os descontos diretos seriam através de acordos com os estabelecimentos aderentes, quem quisesse de forma voluntária participar, desde a restauração ao comércio tradicional, entre outros serviços. Algumas campanhas temáticas também ligadas ao Geoparque e à Albufeira do Azibo, por exemplo, compre local e desfrute do Azibo em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros e em consonância também com os produtores endógenos, tudo o que diga respeito aos nossos produtos de excelência, como é o caso do vinho, o azeite, o fumeiro, panificação, a castanha, a queijaria, etc. Este cartão poderia permitir uma questão de sistema com pontos ou cashback, isto é, podia-se acumular aqui um saldo para depois poder usufruir em

an/m



determinados eventos, feiras e outro tipo de propósitos que achassem conveniente, tendo também uma versão digital, podendo ter uma App com o cartão físico, mais o QR Code para facilitar o seu uso. -----

Para terminar, isto ajudaria então a combater a fuga de compras para as grandes superfícies que se tem vindo a verificar, e portanto é uma das preocupações do nosso comércio, também para o comércio online, que sabemos que são os principais concorrentes do nosso comércio local, e também a possibilidade de associar o cartão ao número de telemóvel para se poder receber informações, nomeadamente da agenda cultural do município.” -----

PAULA CRISTINA FERREIRA MARTINS (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Trago a esta Assembleia um tema relacionado com a formação profissional. Conhecendo bem a realidade da formação profissional no nosso Concelho, acho que todos conhecemos a importância que a oferta formativa tem para a qualificação não só dos nossos jovens, mas também dos nossos adultos, bem como para a atração de novas oportunidades para Macedo. -----

Considerando a evolução das necessidades de formação e a possibilidade de ampliar a oferta de cursos no futuro, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se tem previsto a médio ou longo prazo algum projeto de requalificação, ampliação ou mesmo construção de novas instalações para o Centro de Formação Profissional Macedo de Cavaleiros. Tenho acompanhado a importância que o Centro de Formação Profissional tem, é um marco para muitos dos nossos jovens, muitos porque acabam o Secundário e ainda não sabem se querem ir para a Universidade, outros porque adiam esse projeto, mas procuram sempre qualificar-se e melhorar as suas oportunidades profissionais. Julgo que melhores condições físicas para a formação poderá contribuir para atrair mais cursos e assim ampliar a oferta formativa, atrair mais formandos e criar oportunidades para quem pretende estudar e trabalhar no nosso concelho. Gostaria por isso saber se esta matéria está a ser ponderada pelo Executivo, porque no momento em que tanto se fala da necessidade de fixar e criar mão-de-obra qualificada no interior, acredito que investir na formação profissional é investir diretamente num futuro de Macedo de Cavaleiros.” -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar vou falar da Feira da Agricultura e quero deixar um agradecimento em especial ao Eng.º Henrique Palma pelo trabalho que desenvolveu na Feira da Agricultura e dar-



mjn
SO
[Signature]

lhe os parabéns porque foi capaz de ir buscar um quadro do PS coisa que o anterior Executivo não foi capaz. -----

Depois há aqui outra situação relacionada com os brindes que os agricultores costumam receber, principalmente o pessoal dos tratores. Este ano foram brindados com 14 prémios, mas eu acho que se puderem rever essa situação porque há tratoristas que vêm e estão à espera que lhes saia qualquer coisa e como vocês compram os brindes no comércio local, estamos a ajudar esta área se calhar podiam dar um miminho abrangendo todos os agricultores. E depois, para fechar as questões da agricultura, Sr. Presidente, quero-lhe dizer o seguinte, na minha opinião, acho que podemos mudar o nome para Feira de Agricultura, independentemente do Partido que represente a Câmara Municipal.-----

Dizer ainda que neste momento, está uma árvore tombada na Estrada da Paradinha, perto do cemitério. E a Estrada da Paradinha, está uma lástima e antes não estava e por isso não podia falar. A Estrada da Paradinha, só quem passa lá diariamente, e nós temos o Centro Dia de Morais que vai levar comida a Chacim, aquilo está uma lástima. E neste momento, com as enxurradas que houveram, há partes da estrada que têm um palmo de terra e nem se passa. Eu passei lá agora para comprovar se era verdade ou se era mentira e efetivamente com a trovoada ficou em muito mau estado e tem que mandar os seus serviços ao local, porque a estrada é da Câmara, não é da Junta. Depois, há aqui outra situação que eu quero que o Sr. Presidente me responda relativamente a um almoço há pouco tempo, com o Presidente da Associação da Paradinha. Sei que vai cumprir aquilo que vem de trás e sabemos que a obra ainda não começou, porque ainda não tirámos a água e a luz mas estava previsto para esta semana e só vai ser feito a partir do dia 30 de junho e portanto fica esta nota porque há pessoas que não sabem.” -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Neste período, antes da ordem do dia, gostaria de questionar o Sr. Presidente qual é o estado das questões que eu reporte na última Assembleia em conformidades, nomeadamente no bebedouro da estação, lombas, parque infantil, etc. Queria também fazer outros esclarecimentos. Na altura, não me foi permitida a palavra, eu gostaria agora de corrigir algumas afirmações que o Sr. Presidente aqui proferiu na última sessão. -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo à Sr.ª Deputada Municipal “ nós estamos aqui numa Assembleia Democrática e o passado já passou, portanto peça os esclarecimento de forma rápida e célere.” -----



 Prosseguiu a sua intervenção a **Deputada Municipal Isabel Carvalho** dizendo “ dizer só que não foram feitas apenas duas alterações ao Orçamento como o Sr. Presidente aqui afirmou e como pode ser comprovado. Aproveito e caso a Sra. Presidente da Assembleia me permita deixar-lhe aqui um pedido para entregar ao Sr. Presidente para fazer chegar aos serviços para nos esclarecerem, nomeadamente, quantas alterações foram feitas e entre outras informações. E dizer ainda que quanto ao Revisor, o que eu ia dizer é que ele podia vir aqui esclarecer e um esclarecimento técnico nunca pode ser visto como uma afronta, mas sim como um esclarecimento cabal, neste caso de reserva, que era no meu entendimento escusada.” -----

MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Hoje falo sobre uma obra que representa muito para a Freguesia de Corujas. Todos sabemos as dificuldades que a Freguesia de Corujas atravessou nos últimos anos. Depois da intervenção nas condutas de abastecimento à água várias ruas ficaram com as condições muito degradadas causando transtornos à população e afetando a qualidade de vida das pessoas Corujenses. Ao longo dos anos, a Freguesia foi insistindo, junto do anterior Executivo do Município, na necessidade de resolver este problema. Foi uma reivindicação constante, feita em nome da população de Corujas que legitimamente exigia melhores condições de circulação, segurança e dignidade para quem vive em Corujas. -----

Por isso, é com satisfação que vemos finalmente concretizada uma intervenção que era necessária e há muita aguardada. Entendo que, por uma questão de justiça e de honestidade política, devemos reconhecer o contributo de todos aqueles que participaram neste processo, assim, quero agradecer ao anterior Executivo da Câmara Municipal por ter lançado e planeado esta intervenção permitindo que a obra saísse do papel e avançasse para uma fase de concretização. Da mesma forma, quero agradecer ao atual Executivo por ter executado a obra e levado a cabo a sua conclusão, respondendo a uma necessidade da nossa Freguesia. E dito isto, o reconhecimento não nos deve impedir de fazer uma análise séria e construtiva ao resultado final. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Corujas, lamento que, durante a fase de planeamento, nunca tenha existido qualquer contacto ou consulta à Junta de Freguesia. Quem está diariamente no terreno conhece melhor do que ninguém as necessidades da população, ou outros pontos críticos e as prioridades de intervenção. Infelizmente, essa ausência de diálogo acabou por refletir-se no resultado da obra. Apesar da importância do investimento realizado, ficaram por intervir algumas



vias consideradas fundamentais, nomeadamente a Rua do Cemitério e a Rua que liga o centro da aldeia à estrada que circunda a população. São exemplos de arruamentos relevantes para a mobilidade da população e que mereciam ter sido considerados desde o início do projeto. Faço esta referência não numa lógica de criticar por criticar, mas porque acredito que os investimentos públicos produzem melhores resultados quando são planeados em proximidade com as Autarquias Locais e com quem conhece a realidade de cada território. A obra foi importante e merece ser reconhecida, mas ficam algumas situações por resolver. Espero que o atual Executivo assuma o compromisso de concluir estes arruamentos em falta para que em 2027 possam dizer que a requalificação de Corujas ficou verdadeiramente completa.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “esta minha intervenção é mais direcionada para a Sr.^a Presidente da Assembleia. Está a decorrer no Governo a Revisão da Lei das Finanças Locais e eu proponho, porque há partidos que estão a fazer isto isoladamente, mas eu proponha criar uma Comissão e pode ser a Comissão Permanente da Assembleia, para aprovar uma recomendação ao Executivo Municipal para que seja enviado por esse grupo de trabalho. Porque nós vivemos num território, como todos sabem, de dimensão reduzida a nível de população, há pessoas a pedirem a duplicação da participação dos impostos assegurados para nós e essa Comissão deve trabalhar nesse aspeto para que Macedo seja ouvido e portanto sugeria que fosse criada essa Comissão porque acho que devíamos participar todos, o PS, o PSD, o Chega, o CDS e fazermos um documento único com essas coisas para apresentarmos. Dizer também que depois de ouvir aquela introdução da Senhora Vereadora, dar os parabéns sobre a questão da Segurança mas as pessoas contam e isto não é uma crítica a esta Câmara mas é uma desde que existe democracia em Macedo. Eu sou, como toda a gente sabe, de Vilarinho de Agrochão e queria aqui dizer uma coisa, de Lamalonga, que é a última Freguesia do Concelho de Macedo, vindo por Torre de Dona Chama até Macedo, existe zero Centros de Dia e Zero Lares e, indo pelas Arcas, igual e já passaram tantos Executivos, do PS do PSD e Coligações. Na minha opinião esta é uma questão que tem de ser analisada.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal relativamente à sugestão da Criação do Grupo de Trabalho, sugestão do Sr. Deputado Municipal respondeu que vai ter em consideração a mesma e pode ser através da Comissão permanente. -----



EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Relativamente à última Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente, dizer que eu saí daqui com algum mal-estar porque nós ouvimos Deputados da AD (Coligação) a fazer um total achincalhamento do que foram os oito anos de governação do PS em Macedo de Cavaleiros. E o problema nem sequer é a crítica, o problema é esta crítica ser politicamente desonesta e alheada da realidade. Eu não quero falar mais do passado, é verdade que deixamos contas equilibradas, que encontramos profundamente desequilibradas e deixámos obra, obra feita à vista de todos e à disposição de todos, senão, reparem: no último fim-de-semana de maio, diria eu que o Município partilhou efusivamente nas redes sociais a presença de alunos curiosos, atletas, num evento de uma dessas obras, a Estação Náutica do Azibo. Com bastante adesão a esta ação, dizia o Sr. Presidente. Ora, meio ano depois da sua inauguração, o Centro Náutico do Azibo acolheu a primeira etapa do Circuito Nacional de Vela em Águas Interiores que, citando o Município, (...trouxe ao nosso território atletas, visitantes e muita energia...). Naturalmente que só posso felicitar o Executivo por acolher este evento que durou um fim-de-semana, dois dias magníficos, dizia o Presidente da Federação Portuguesa de Vela, numa infraestrutura que era, dizia ele, (...para mim, uma das melhores estações náuticas...). Eu acho que uma infraestrutura desta dimensão não nasce por geração espontânea. Exige visão, planeamento, investimento e capacidade de execução e assim sendo, eu gostava também, se me permitir, agradecer ao anterior Executivo, na pessoa do Dr. Benjamim, por ter idealizado e concretizado esta obra, contribuindo decisivamente para afirmar Macedo de Cavaleiros, através de uma estratégia de desenvolvimento que já começa a dar frutos. E, portanto, eu queria com isto alertar o Executivo para a importância do investimento em infraestruturas, que me parece que até à data estão um tanto alheios. A verdade é que o chamado “betão” pode ser estratégico para o desenvolvimento económico e social de um Concelho. Se não existisse infraestrutura boa, moderna, de qualidade, esta etapa não teria sido em Macedo e, portanto, Macedo ficaria fora do mapa. Porquê que eu trago este assunto? Porque, recentemente, saiu na Onda Livre que a Alfândega da Fé investe 800 mil euros em praia fluvial nos Lagos do Sabor. E eu queria perguntar a este Executivo como é que reage a esta notícia, que é nitidamente boa para a região, mas pode ser menos boa para Macedo, pois competirá com o Azibo, que tem sido, ao longo dos anos, um ex-libris das praias fluviais. Aliás, ainda há dois dias hasteou a bandeira de praia acessível. -----
E, portanto, tiveram a sorte de herdar esta infraestrutura para um desporto cuja prática



m/n
[Handwritten signature]

está na moda, diz o Sr. Presidente, mas eu queria mesmo era saber como é que vai ser o futuro e se estão à espera de alguma moda ou se já há uma estratégia a ser pensada para quebrar futuras quebras de visitantes. Só ainda, para continuar no Azibo, eu ouvi recentemente que a Junta de Freguesia de Vale da Porca agradeceu a dedicação, dando quase a entender a participação da população na limpeza do rio Azibo. Eu queria só perceber no que é que consistiu a dedicação da população? Foram lá bater palmas no final dos trabalhos? Foram lá trabalhar? Foram lá levar almoço aos trabalhadores? Ou permitiram acesso ao rio pelos terrenos privados? Queria realmente ficar esclarecido quem é que autorizou esta limpeza e se foi autorizada a utilização de uma retroescavadora, conforme parece que aconteceu e já agora também parece que andou na praia da Ribeira. -----

Só para terminar, ainda em relação à água, eu queria em primeiro lugar dar os parabéns ao Presidente da Junta de Macedo, dinamizou Travanca numa caminhada excelente, numa aldeia até que parece que estava esquecida pela própria Junta. Só que, quando eu ia para o ponto de partida, às 9h da manhã, passei aqui pelo Centro Cultural, os expressores estavam ligados e a regar. Nesse dia, à tarde, voltei a passar aqui na rua, estavam a regar. Segunda-feira seguinte passei, à uma da tarde, estavam novamente a regar. Eu queria alertar é que nós ensinamos às crianças, se calhar antes da primária, a importância de poupar água e não regar nas horas de maior calor. Eu acho que o Município devia dar o exemplo e pôr estes ensinamentos em prática." --

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu gostaria antes de mais de questionar relativamente ao programa E-Guarde, efetivamente qual foi a condição da apresentação do mesmo aqui hoje, porque eu fiquei sem perceber se o Município o apresentou ou foi apresentado pela Guarda Nacional Republicana como um projeto da Guarda Nacional Republicana, como um projeto do Município, se efetivamente isto já está contratualizado, quais são os seus custos, como é que vai funcionar, porque me parece que é estranho que nós tenhamos aqui uma apresentação e que não possamos fazer qualquer tipo de comentário sobre a mesma, nem perceber exatamente qual é o seu enquadramento da mesma, pois até podíamos usar o nosso tempo do período antes da ordem do dia para tal. -----

Prossigo fazendo aqui um alerta, que no fundo são dois. Existiram no dia 30 de abril e agora no fim-de-semana passado, dois eventos desportivos no nosso Município, eventos que é bom vê-los e é interessante que eles cá estejam. E estou a falar da prova de Atletismo do fim-de-semana passado e da prova de Ciclismo do dia 30 de



23/3


abril. Estes dois eventos decorreram no nosso Município, decorreram na cidade de Macedo de Cavaleiros, mas eles criaram um constrangimento enorme. Houve um enorme constrangimento da circulação dentro da cidade e não foram acautelados os acessos ao Hospital, nem numa prova, nem na outra. O hospital não tinha um acesso que permitisse chegar à urgência das pessoas que não se deslocassem em viaturas de emergência. Não permitia que os profissionais que iam trabalhar ou regressavam do seu trabalho saíssem ou entrassem para o Hospital. A prova é boa, as provas são boas, mas Sr. Presidente, a quem é que nós podemos imputar a responsabilidade do acesso ou da falta dele ao Hospital de Macedo de Cavaleiros? Provavelmente haveria outras Instituições, mas eu falo no hospital porque é uma infraestrutura que serve a população e serve a população em casos de urgência e, naturalmente, o acesso tinha que ficar salvaguardado.” -----

VÍCTOR MANUEL DE ALMEIDA NUNES DOS SANTOS (CHEGA) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Os assuntos que eu trago aqui a esta Assembleia, uma parte é fruto de abordagens de populares que me fazem e outras são factos que eu próprio constato. -----

Primeiro ponto: intervenções necessárias dos serviços camarários em Macedo de Cavaleiros; Primeiro, a reparação do piso da rua Álvaro de Castro, a partir da Rotunda da Avenida Ilha do Sal até à Rotunda da GNR, que diz-se que a obra esteve executivo já adjudicada pelo outro Executivo, mas a verba foi desviada para obras do Cemitério. Pelo menos é o que diz aquela população ali à volta. Outro ponto é a colocação de um abrigo na Avenida D. Nuno Álvares Pereira em frente ao Monumento dos Combatentes, onde existe um espaço destinado ao estacionamento de carrinhas de aluguer que vêm das aldeias, principalmente nos dias de Feira, ou noutros dias, e os passageiros que as utilizam ficam horas expostas ao sol, chuva e frio, tendo que recorrer para se abrigarem aos cafés e restaurantes existentes no outro lado da Avenida e forçosamente obrigados a consumir, para não irem para lá só a “fazer sala”. O Parque Infantil junto ao Mercado Municipal e em frente às Piscinas Municipais carece de iluminação adequada, pois a maioria dos pais levam os seus filhos a divertirem-se num período pós-laboral e principalmente no outono e no inverno, já é um bocado escuro. Mas nesse parque também se passam outras coisas: também é frequente aparecerem jovens de uma idade superior a jogar futebol dentro do parque, alguns até fazendo piruetas com trotinetes e bicicletas elétricas, atingindo muitas vezes os mais pequeninos que querem divertir-se nos baloiços e escorrega.



m/n

Recomenda-se uma fiscalização regular a quem direito. Em frente ao Edifício do Município é frequente ver-se agrupamento de jovens com skates e bolas atirando-os mesmos pelas escadas à toa, atingindo violentamente o mobiliário público ali existente, e até mesmo idosos que estão nos bancos a descansar. -----

Eu, há cerca de uma semana, presenciei um episódio desses, tendo-me dirigido ao responsável, recomendando que fosse patinar para o Novo Jardim Eng.º Luís Vaz, pois lá existe uma pista para tal e o mesmo teve o desprazer de me responder que não gostava da pista e que preferia brincar ali. Aconselhei-o a mudar de opinião e atitude, pois mais dia, menos dia poderá ter um dessabor. Recomenda-se também uma fiscalização regular. -----

No acesso aos jardim Eng.º Luís Vaz, pela passagem entre os prédios onde estão as Finanças e a Funerária Batista, penso ser recomendável a colocação de um sinal de proibição de circulação de veículos motorizados que eu já assisti e vi-os a passar. Acho que é uma passagem para peões e carrinhos de crianças e não para viaturas. Tem-se verificado na cidade o uso abusivo, descontrolado e irresponsável de trotinetes elétricas. Felizmente não tem havido notícias de acidentes muito graves, mas como estão a aumentar os utilizadores, recomendo ao Executivo, através dos meios que dispõem, que seja aplicado o art.º 112.º do Código de Estrada, que por acaso tenho aqui e que é muito explícito. Também junto à saída da estação de camionagem para a Rotunda dos Cavaleiros, os condutores não respeitam a sinalização vertical nem a do chão, correndo o risco de futuros acidentes graves, provocadas pelos autocarros que não param porque pensam que são os donos do acesso ou da saída. O mesmo acontece na mesma estação de camionagem no sentido da Rua que vem de Travanca para as Escolas. Os condutores que vêm do complexo escolar pensam que têm prioridade, mas não. Recomenda-se colocação de sinalização adequada. -----

As camadas das sugestões dirigidas à Câmara Municipal, tem que reconhecer publicamente nesta sessão o comprimento da execução de obras de melhoramento viário, que estiveram em standby, mas que agora estão a ser executadas, realçando uma que é do Largo de Pinhovel e respetivo acesso, talvez por eu ser um utilizador regular daquela via. Por isso, o meu apelo é não fiquem por aqui, pois há muito mais a fazer no Concelho. -----

Por último, quero pedir ao meu amigo e Presidente da Junta de Freguesia de Morais, Sr. Ramiro Valadar, se me pode esclarecer por que motivo rolaram aquelas árvores que existiam na entrada da aldeia depois da casa do guarda-florestal. Aquilo foi para mim, como técnico agrícola, um crime sobre as árvores. Vai-me dizer que se calhar



que elas estavam velhas. Eu não fui lá mas recebi a queixa por fotografia que quis partilhar, não consegui. Eu pergunto, estariam com alguma maleita? Alguém precisava de lenha? Sendo técnico agrícola, fiquei muito espantado quando alguém me enviou as fotografias. Recomendo que recorra aos técnicos da matéria, a Câmara tem dois disponíveis, que eu saiba, e se alguma vez precisar da minha modesta opinião, não hesite porque eu estarei sempre à disposição.” -----

EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Antes de mais, gostaria de deixar aqui uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos Serviços do Parque de Máquinas e Viaturas da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros pela pronta e eficaz intervenção na resolução dos problemas causados pelo episódio de intempérie que recentemente afetou a Freguesia de Salselas, mais concretamente no dia de ontem. A rapidez da resposta e disponibilidade demonstrada permitiu dinamizar os danos, restabelecer a normalidade em diversos locais afetados, pelo que entendemos ser de inteira justiça reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido. -----

Gostaria aqui de partilhar também e o Deputado Ramiro já partilhou aqui que foi contactado ontem, acerca de se havia algum problema na Freguesia dele e dizer que nós não fomos contactados e tivemos lá bastantes problemas, mas hoje de manhã, através de um telefonema, em meia hora, tínhamos lá os meios da Câmara Municipal, por isso temos que reconhecer isso. Muito obrigado. -----

Relativamente à Freguesia de Salselas venho solicitar os seguintes esclarecimentos sobre um conjunto situações que refletem preocupações legítimas das populações e que em muitos casos já foram objeto de pedidos consecutivos e contactos anteriores junto dos serviços municipais. São matérias que dizem respeito à segurança rodoviária, à manutenção de infraestruturas, à valorização do território e à qualidade de vida dos nossos cidadãos. Neste sentido, e na expectativa de obter respostas concretas e, sempre que possível, uma previsão para a sua resolução, permitam-me colocar as seguintes questões: a primeira questão tem a ver com a Ciclovía, que liga as aldeias de Salselas e Valdrêz, que apresentam evidentes sinais de falta de manutenção, nomeadamente devido ao crescimento da vegetação e à degradação de alguns troços, condicionando a sua utilização e colocando em causa a segurança dos utilizadores. Gostaria de saber se já está algo previsto e qual o tempo de execução. Relativamente à limpeza das bermas da estrada municipal entre Valdrêz e Salselas, como todos sabem, é uma estrada muito pequenina, carece de pouca visibilidade e se



M/M
[Handwritten signature]

não for cortada a erva quando os carros vão para se cruzar, pode haver ali um acidente, por isso, questiono também para quando é que está prevista aqui a manutenção deste troço. Relativamente à aldeia de Limãos já foram solicitados pedidos de instalação de lombas redutoras de velocidade e marcos limitadores, mecos, que temos lá uma zona de fossa que é necessário estar identificada. Neste sentido, importa referir que já foram realizadas visitas ao local, com a presença dos fiscais e do Arquiteto da Câmara Municipal tendo sido avaliadas as necessidades existentes. Neste caso em concreto queria saber qual é o estado atual do pedido, se tem deferimento e qual é a previsão para a implementação das medidas. Relativamente aos Calcários de Salselas, já tive a oportunidade de falar aqui com a Senhora Vereadora da Cultura, disse-me que há um projeto para lá, mas até hoje não tive a oportunidade de ver esse projeto. Gostaria de saber quando é que é a data prevista para o início das obras, quais as intervenções concretas que serão realizadas e a forma como este investimento será articulado com os trabalhos que esta Junta de Freguesia já executou. Importa aqui referir que a Junta já realizou investimento na drenagem das águas, pelo que é importante conhecer em detalhe no âmbito da vossa intervenção prevista, qual a forma de garantir a complementaridade dos investimentos públicos realizados para não termos aqui uma duplicação.” -----

NATÁLIA DA GRAÇA DA COSTA CARRAZEDO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Venho fazer um agradecimento muito especial ao Senhor Presidente e a todo o seu Executivo pelo apoio concedido à Junta da União de Freguesias de Espadanedo para a realização da primeira Feira dos Produtos da Terra e Encontro de Caçadores na Aldeia de Murçós. A Feira superou as expectativas, correu muito bem, sem o vosso apoio nada disto teria sido possível. Agradeço ainda pelo apoio da cedência das máquinas para os caminhos rurais, finalmente e após oito anos a Freguesia foi contemplada. Mesmo com a fragilidade da frota como todos sabemos, mas com a boa vontade e o pensamento em todos por igual, quer sejam juntas do Partido A, quer sejam juntas do Partido B, as coisas conseguem-se com esta boa vontade.” -----

JOSÉ CASIMIRO VILAR (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Talhas venho aqui pelas seguintes razões: na semana passada, fiz um comunicado à Câmara para ver se era possível alterar uma verba que nos foi atribuída para arranjo de uns trabalhos na minha Freguesia e eu considerei e achei mais urgente outros trabalhos e gostava de saber se



essa verba podia ser alterada. Foi-me respondido muito rapidamente e agradeço as pessoas que se ocuparam desse dossiê, que aquela verba vinha de um empréstimo e era só para aqueles trabalhos, não podia ser utilizada para outros trabalhos. Então, nesse caso, gostava de saber, não é crítica nenhuma, só uma explicação, houve outra verba para uma certa obra que devia ser começada na minha Freguesia que foi cancelada pelo atual Executivo. Gostaria de saber se essa verba foi devolvida, se ficou em fundos financeiros da Câmara ou se foi utilizada noutros serviços. Nesse mesmo empréstimo veio uma verba para a Requalificação de uma Rua que já estava Requalificada, e confesso que fiquei assim um bocado aborrecido porque a Empresa chegou ao local, começou as obras sem eu e ninguém do atual Executivo estar ao corrente de que as obras iam iniciar. Então, acontece que nós tínhamos que intervir antes, por causa de uma ligação de um esgoto de um tanque ou de um ponto de água e eu disse ao encarregado da obra que tinha que ser feita uma vala naquele sítio, ao que me respondeu que o tivesse feito antes porque as máquinas já estavam lá e iam fazer os trabalhos que tinham de fazer. Gostaria de ser informado quando uma obra vai ser realizada na minha Freguesia, porque isto já não é a primeira vez que acontece pois ainda no mês de março apareceram lá alguns caminhões de tout-venant que descarregaram, sem a minha autorização, numa rua qualquer ali no centro da aldeia, que ao que me disseram era para fazer uma vala de ligação de uma linha elétrica terrestre que ligava o posto da minha Freguesia ao posto elétrico da Junqueira, que é do Concelho de Vimioso e esse tout-venant ainda hoje se encontra no mesmo sítio onde foi descarregado e aquela Rua é uma Rua Principal onde passa muita gente e eu tive que arranjar mais outros lugares para que esse tout-venant fosse despejado. Alerto que o mês de agosto está a chegar, a Festa em Talhas é no princípio de agosto e a procissão passa nessa Rua e eu não admito que esse tout-venant esteja lá nessa altura. Alguém tem que o tirar caso contrário terei de ser eu próprio a fazê-lo." -----

JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “ Começo por dizer que a Sra. Presidente disse, para não falarmos aqui das coisas anteriores, mas somos obrigados a isso. E porquê? Porque na Bancada do PSD só tem “batido” na Câmara anterior e perante esta situação, o Grupo do PS nesta Assembleia Municipal tem por obrigação, e deve fazê-lo, ou seja comparar os governos do PS na Câmara, em relação aos do PSD até agora. Então é assim, o PS tem dezasseis anos de mandato no Concelho. O PSD tem trinta e quatro. E o PS fez obras emblemáticas que deram nome a Macedo, e se o PS não tivesse passado pelo



m/n

Executivo da Câmara, nós tínhamos passado de Vila a Aldeia. Mas connosco foi ao contrário, precisamente ao contrário porque passamos a Cidade e é isso que o PSD não quer reconhecer. Mas tem que reconhecer. Ouvi também aqui dizer que o PS está na oposição mas isso já todos nós sabemos e está a fazer um bom trabalho na oposição, porque nós temos gente competente como Vereadores na oposição. O PSD é que ainda não entendeu que ganhou as eleições pois continua a fazer campanha política, e não é só a vossa bancada, isto estende-se também ao Executivo que faz esse papel. Depois falam aqui de coisas como por exemplo do Parque Máquinas, quando o atual Executivo acaba ainda agora de receber autocarros elétricos e tudo isso que já tinha sido o Executivo do PS que tinha providenciado. Não podem de todo continuar aqui a dizer que o PS não fez nada. Ou há pessoas que perderam a memória e não se lembram do que foi quando o PS em 2017 entrou para a Câmara portanto não acho normal que venham para aqui a mandar pedradas quando têm o telhado cheio de vidros.” -----

DIOGO ANDRÉ PIRES RUIVO (PSD) – Que fez a seguinte intervenção: “Agradeço desde já o apoio do Município na realização da Feira da Cereja de Lamas. Esse apoio foi essencial para o sucesso do evento e marcou uma nova era para a Capital da Cereja Transmontana, simbolizando o ressurgimento do orgulho daquela que é a aldeia com maior produção de cereja da região. No fim-de-semana passado, a Junta de Freguesia de Lamas em parceria com a Câmara Municipal do Porto e com o apoio da Câmara Municipal Macedo, realizou a Feira da Cereja de Lamas na Praça do Marquês de Pombal, na cidade do Porto. A iniciativa revelou-se uma aposta vencedora, com grande adesão por parte dos habitantes locais, o que contribuiu para um volume de venda excecional. Os Portuenses mencionavam frequentemente a Barragem do Azibo e os Caretos de Podence, sendo que os produtores nas suas bancas destacavam a proximidade dos seus pomares aos referidos locais, o que valorizava o produto e despertava ainda mais interesse do público. -----
Tudo isto assenta numa estratégia de divulgação em que três símbolos do nosso Território se unem para promover o nome do concelho, o Azibo, os Caretos de Podence e a Cereja de Lamas. A Freguesia de Lamas, a par com a Freguesia de Grijó são as que menos de FEF recebem, por isso, adotámos uma estratégia ajustada às limitações orçamentais para apoiar diretamente os pontos essenciais ao desenvolvimento da Freguesia, nomeadamente um dos motores económicos do Concelho. Não vamos tarde, vamos perfeitamente a tempo, mas se tudo isto poderia ter outra representação no Concelho, não fosse a primazia em valorizar a Cereja da



3/3
Alfândega da Fé. O Executivo Municipal anterior fechou os olhos e entregou-se à apatia, por razões políticas ou por falta de coragem para reconhecer o que é realmente nosso. Permitiram a certificação IGP, no concelho vizinho com a Cereja do nosso Território, imagine-se. Em todo o caso, Lamas tem os melhores produtores e tem a melhor cereja. Lamas não se deixará arrastar por ninguém, iremos, com confiança, certificar a Cereja de Cavaleiros. -----

E agora pergunto: terá este Executivo coragem para apoiar o regadio de Lamas e apoiar a capacidade produtiva e qualitativa da Cereja de Lamas? Terá este Executivo coragem para apoiar a Associação de Produtores de Cerejas de Lamas como o farol da Cereja de Cavaleiros? Terá este Executivo coragem para reconhecer a cereja como o ponto fulcral do nosso concelho, tal como a reconhece o Azibo e os Caretos? Não é tarde, é a hora.” -----

JORGE ORLANDO PIRES ASSEIRO (PS) - Fez a seguinte intervenção: “Queria questionar aqui ao Sr. Presidente da Câmara acerca de umas situações: a Sra. Vereadora Cristina Pires já falou aqui hoje, a seguir à apresentação do Projeto, que era uma das promessas que o Executivo tinha prometido na campanha eleitoral, que tinha cumprido. -----

Eu quero questionar ao Sr. Presidente da Câmara acerca de uma situação que prometeu, num dos comícios que eu ouvi na minha aldeia, acerca do Regadio para a Zona Nascente. Devo informar que a Zona Nascente é uma Zona das que tem mais agricultura no Concelho, tem havido muito investimento no regadio de parte dos particulares, à cabeça pela Empresa Sá Morais Castro. Outras pessoas têm feito muitos investimentos e pretendia saber o que é que o Sr. Presidente da Câmara já fez pelo regadio para a Zona Nascente. Devo-lhe lembrar que na Assembleia de Freguesia, realizada aqui no dia 25 de junho de 2021, o anterior Executivo apresentou aqui dois projetos, com dois estudos que foram efetuados sobre elaboração de represas na zona de Bagueixe. Uma mais concretamente num sítio chamado Porto de Morais e outra num sítio chamado Espido, dois estudos feitos pelo anterior Executivo. Queria-lhe perguntar se vocês estão a pensar em aproveitar este estudo, ou que é que estão a pensar fazer e aquilo que já fizeram para o regadio da Zona Nascente. Não é a minha principal profissão ser agricultor, tenho outra profissão mas também sou agricultor e tenho investido muito na agricultura e no regadio e gostava de ver se a Câmara está atenta a esta situação pois era uma obra estruturante para o nosso



Handwritten signature and initials in the top right corner.

concelho e para a Zona Nascente, termos ali um regadio naquela zona.” -----

CLAÚDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu não trago nada propriamente preparado mas se há uma coisa que me dá gosto de ver finalmente é que eu já não sou o único homem dos números. Eu ouvi muitas vezes do lado dessa bancada quando eu subia a este local uma boca indireta que dizia, “lá vem o dos números” e hoje dou os parabéns ao Deputado Miguel Cabral, porque efetivamente os números não mentem, e os números que trouxe aqui e que o PS apresenta numa proposta que aqui entregou, são números que eu trouxe cá várias vezes ao longo de oito anos, portanto, eles existem, é verdade, foi verdade e continuamos na mesma situação. Mas, há uma coisa que eu tenho a certeza é de que este Executivo não vai ouvir estes números e reagir a eles como o Executivo anterior reagiu aos meus. Tenho a certeza absoluta disso, aliás, a questão do projeto que nos foi apresentado agora exemplifica exatamente já uma mudança nesse paradigma. Depois, dar os meus parabéns ao Deputado Ramiro Valadar e solidarizar-me com ele no que diz respeito ao bairrismo. Porque é verdade. E não só quem anda na política sente isso. Quem tem um negócio sente isso. Qualquer Macedense sente isso. Seja nas feiras, seja nos negócios, seja no que for. Enquanto nós, macedenses, não nos unirmos em torno do futuro do nosso concelho, não vamos passar daquilo que somos hoje e que piora ano para ano. E não será nem o Executivo do Sérgio Borges e restantes Vereadores, nem ninguém que vai conseguir mudar isso. Se nós não fizermos esse papel à frente de toda a gente que está no poder, não chegaremos a lugar algum. Portanto, Deputado Ramiro dou-lhe os meus parabéns pela imparcialidade e solidarizo-me consigo nesse sentido. -----

Depois, para terminar, o Deputado Eurico na sua intervenção mencionou que na última Assembleia aquilo que ouviu aqui foi um achincalhar do trabalho do Executivo anterior. Não sei se referia à intervenção que eu fiz, mas se sim é porque não estive com atenção. Eu disse e repito houve coisas boas e houve coisas más. Como haverá coisas boas e coisas más no final do primeiro mandato do Sérgio Borges. Não tenho dúvidas nenhuma. É que sabe, Eurico, há uma questão aqui que é essencial. Quando fala das obras, é verdade que se fizeram obras. Obras essas, grande parte delas ou uma boa parte delas, que em 2017, quando ganharam as eleições, já estavam com andamento. Podemos elencá-las. Houve outras que saíram deste Executivo. E isso irá acontecer no Executivo atual. Eles herdaram trabalho feito e eu espero muito bem que lhe deem continuidade àquilo que eles acharem que é pertinente. E se Deus quiser e lhe der saúde, tenho certeza que irão deixar trabalho feito para quem venha a seguir.



m/m
[Handwritten signature]

Mas há uma questão, Eurico, é que durante 4 anos que eu vim aqui que eu me recorde nunca ouvi ninguém dessa bancada vir aqui falar de obras essenciais como era o caso da ETAR de Castro Roupal, ou o Saneamento da Arrifana. E essas, Eurico, são essas as obras essenciais para a população. É inadmissível continuarmos a construir, a construir, a construir, porque existe capacidade e projetos a que nos possamos Candidatar e se há um projeto, candidate-se e a Câmara tem custos com isto. É inadmissível continuarmos a fazer isto e haver pessoas no nosso concelho que não têm saneamento.” -----

LUÍS CARLOS VEIGAS LINO (PS) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “No passado dia 31 de Maio, realizou-se a 3ª Edição do Corço Challenge, mas hoje, não quero falar apenas de uma prova desportiva. Quero falar de um projeto que nasceu da vontade de um grupo de jovens de fazer mais pela sua terra. Há 3 anos, a Associação Grijó + Jovem acreditou numa ideia que muitos poderiam considerar demasiado ambiciosa. Acreditou que era possível criar um grande evento desportivo no nosso Concelho. Acreditou que era possível trazer pessoas de todo o país a conhecer a Serra de Bornes e o Cercado do Corço. Acreditou que era possível promover o desporto, a natureza e o território através do trabalho voluntário, da dedicação e da paixão de quem gosta verdadeiramente desta terra. Ao longo destes 3 anos, a Associação trabalhou de forma séria, responsável e sustentável, sem dar passos maiores do que as pernas, construindo Edição após Edição, um evento que hoje é reconhecido ao nível nacional pela sua qualidade, organização e capacidade de mobilização. Os números falam por si. No primeiro ano participaram 170 atletas. No segundo ano participaram 280 e este ano estiveram presentes 415 atletas, mas mais importante do que os números é aquilo que eles representam. Representam dezenas de pessoas que dedicam meses da sua vida à preparação do evento. Representam cerca de 60 voluntários envolvidos na organização e na logística para o evento se realizar. Representam centenas de visitantes que chegam ao nosso Concelho, e consomem no comércio local e que levam consigo uma imagem positiva da nossa terra. Representam também o facto de cerca de 80% dos participantes serem provenientes de fora do Concelho, demonstrando de uma forma clara a capacidade desta iniciativa para projetar o território além-fronteiras. -----

O Corço Challenge já não é um evento só da Associação Grijó + Jovem, é um evento de Macedo de Cavaleiros. É uma montra da Serra de Bornes e do Cercado do Corço. É uma oportunidade concreta de valorização económica, turística e social que não



m/m
[Handwritten signature]

podemos desperdiçar. E é precisamente por reconhecer o trabalho desenvolvido ao longo destes anos que deixo aqui um desafio ao Município. A Associação demonstrou que sabe criar, organizar, fazer crescer um projeto de sucesso. Demonstrou capacidade, responsabilidade e visão. Agora é tempo de dar um passo em frente. Se queremos que este evento continue a crescer, atraia mais participantes, gere mais impacto económico e projete ainda mais o nome do nosso Concelho, então é necessário que o apoio municipal acompanhe essa evolução, mas há uma reflexão que eu considero ainda mais importante. O Corço Challenge não é um caso isolado. Na Freguesia de Castelãos, a Associação Juvenil Tronco organiza anualmente o Raid TT, um evento que reúne cerca de 300 participantes e que também se tem afirmado como um verdadeiro sucesso. Curiosamente estamos a falar de duas Associações de Jovens, de duas aldeias do nosso Concelho e de dois Eventos que encontraram na Serra de Bornes o palco ideal para crescer, mobilizar pessoas e atrair visitantes. Talvez isto nos leve a pensar. Será que estamos a aproveitar todo o potencial da Serra de Bornes? Falamos de um território que dispõe de recursos únicos, como o cercado corço, que é um laboratório de ciência viva, os trilhos e percursos pedestres homologados, a pista de descolagem de parapente e asa delta e um património natural que muitos concelhos gostariam de ter. Se duas Associações, através do seu trabalho voluntário e da sua capacidade de iniciativa, conseguem mobilizar centenas de pessoas e promover este território, acho que era essencial desenvolver uma estratégia municipal mais ambiciosa para a Serra de Bornes. Existe algum plano para a promoção e valorização da Serra de Bornes? Existe alguma estratégia para transformar este património numa referência Regional e Nacional para o património, para o turismo da natureza, para o desporto ao ar livre e para a educação ambiental?"

ANTÓNIO LUÍS GOMES (PS) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Vou dirigir-me ao Executivo anterior, ao Executivo atual e aos Deputados Municipais em geral e pedir que acabem com as "guerras". Eu sinto-me aqui incomodado. Eu não sou assim. O Executivo anterior fez aquilo que pôde. E o que pôde está à vista, não vale a pena estarmos aqui a nomear todos os dias o que o PS fez e o que o PS não fez. Portanto, as coisas estão feitas e toda a gente sabe o que foi feito, o que foi bem feito e o que foi mal feito. O Executivo atual pois com certeza eu confio que esta equipe vá fazer um bom trabalho. Mas para eles fazerem um bom trabalho, também têm que contar connosco que estamos aqui nesta sala. Eu acho que de politiquice, já chega. Acabem, por favor, com isso. Quem trabalhou fez aquilo que podia. Quem está para trabalhar está a pensar em fazer tanto ou mais e nós estamos cá para os ajudar."



Eu, da minha parte, eu vou deixar aqui já o meu raciocínio. Contem comigo sempre quando for obra para Macedo. Não digamos que é para Ferreira que é para Espadanedo, não importa para onde. Ao ser para Macedo é obra de nosso concelho. Deixem ficar a obra e ela falará por nós." -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais e começou assim: -----

"Em relação ao Deputado Miguel Cabral e a questão da proposta do Cartão Macedo dizer que obviamente agradecemos as propostas que serão devidamente avaliadas e consideradas. -----

Em relação à Deputada Paula Martins que falou na questão do IEFP e colocou a questão da formação profissional dizer-lhe que já foi elaborada uma minuta de protocolo com o IEFP, para a cedência de quatro salas no Mercado Municipal para ali funcionar um Polo de Formação. Aqui a ideia é fazer com que um Polo de Formação do IEFP se enquadre nos objetivos estratégicos que temos ali para o mercado. O IEFP é uma Entidade Pública, como sabemos e tem mesmo esta missão nacional de dinamização territorial, logo a utilização mantém a natureza pública e socialmente relevante, ou seja, para o mercado está protocolado a utilização de quatro salas para a formação não descaracteriza o que foi o investimento neste Mercado Municipal não privatiza o espaço e não transforma o imóvel em uso comercial incompatível, pelo contrário reforça aqui o objetivo social deste investimento que foi feito e aumenta o impacto social do Investimento Europeu. Sendo assim, este Polo naquele local aumenta também a circulação de pessoas, gera atividade contínua, atrai população ao Mercado e cria a dinâmica e económica local e beneficia também o comércio envolvente aumentando também a rentabilidade social do investimento público com a maximização da utilização pública e existe este benefício coletivo direto, portanto, não só estamos a apostar na formação mas estamos também a apostar na dinamização deste espaço que é o Mercado Municipal. Em relação às anteriores instalações do IEFP, realmente estão um pouco degradadas, obviamente terão que ter alguma recuperação/requalificação para depois poder planear aqui o que podemos instalar nessas instalações. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Ramiro Valadar dizer que obviamente agradeço as sugestões para a questão da Feira AgriNordeste. E eu disse bem o nome e vai continuar a ser AgriNordeste e se queremos realmente continuar a apostar e



m/n
[Handwritten signature]

fazer com que um Certame tenha dinamização e seja projetado a nível nacional, não podemos mudar nomes de um lado para o outro, por isso sim, será AgriNordeste. Dizer-lhe que aqui não há partidos, obviamente há pessoas e eu também me identifico um bocado com as palavras que disse há bocado, mas de qualquer forma agradeço. Quanto aos brindes, tomamos nota da sugestão que agradeço. Em relação à árvore da Paradinha, o Vereador ligou não propriamente só em termos da agricultura e creio que o intuito era fazer também o ponto da situação. Quanto à articulação com os serviços, vamos insistir para melhorar, obviamente, esta articulação entre os Serviços e as Juntas de Freguesia, e aliás, dou exemplo ali da Junta de Freguesia de Salselas que correu bem e o objetivo é esse mesmo, que corra bem para todos. Em relação àquela questão da obra que seria para iniciar antes, isto tudo obviamente que está planeado, mas depois há várias situações que também temos que ter em conta, nomeadamente não só a eletricidade como também a água, obviamente que nós quando dizemos que queremos iniciar naquele dia, o ideal seria esse, mas peço o vosso entendimento e consideração para que realmente possamos atempadamente iniciar esta obra. -----

Em relação à Deputada Isabel Carvalho, dizer-lhe que eu acho que se referia ao esclarecimento do ROC. O esclarecimento do ROC não foi necessário e a sua intervenção, como sabe, é uma prerrogativa que nos assiste ao Executivo e que entendeu, neste caso, não ser necessário. As duas alterações entregou-a por escrito ao Orçamento e se não se importar entrega-o também, e faço chegar também depois que por escrito essa explicação destas duas situações. -----

Em relação ao Deputado Miguel Reis dizer-lhe que eu este fim-de-semana estive em Corujas, até entrei em contato consigo, para ver as obras que foram feitas e que estão a ser finalizadas só que infelizmente o Deputado não estava. Só dizer-lhe que refere aqui a questão de não ter havido reunião ou não ter havido um Aviso. Ora bem, isso não é verdade porque nós fizemos duas reuniões, uma no dia 2 de março e outra em 14 de maio, e obviamente que herdamos o bem mas também herdamos o mal e o que me apraz aqui dizer é que finalmente Corujas está como está e quem não passou lá eu convido a que passem, porque já tem alcatrão e uma estrada, uma via que é de invejar, e a ideia é conseguirmos replicar esta situação em todas as outras vias que não estão em condições dentro daquilo que realmente será possível em termos financeiros e não só mas a ideia é mesmo essa. -----

Em relação ao Deputado Manuel Mico dizer-lhe que tem razão e que é uma prioridade que está no nosso manifesto e estava no nosso manifesto eleitoral e que esperemos que a não se concretizar que tentemos alavancar porque de facto é uma falha

mjm
[Handwritten signature]



emergente para os munícipes daquela zona. Obviamente que nós queremos sempre o melhor para todas as Freguesias e tentaremos dentro do possível falar sobre isso. ----

Em relação ao Deputado Eurico dizer-lhe que ainda estou à espera da reunião sobre a juventude que eu o convidei, para que sempre que quisesse (e já não foi na última Assembleia) e até o desafiei a ir ao Município e a tratarmos das questões da juventude porque me colocou uma questão sobre este assunto. Hoje deu um bom exemplo que estamos a tentar dinamizar a Estação Náutica, e é verdade que o betão obviamente é importante mas as pessoas também e não gerimos modas gerimos o Município. Em relação à questão da Vela dizer que a realização deste evento representou muito mais do que uma iniciativa desportiva pontual, representou o primeiro passo de uma estratégia de valorização de um dos maiores ativos naturais do nosso Concelho, e não estou a falar só do Centro Náutico, estou a falar do nosso extraordinário Plano de Água. Desde o primeiro momento procuramos que esta fosse uma iniciativa aberta à Comunidade e de facto foi. O Open Day permitiu proporcionar experiências de Vela à população, despertou a curiosidade e o interesse por esta modalidade que muitos ainda não tinham oportunidade de ter experimentado e paralelamente foi promovida uma formação que foi dirigida aos Técnicos Municipais e aos alunos do IPB criando assim competências locais que serão fundamentais para o desenvolvimento futuro da atividade. A componente competitiva e materializada através dos dois dias, como disse bem, de regatas trouxe ao território atletas, equipas e visitantes dando visibilidade a este enorme potencial que é o nosso Plano de Água como eu disse, e que oferece uma prática não só da Vela mas de outras modalidades Náuticas, mas talvez o mais importante seja aquilo que fica para além do evento este projeto permitiu estabelecer uma relação de proximidade com a Federação Portuguesa de Vela, abrindo caminhos para futuras iniciativas de colaboração e novas competições, ações de formação e iniciativas de promoção deste Centro Náutico. Os primeiros resultados estão à vista e eu digo já porquê: esta aproximação Institucional fez com que estes resultados já estejam à vista na sequência dos contactos estabelecidos com a Federação Portuguesa de Vela, manifestou-se a disponibilidade para ceder a título de empréstimo uma embarcação adaptada que permitirá alargar a prática da modalidade dos novos públicos, nomeadamente à população sénior e ainda a pessoas com mobilidade condicionada, ou seja, muito mais inclusiva. Trata-se de uma oportunidade muito mais relevante para promover um desporto como eu disse, inclusivo e acessível a todos reforçando a dimensão social do projeto que estamos a construir para este Centro Náutico. Temos um plano de água da excelência, como já disse, reconhecido



2/17
DA
[Signature]

por todos aqueles que nos visitam o que nos compete agora é colocá-lo ao serviço das nossas pessoas, ao serviço do desporto, do turismo e do desenvolvimento acima de tudo do nosso Concelho. Durante demasiado tempo este Centro Náutico esteve aquém do potencial que possui. Este evento demonstra realmente que é possível inverter esta realidade e transformar aquele espaço numa referência Regional e também Nacional para a prática de atividades náuticas. Mais do que organizar um evento, estamos a lançar as bases de um projeto futuro, um projeto que valoriza os nossos recursos naturais, cria oportunidades para os jovens, promove o envelhecimento ativo, reforça a inclusão através do desporto, atrai visitantes e afirma Macedo de Cavaleiros como um Território da Excelência para a prática de Atividades Náuticas. Estamos a demonstrar que quando existe visão, vontade e capacidade de criar parcerias, é possível transformar os recursos que temos e que já possuímos em oportunidades concretas para as pessoas e para o desenvolvimento do Concelho. E é precisamente esse caminho que queremos continuar a seguir. Em relação à retroescavadora que esteve na Praia da Ribeira nada tem a ver com a situação de Vale da Porca, mas se calhar a senhora Presidente da Junta de Vale da Porca poderá depois responder ao Deputado Eurico. Quanto à Retroescavadora que fez trabalhos no Azibo eu esclareço que os trabalhos que decorreram, como eu disse já em reunião de Câmara foi para a remoção de uns troncos ali existentes na parte da água e que obviamente foi por essa necessidade que a máquina ali andou e não por nenhum outro motivo. Queremos que a situação terá ficado resolvida e entretanto foram feitas análises à água e a mesma está própria e adequada para banhos. -----

Em relação ao Deputado Municipal Alfredo Preto e no que diz respeito aos constrangimentos supostamente causados pelas provas desportivas realizadas na Cidade, obviamente que quando fazemos e quando organizamos atividades, neste caso, desportivas na cidade, obviamente que há constrangimentos que não conseguimos evitar. Podemos tentar fazer com que seja mínima a questão do incómodo mas não conseguimos evitar a todo custo, às vezes, incómodos. E eu aqui dizia embora tenha havido alguns cortes de trânsito, como disse e a divulgação possa não ter alcançado todo o público desejado, nem toda a gente percebeu os cortes que iriam haver naqueles dias, esses fatores não diminuem a relevância da prova e aquilo que traz ao nosso território, obviamente. Além disso, estas provas têm uma importância significativa para a promoção das modalidades, do turismo e da economia local, atraindo participantes e visitantes para a região. A questão dos constrangimentos nomeadamente nesta prova, acredito que tenha havido constrangimentos, obviamente, e houve incómodo, mas a questão é que não houve



comunicações, não houve queixas, não houve registros de incidentes nem no INEM, nem na GNR e inclusive no corte das vias havia sempre um GNR que estava pronto a deixar passar as pessoas, pelo menos era isso que estava previsto, e se não estava teremos que entrar em contato então com os parceiros nomeadamente com a GNR e os Bombeiros. -----

Em relação ao Deputado Victor Santos, só dizer-lhe que estas paragens dos autocarros já estão encomendadas, aliás, alguns Presidentes Junta já têm isso em atenção e mesmo para o Município também já foram encomendadas. Falou na questão dos skates e sobre isto dizer que realmente os skates não são proibidos no Jardim, obviamente que eles têm um local específico no Parque da Cidade e obviamente que temos que apelar ao bom senso, mas pronto, mas será feita uma sensibilização com os jovens e obviamente e também um reforço na comunicação com a GNR para também tentarem sensibilizar da melhor forma e também tentar encaminhar estes jovens para o Parque da Cidade onde tem mesmo uma questão para eles. Em relação aos trotinetes informar que estamos já a ponderar a realização de um Regulamento de utilização destes transportes que, aliás, já há Municípios vizinhos que também já o aplicaram e já o fizeram. Portanto esta é uma das situações que nós queríamos também, até porque não se sabe se andam na estrada, se andam no passeio, se têm que usar capacete, entre outras questões. -----

Ao Deputado Emanuel Nascimento, dizer-lhe que a questão que disse há bocado do Município ter sido célere na solução da situação, obviamente, foi aquilo que eu disse ali ao Deputado Ramiro, o que nós queremos é isso mesmo, é conseguir chegar a todas as Freguesias o mais célere possível, principalmente quando há intempéries que fazem com que haja bastante incómodo para os nossos concidadãos, mas infelizmente às vezes não conseguimos, mas graças a Deus que tudo correu bem e esperemos que continue. E admito de facto que a limpeza das bermas da Ciclovia, naquilo que disse, não está como desejávamos e iremos o quanto antes e logo possível fazer esse corte e fazer essa limpeza. -----

Em relação à Deputada Natália Carrazedo, dizer que os agradecimentos sabem sempre bem, pois é sempre o reconhecimento de que estamos no caminho certo, e a fazer o trabalho correto e disse aqui uma coisa que muito me tocou e que eu gostava de salientar e reiterar, que é a questão de “partidos à parte”, independentemente do partido A ou do partido B. Este Executivo e eu pessoalmente, acabo por ser e sou Presidente de todas as Freguesias independentemente do Partido que elas tenham, por isso quando as coisas correm bem, nomeadamente na questão do apoio da Feira



m/n
[Handwritten signature]

e a questão das máquinas, que também está a ser agilizado para que realmente passe por todas as Freguesias, e é um orgulho quando ouvimos essas palavras, que é o reconhecimento de que realmente estamos a trabalhar bem. -----

Em relação ao Deputado Municipal José Vilar relativamente à verba atribuída para Talhas dizer que não é possível alterar as verbas afetas a obras que estão previstas no empréstimo, e se estava a falar do Pavilhão, que era o que estava afeto, não será utilizado e não contará neste caso para coisa nenhuma, porque não há execução nem para o endividamento. Dizer que o tout-venant não é do Município, mas sim da E-Redes e obviamente poderemos ter mais cuidado com a comunicação do início dos trabalhos, e eu reportarei ao Chefe de Divisão para que tenha essa sensibilidade e esse cuidado e com todo o respeito pois nunca foi intenção faltar ao respeito. Proponho ainda, se possível, reunirmos para podermos agilizar melhor as obras e as questões no que concerne a sua Freguesia e tentarmos chegar aqui a consenso de forma a que consigamos fazer um bom trabalho em conjunto em prol da Freguesia de Talhas. -----

Em relação ao Deputado Municipal José Santos questiono: quem tem batido no anterior Executivo? São factos e aqui ninguém bate em ninguém. Eu recuso-me a entrar na paternalidade das obras e dos projetos e não estamos em campanha, estamos em trabalho árduo. Nunca se disse que o PS não fez nada. Isso não me ouviu de certeza. Pagaram dívida, fizeram obra, deixaram dívida também e um orçamento negativo caso não se recorde, e estamos a falar do ano de 2018. E é curioso ouvir tantas lições da sua parte principalmente por parte de quem parece esquecer alguns episódios do passado recente e caso não esteja lembrado quando entraram pagaram dívida, fizeram obra e deixaram dívida também e principalmente um orçamento negativo, ou seja, aprovaram um orçamento negativo não sei se se recorda dessa fase, e a palavra ilegalidade não pode ser usada como arma de arremesso político sempre que se discorda de uma decisão exige rigor, exige fundamentação e acima de tudo coerência. Quem hoje aponta o dedo a tudo e a todos deveriam recordar que uma das situações mais graves ocorridas na gestão autárquica foi precisamente a aprovação de um orçamento negativo. Algo que colocou sérias dúvidas sobre o rigor financeiro e a conformidade da gestão pública. Por isso antes de distribuir certificados de legalidade ou ilegalidade ou nós fizemos, ou o betão etc., talvez fosse prudente fazer um exercício de memória institucional. A credibilidade constrói-se com coerência e a coerência exige que quem acusa esteja disponível para responder pelo seu próprio histórico. -----



Em relação ao Deputado Municipal Diogo Ruivo começo por dar os parabéns porque sei que neste fim-de-semana naquela ação de dinamização e de publicitação e também de venda da Cereja de Lamas no Porto correu bastante bem, pois foram vendidas 8 toneladas o que é realmente de louvar e de assinalar. Ainda relativamente a este assunto da Cereja quero parabenizar não só a Junta de Freguesia de Lamas mas também a Junta da União de Freguesias de Bornes e Burga pela Organização das Feiras da Cereja. Agradecer também a forma como fui recebido pelas gentes das duas aldeias e quero devolver no fim desta Assembleia o mapa que o Sr. Presidente de Bornes fez questão de me dar para eu saber onde ficava Bornes. Senhor Presidente, de Junta eu sei bem onde fica Bornes e das suas potencialidades inclusive fica na aldeia onde em plena campanha foi pedido o voto pelo trabalho que o município lá fez com o anterior executivo e que muito contribuiu para a perda das eleições, caso não esteja recordado. Lembre-se que em política ninguém tem de pagar nada. O povo de Bornes é livre de votar em quem bem entender, é a terra de gente trabalhadora e que não se deixa influenciar nem vão em politiquices. Dizer também que a integração de produtores de várias aldeias do Concelho de Macedo de Cavaleiros, como já foi mencionado aqui pelo Deputado Diogo Ruivo no processo da Certificação da Cereja de Alfândega da Fé, deve ser analisada com seriedade serenidade e sentido estratégico. Antes de mais importa deixar uma ideia clara, não é aos produtores que se pode apontar qualquer crítica, pelo contrário quem produz procura, obviamente, legitimamente e naturalmente valorizar o seu produto e garantir melhores condições de comercialização e obter um preço mais justo pelo resultado do seu trabalho. Se os produtores de Bornes, Chacim, Grijó, Lombo, Peredo ou Vale Benfeito, encontraram numa estrutura já organizada uma oportunidade para integrar um processo de certificação com perspetivas concretas de sucesso seria incompreensível exigir-lhes que recusassem essa probabilidade, como é óbvio. Nenhum agricultor pode ser responsabilizado por procurar o melhor futuro para a sua exploração. A verdadeira questão está no outro lado. Por que chegou Macedo de Cavaleiros atrasado a este processo? E acreditem que eu fui convidado para a abertura da Feira da Cereja de Alfândega da Fé e estive lá o Sr. Ministro da Agricultura e fui com orgulho mas também um bocado desiludido, que na Rua Principal daquele Certame em 10 produtores da Cereja, 8 eram do concelho de Macedo de Cavaleiros e a maior parte de Lamas, de Bornes e os outros 2 um deles foi a Lamas comprar a cereja e disse que era da Alfândega da Fé e o outro era da Cooperativa da Alfândega da Fé. Há muitos anos que a produção da cereja representa uma atividade



M/M

[Handwritten signature]

económica relevante no nosso concelho, é reconhecida por muitos como uma das principais zonas produtoras de cereja de Trás-os-Montes e a existência de produção, de tradição e de massa crítica era conhecida. O potencial para avançar com uma estratégia de certificação e valorização também não era novidade. Ainda assim o processo arrastou-se durante anos sem resultados concretos. Enquanto Alfândega da Fé foi consolidando a sua estratégia, mobilizando produtores, organizando a fileira e avançando nos procedimentos necessários para alcançar a proteção nacional e futura certificação europeia, o município de Macedo de Cavaleiros permaneceu sem capacidade para liderar um projeto semelhante à escala do concelho. O resultado está hoje à vista, quando finalmente se procura recuperar o tempo perdido, parte dos produtores do concelho já encontrou noutro processo, a resposta que durante anos não encontrou em casa, ou seja, no concelho de Macedo. Não porque tenha sido abandonado, mas porque alguém deixou passar oportunidades que exigiam uma visão, um planeamento e uma capacidade de execução. É legítimo discutir modelos e limitações geográficas, é legítimo defender uma marca própria para a Cereja de Macedo de Cavaleiros, o que já não é aceitável, é ignorar que a situação atual resulta em grande medida da ausência de uma estratégia atempada por parte do anterior Executivo Municipal. Quando não se lidera, outros lideram. Quando não se cria valor, os produtores procuram-no onde o valor existe. A crítica política deve, por isso, ser direta, mas justa. O problema não são os agricultores que aderem a um processo de valorização já em marcha, o problema foi a incapacidade de quem teve responsabilidades públicas para antecipar desafios, unir os produtores e colocar Macedo de Cavaleiros na linha da frente de um processo que, pelas suas características agrícolas e históricas, poderia e deveria ter liderado. Esse foi exatamente o problema. Tal qual aconteceu na fileira do mel, já agora, que ignoraram durante este tempo todo oito anos de mandato, ou até do Calço de Macedo de Cavaleiros, e isto não se pode voltar a repetir. Um erro crasso do anterior Executivo que não pode deixar de nos envergonhar a todos. Quanto à questão do regadio de Lamas dizer que não é por falta de vontade ou coragem, é mesmo pela viabilidade ou inviabilidade do projeto. -----

Em relação ao Deputado Jorge Asseiro, em relação àquilo que disse e eu gostei bastante, principalmente das suas palavras porque em quatro anos que andei aqui como Presidente Junta é curioso que o Deputado Jorge Asseiro nunca se queixou enquanto Presidente Junta quando era promessa do partido do qual é militante. E havia, exatamente como disse há bocado e como referiu, os dois estudos. Esperou oito anos para finalmente vir aqui perguntar pelos estudos. Oito anos, já agora, de que



anos é que são esses estudos, sabe? Não sabe. Oito anos se passaram e o Sr. Deputado quer que este Executivo faça em oito meses o que não fez o seu partido em oito anos e que tudo não passou de dois estudos que nunca saíram da gaveta e do qual nunca se queixou. E há bocado eu disse que falava sobre o Ministro da Agricultura que estive com ele em Alfândega e uma das questões foi marcar com o Sr. Ministro da Agricultura um encontro para tratar do regadio, não só na parte nascente, mas sobre o concelho todo de Macedo de Cavaleiros. -----

Ao Sr. Deputado Cláudio Trovisco, agradecer pelas suas palavras e acho que a questão que fez com o Deputado Ramiro eu concordo plenamente e subscrevo essas palavras. -----

Em relação ao Deputado Municipal Luís Lino dizer-lhe que agradeço as palavras e deixo um bem-haja a esse grupo de jovens e o que queremos acreditar convosco também na prova e no evento que tanto representa para o Concelho e acreditar que reforçar o apoio em função da capacidade e da mobilização das pessoas. No que diz respeito à Serra de Bornes, há um projeto aliás, esse foi um tema que foi também falado pela Sr.ª Vice-presidente durante a Campanha Eleitoral, por isso podemos sempre discuti-lo e mais uma vez convido também o Deputado a reunir para podermos ouvir também as vossas sugestões e os vossos propósitos em relação àquela Serra. Além do mais, queria só terminar esta resposta por agradecer nas suas palavras e na sua pessoa, ou melhor, nesta associação, agradecer a todas as associações juvenis do nosso concelho que realmente, não só em Castelãos, não só em Grijó, não só em Vilar do Monte, etc, não quero estar a referir algumas e não dizer outras, mas a todas o trabalho, a determinação e a divulgação do nosso território é de louvar e mais uma vez agradecer-lhe esse trabalho a todas. -----

Em relação ao Deputado Municipal António Gomes, dizer que comecei por dizer que o Sr. António é uma pessoa que eu respeito bastante e acho que todas as conversas que eu tive com o Sr. António, independentemente do Partido ou das ideologias políticas que qualquer um tem, foi sempre uma pessoa com a qual aprendi bastante, como Presidente Junta, e me continua a ensinar e continuo a aprender e bem-haja.” ---

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros.-----
Começou a sua intervenção dizendo “Foi aqui de novo questionada a intervenção da máquina dos bombeiros no Azibo. Dizer que já tivemos oportunidade de falar sobre



m/m
[Handwritten signature]

este assunto em reunião de Câmara, onde o Sr. Vereador do Partido Socialista já colocou as questões também que entendeu colocar e cumpre-me de facto complementar a resposta com o Sr. Presidente da Câmara dizendo que: somos responsáveis, sabemos que é uma paisagem protegida, que é preciso preservar e acautelar. Os Bombeiros são uma Entidade insuspeita naquilo que é a responsabilidade e a dedicação às pessoas e aos bens e portanto não faríamos nunca nada que pudesse lesar a Paisagem Protegida do Azibo. O facto é que de facto a máquina esteve na água, na margem e o Sr. Vereador teve oportunidade de me perguntar se nós tínhamos feito um pedido de licença para poder operar ali na margem, fazer a manutenção da praia pela APA, ao que eu posso esclarecer que nesta atividade em concreto não havia necessidade de pedir licença à APA, uma vez que o Decreto-Lei n.º 97/2018, concretiza a transferência de competências para os Órgãos do Município no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público-hídrico do Estado, que é o caso das praias do Azibo. Informo também que a cota do nível de pleno armazenamento de Albufeira é de 602 metros e a cota do nível máximo da cheia é de 603,65 assim sendo, os terrenos até à cota 603 são do domínio público. Informo também que o leito de Albufeira vai até à cota de 602. A intervenção na Praia da Ribeira teve como objetivo a manutenção da área de banhos como já explicámos logo abaixo da cota 602 metros, conforme previsto no n.º 1 do art.º 4, do referido diploma, onde diz que (...é competência dos órgãos municipais nas praias mencionadas no art.º 1 realizar as obras de reparação e manutenção de retenções marginais...) que foi exatamente aquilo que se pretendeu com a remoção dos troncos, a manutenção na intervenção da Praia da Ribeira. Para terminar este assunto conforme previsto no art.º 5.º leio também (...que todas as competências previstas no presente Decreto-Lei são exercidas pela Câmara competências relativas a Albufeira que foram depois delegadas no Sr. Presidente e depois deste na Vice-Presidente...) razão porque não pedimos licença à APA. Mais informo que já vieram os resultados das análises da água esta foi recolhida como se faz habitualmente a recolha da água para análise foi feita no dia 2 de junho pelos agentes de segurança não por nenhum técnico da Câmara e o resultado destas análises que são de facto da APA, Agência Portuguesa do Ambiente, datam de 5 de junho de 2026 e na análise a microplacas em duas avaliações feitas, o valor de referência numa é de 1500 e a análise da água no Azibo é menos de 15. Na segunda análise o valor de referência é de 500 e o valor da análise e da colheita que foi feita é de menos de 15 também verificando e certificando de facto a qualidade excelente da água. Nas observações finais, a APA diz que a água está própria para banhos e que a



avaliação das amostras únicas, valores limites de acordo com a Norma 19 de maio de 2020 da Comissão Técnica de Acompanhamento da Aplicação do Decreto-Lei nº 135 está conforme, pelo que penso que prestei os esclarecimentos que aqui foram pedidos. -----

Relativamente à pergunta sobre se há projetos para a Serra de Bornes dizer que de facto é a coisa mais fácil perguntar se há projetos para a Serra, para a encosta para o lago, para a zona da cidade e para as aldeias. Dizer que de facto projetos todos podemos pensar neles e todos podemos idealizar não são de facto todos feitos ao mesmo tempo e muito menos em 8 meses. Eu podia responder que há projetos ou que estes estão mapeados mas de facto sobre a Serra de Bornes nós tivemos oportunidade de pôr em campanha e portanto está registado para quem quiser ver ainda há registos com certeza nas redes sociais, num discurso ou em vários discursos feitos também no concelho que existe de facto um projeto nosso, um conjunto de intenções uma ambição, ou um plano como lhe queiram chamar, sobre a possibilidade de implementar nas zonas limítrofes da Serra de Bornes apanhando também as aldeias limítrofes um Parque Biológico. Um Parque que fosse vocacionado para a preservação ambiental tanto da fauna e da flora virado também para o ecoturismo de base comunitária com recuperação de habitat ou de espécies em vias de extinção, espécies que tanto dignificam e tanto têm dado também ao nosso concelho como é o caso do Corço. Envolver também as aldeias limítrofes da Serra e envolver a ciência quer seja o PIAGET, o IPB ou a UTAD. Poder fazer com estas Faculdades, Laboratórios e Estágios de Preservação Ambiental de Fauna e de Flora, um Parque que possa ser um ativo económico para o concelho com roteiros de observação da natureza, de percursos pedestres, de reflorestação de espécies autóctones, de centros de interpretação e oficinas tradicionais aproveitando os saberes dos nossos mais velhos, com vigilância e ciência cidadã envolvendo os habitantes e os visitantes também na monitorização das espécies locais. Penso que será também importante neste projeto envolver ou ter uma vertente educacional em parceria com o Geoparque e com o Agrupamento de Escolas e claro, esperando sempre a possibilidade de que haja janela aberta para Fundos e Apoios Comunitários porque um Projeto estruturante a longo ou médio prazo como é o caso não pode ser feito quando nós queremos e sim quando há essa possibilidade. Resta-me só responder também ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salselas a respeito dos Calcários e dizer-lhe que o terreno a que fez referência é da Junta Fabriqueira de Salselas e as obras estão a ser articuladas com esta Instituição. O Projeto prevê a intervenção em quatro Geossítios,



m/n
[Handwritten signature]

não só o Geossítio de Salselas e a Empresa a quem foi adjudicada a obra já está em ação. Relembro que é um Projeto que estava há alguns anos na gaveta e começa agora a ver a “luz do dia” implementando-a no terreno para Valorização do Património que é de todos nós. Relembro que esta intervenção que a Empresa está a fazer vai acontecer e já está a acontecer em quatro Geossítios, nos Calcários de Salselas, nas Minas de Murçós, nas Descontinuidades e nos Gnaisses de Lagoa.”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** para responder a uma questão suscitada pelo Sr. Deputado Alfredo Preto e disse “relativamente ao projeto, este processo teve início com deliberação da Câmara Municipal em fevereiro que aprovou a abertura do procedimento para a elaboração do respetivo Regulamento. Nessa sequência foi aberto um período de 20 dias para consulta prévia e recolha de contributos, para permitir aos munícipes que se pronunciassem e participassem na construção dessa medida. Portanto, ao longo destes meses foram desenvolvidas várias diligências, foram solicitados contributos aos membros do Conselho Local de Ação Social, foi estabelecido contato com os Srs. Presidentes de Junta, pedindo a colaboração na identificação e sinalização das situações de vulnerabilidade social que pudessem beneficiar deste serviço. Paralelamente encontram-se a ser solicitados orçamentos a várias Empresas especializadas nesta área de forma a garantir que o Município possa adotar a solução mais adequada às necessidades da nossa população. Estamos igualmente a concluir a elaboração do Regulamento que oportunamente será submetido à apreciação da Câmara Municipal, portanto, em princípio, na próxima reunião de Câmara irá o Regulamento para deliberar e nessa altura serão dados a conhecer os valores dos respetivos equipamentos.” -----

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Em relação à Estrada Paradinha, acho que eu não fiz entender porque a árvore caiu mesmo hoje, não foi ontem, foi agora e por acaso ia um funcionário e reportou a situação e já informei o Sr. Vereador. -----
Em relação à situação da cereja que aqui foi falado, sabem quem são os culpados da Cereja não estar Certificada? Não é do Executivo anterior pois todos devem saber há quantos anos existe a Feira e se não sabem eu digo-vos. Esta Feira já existe há 44



anos, e portanto todos os Executivos que têm passado pela Câmara todos eles são responsáveis por esta situação. -----

Depois quero também dizer aqui à Sra. Vice-Presidente, que eu lhe vou garantir a limpeza dos espaços públicos em Morais mais uma vez, porque o Jardim de Infância tem lá a erva de dois metros, mas esteja à vontade que eu garanto-lhe isso, tal como também o vou garantir na Sobreda. -----

Em relação à Associação da Paradinha, Sr. Presidente, eu não o culpei de nada, só que há pessoas que não têm o “QI” a 70% e não compreendem isso e o Senhor tem que lhe dar algumas lições de moral a essas pessoas porque não têm capacidade para mais e não sabem porque é que uma vez que a Junta tem o material todo comprado e não começa a obra. Em relação aos meus paralelos, vou-lhe pedir pela última vez se for capaz, de mandar lá uma equipa, faça-me esse favor. E depois dizer também que ouvi aqui uma coisa espetacular, ou seja, vieram aqui pessoas a dizer que o Sr. Presidente continuou com os projetos do passado e que fez muito bem. Depois vieram outras pessoas a agradecer que apoiou nas Feiras na aldeia A e na aldeia B. E eu questiono se Morais é aldeia C porque havia uma casa da Ceifa aprovada e já tinha 192 mil euros, vindo de um Fundo que já tinha e foi esquecido e eu só quero que me diga aqui, porque era até junho ou julho que esse dinheiro tinha de ser investido, onde é que está esse dinheiro?” -----

MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “Pedi novamente a palavra para esclarecer um ponto que aparentemente não ficou suficientemente claro na minha intervenção anterior. Quando me referi à falta de articulação entre o Município e a Junta de Freguesia, estava a referir-me exclusivamente à fase do planeamento da obra e não à sua execução. E é importante fazer esta distinção, porque o planeamento desta intervenção ocorreu sob a responsabilidade do anterior executivo. Foi nessa altura que a Junta de Freguesia não foi ouvida nem foi escutada, para delinear algumas ruas que considerámos importantes. Por isso, se houve falhas de planeamento, elas devem ser atribuídas a quem planeou a obra e não a quem executou.” -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Começo dirigindo estas palavras à Sra. Presidente da Assembleia e gostaria que me respondesse a uma questão, se puder, como é óbvio. Quais são,



n/m
[Handwritten signature]

então, as limitações dos assuntos que se podem trazer a esta Assembleia antes do período, antes da ordem do dia? -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal respondeu “ Está no Regimento e se o consultar pode verificar que temos 60 minutos para as intervenções neste período. **A**

Sr.ª Deputada Municipal respondeu “mas a Sr.ª Presidente cortou-me a palavra, nem me deixou falar dois minutos.” **A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**

respondeu “o seu assunto é reiterado de outra Assembleia Municipal.” **A Sr.ª**

Deputada Municipal respondeu “mas não ficou suficientemente esclarecido, e eu entendo que seja bem que fique esclarecido, porque é de relevante importância.” **A**

Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal disse ainda “ a Sra. Deputada já reparou que eu não corto a palavra a ninguém, simplesmente a Sra. Deputada vem com um assunto que na altura foi clarificado e agora vem dizer que devia o Oficial de Contas vir aqui falar se não foi chamado pelo Presidente da Câmara.” -----

A Sr.ª Deputada Municipal Isabel Carvalho prosseguiu a sua intervenção dizendo “Sr. Presidente, não me respondeu às questões, nomeadamente sobre as lombas, o parque infantil, os carros abandonados, não respondeu a nada disso e gostava que me respondesse como é que estão essas situações todas. Agora, creio que dois minutos não vai ser suficiente se achar que me deve cortar a palavra, esteja à vontade. -----

Para o último ponto, trago a esta Assembleia um assunto para o Sr. Presidente e para a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro. Gostaria de abordar a questão sobre as bolsas de estudo atribuídas aos estudantes macedenses do Ensino Superior que preenchem os requisitos definidos pelo Município. Antes de mais, quero reconhecer a importância desta medida que constitui um apoio relevante para muitas famílias do Concelho e um incentivo ao prosseguimento dos estudos por parte dos nossos jovens, implementada pelo anterior executivo e reforçada a verba ano após ano, abrangendo por norma todos os alunos candidatos. No entanto, queria e quero deixar duas sugestões que considero poder ir ao encontro das necessidades dos estudantes e respetivos pais e ou encarregados de educação, ao mesmo tempo que simplificam o trabalho dos serviços municipais: a primeira prende-se com os prazos de pagamento. Parece-me desejável que as bolsas de estudo fossem integralmente pagas até ao final do ano a que dizem respeito. É que neste momento, e falo por conhecimento próprio, estamos já no final do ano letivo 2025/2026 e até hoje, ainda não foram pagas. Compreendo que existem procedimentos administrativos a cumprir, que no passado também não eram pagas logo, não é esse o caso, mas o objetivo destas bolsas é precisamente apoiar os estudantes durante o ano letivo. Quando o apoio chega

2/2
[Handwritten signature]



apenas no final ou após o término do período a que respeita, perde-se parte da utilidade prática que justifica a sua atribuição. O pagamento poderia inclusivamente ser efetuado de forma faseada, com a maior parte do valor processada numa fase inicial e uma parcela final, liquidada após a divulgação pela DGSstE, do valor definido da bolsa, normalmente por volta do mês de março. Nessa altura seriam efetuados os respetivos acertos, caso existissem diferenças entre os valores provisórios e os definitivos; a segunda questão/sugestão relaciona-se com a simplificação do processo da candidatura de renovação. Considero que poderia ser estudada a possibilidade de as bolsas serem automaticamente renováveis até à conclusão do curso, desde que o estudante continuasse a cumprir os requisitos exigidos. Para esse efeito, bastaria que o bolseiro apresentasse anualmente o comprovativo da atribuição provisória da bolsa da DGEstE, o comprovativo do aproveitamento escolar e o comprovativo do escalão de abono de família ou da condição socioeconómica exigida. Desta forma, reduzia-se significativamente a burocracia para as famílias e para os próprios serviços municipais, tornando o processo mais célebre e eficiente." -----

CARLA ALEXANDRA DIAS MIRANDA (PSD) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Eu queria responder ao Deputado Eurico e antes de mais, e desde já, agradecer-lhe por ser um seguidor das redes sociais da Freguesia de Vale da Porca e dizer-lhe que continue a seguir porque vai aprender e a ver coisas e obra que se faz por lá. Quero convidá-lo também a ir à reunião da Assembleia de Freguesia, na próxima quarta-feira, onde todos os esclarecimentos serão devidamente dados a si, com todo o rigor e terei todo o prazer de lhe explicar todas as suas dúvidas e o porquê do agradecimento às pessoas de Vale da Porca. Dizer-lhe ainda que eu consegui com que o povo se unisse e que nos ajude nas obras que lá são feitas. E reitero o agradecimento aqui publicamente a todas as pessoas que estiveram connosco na ajuda da limpeza." -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Eu queria só um esclarecimento, do Sr. Presidente e informá-lo que aquilo que eu questionei relativamente à situação quer da corrida de São Pedro, quer do Ciclismo, foi um alerta para que não se repita. É esta a minha preocupação. Entenda que não devemos aguardar que aconteça algo grave, porque o acesso efetivamente não existia, ou seja, não estava salvaguardado um corredor e é fácil, de resolver e eu posso deixar aqui uma sugestão: existem duas vias das Bombas da Galp



m/m
[Handwritten signature]

até à Rotunda do Hospital e bastaria que uma dessas vias fizesse dois sentidos e seria possível chegar e sair do hospital e a outra via seria usada para essas atividades. Só deixar mesmo esta nota. Em relação à Sr.^a Presidente da Mesa da Assembleia, eu gostaria de lhe colocar também uma questão. Disse que há temas que já foram esclarecidos e que não foram falados. Eu também fiquei sem perceber porque é que não cortou a palavra ao Sr. Presidente quando falou para o Presidente da Junta de Borne porque efetivamente segundo aquilo que eu percebi e estive atento a todas as intervenções, o Presidente da Junta de Borne não fez qualquer tipo de intervenção nem houve aqui qualquer tipo de intervenção em relação a Borne."-----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Acho que não vale a pena alimentar estes desentendimentos e seria bom que houvesse aqui alguma equidade para que não houvesse este tipo de discussões nem razões para zangas. -----

Fiquei de apresentar aqui algumas coisas que interessam realmente às pessoas que estão lá em casa e temos em Macedo neste momento números que para nós, Partido Socialista, são preocupantes. Neste momento temos uma taxa de 64,8% de pessoas que são dependentes das ajudas das pessoas ativas. Portanto, em cada 65 idosos estão dependentes de 100 pessoas que estão em idade ativa e nós, Partido Socialista, gostaríamos então de falar sobre o Programa Municipal de Envelhecimento Ativo. Já sabemos que tem o Programa do Toca a Bolir e muito bem, mas gostaríamos de trazer uma ideia e propor para que o Município pudesse dinamizar aqui um programa regular e que fosse atrativo para que pessoas que estejam a "envelhecer alegremente" possam ter aqui algum tipo de atividade para se sentirem independentes. Há pouco tivemos a apresentação aqui da GNR e nada melhor do que: se nós envelhecermos e tivermos índices de qualidade de vida que nos proporcionem sermos independentes e termos liberdade para continuarmos a viver, tanto melhor e portanto, este programa nós vamos pôr depois nas redes sociais na nossa página e as pessoas depois lá em casa poderão consultar melhor. Terá como baliza a promoção de caminhadas organizadas. Elas já aconteceram e dou o exemplo do que aconteceu entre Lamas, Sezulfe e Cortiços. Foi uma organização conjunta e penso que esta organização poderia ser extensível, Sr. Presidente, criando aqui uma espécie de um périplo que pudesse atrair não só os nossos Cidadãos, os nossos Fregueses e Macedenses, mas também pessoas que viessem de fora. Portanto, aqui um programa que pudesse promover ao mesmo tempo as nossas Freguesias em que se pudesse coincidir com a Feira, como aconteceu e bem com a Feira da Cereja, seria então de enaltecer e de se



desenvolver. Aproveitar a logística que o Município já tem em termos de transportes e, portanto, sugerimos a articulação deste tipo de apoio logístico. Desta forma, estimulamos a atividade física, combatemos o isolamento, apoiamos diretamente o comércio local e as comissões de festas também das nossas aldeias e este tipo de programação é um tipo de programação que já existe, portanto, volto a dizer, nós não estamos aqui a inventar a roda, são programações que já existem dentro dos programas de atividade física, nomeadamente na Galiza, nós temos poupanças nos gastos públicos ao nível dos investimentos de saúde, ao nível do SNS, em que as pessoas, tendo uma ocupação sentem-se melhor física e mentalmente e portanto, promover a atividade física promove também a qualidade de vida e o bem-estar dos nossos munícipes. Como disse, vamos publicar isto na nossa página.” -----

CLAÚDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente e Sra. Vereadora, com o Pelouro, foi-me levantada uma questão que tem a ver com o transporte dos alunos agora na época dos exames nacionais à qual eu não soube responder e, efetivamente gostaria apenas de um esclarecimento. Foi-me informado que havia alunos a serem transportados em táxi. Eu gostaria de saber por que razão e a que razão se deve isto. Outra questão, Sr. Presidente, durante vários anos nesta Assembleia eu trouxe aqui um assunto que infelizmente nunca consegui que fosse resolvido, mas vou voltar a pedi-lo na esperança que o consiga resolver. A iluminação do Nó da Zona Industrial foi apagada há vários anos e à noite, o único ponto de luz que existe no acesso à Zona Industrial são efetivamente a iluminação do posto de abastecimento e eu pedi aqui várias vezes que tomassem diligências no sentido dessa iluminação ser repostada. Reitero esse pedido, agora a este Executivo porque é muito importante, quer em termos de segurança, quer em termos da dinamização da Zona Industrial.” -----

EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sra. Vereadora Cristina Pires relativamente aos Fornos da Cal em Salselas, a informação que me foi dada pela Comissão é que não tinham conhecimento, há cerca de duas semanas falaram com eles a seguir a isso? Foi isso que me foi comunicado. Dizer também que o Sr. Presidente não me respondeu à pergunta que eu coloquei acerca das lombas e marcos limitadores de velocidade para Limãos. E aproveito também, para colocar aqui mais duas questões que têm a ver com o pedido de instalação de rail de proteção na estrada municipal que liga Salselas



m/n
SA
[Signature]

a Vale da Porca. O pedido já foi apresentado para a instalação do rail de proteção rodoviária na estrada municipal que liga Salselas a Vale da Porca. Neste sentido, solicito esclarecimentos sobre o estado atual do processo. Já tive uma reunião com os Fiscais Municipais que ficaram de levar o assunto a quem direito, mas até à data ainda não tive nenhuma resposta. Outro assunto também que já trouxe aqui no dia 29 de dezembro do ano passado que tem a ver com a iluminação da Barragem do Azibo, concretamente no Paredão. Até à data, Sr. Presidente e já passaram cinco meses e ainda não foi reposta a iluminação, por isso gostaria de saber qual é o estado do meu pedido, uma vez que não é apenas do interesse dos fregueses de Salselas, mas de todos os munícipes.” -----

EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sr.^a Presidente da Junta de Vale da Porca, é a minha obrigação, enquanto Deputado Municipal, seguir todas as Juntas de Freguesia, saber o que é que se passa no meu concelho pois fui eleito pelos Macedenses, tenho essa obrigação. Ainda assim, eu trazia aqui a resposta preparada porque eu temia que a sua resposta fosse essa, ainda que não nesse tom, e vou ler “a minha ocupação tem a ver com a leviandade e seriedade com que são tratados os temas. Estamos a falar de uma intervenção numa linha de água, matéria que exige cuidados ambientais, enquadramento legal, muito rigorosos. É que eu recordava que até o Município está escaldado em relação à APA. Não sei se se lembra, mas na última informação escrita do Sr. Presidente à Assembleia Ordinária, vinha a informação sobre contacto informal à APA relativa à derrocada do muro do Ribeiro do Parque da Cidade. Contacto informal não era formal, isto alguma coisa quer dizer. Entretanto, só pelo menos dois meses é que nós tivemos a informação de que passou a seguir os trâmites mais formais. Eu compreendo que a informalidade possa agilizar alguns processos, mas a segurança e a responsabilidade são importantes. -----

Sr.^a Presidente da Junta quando se convida para algum evento, ao menos informamos da hora. Eu fico à espera de saber a hora da Assembleia de Freguesia e pedia depois à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que me passasse uma declaração, como estive presente, porque eu trabalho e não posso faltar ao meu trabalho. -----

Ainda ao futuro ao passado, ao que é que se fez e ao que é que não se fez? Eu acho que não vale mesmo a pena alimentar essa discussão. A ETAR de Castro Roupal tem o projeto feito, execute-se e o mesmo digo quanto à da Arrifana. -----

Sr. Presidente, para terminar, eu convidava-o a mostrar-me na ata da dita Assembleia onde é que está o convite para ir à Câmara Municipal e, se efetivamente lá estiver, eu



venho aqui retratar-me. Ainda assim amanhã a que horas é que posso estar na Câmara para reunir com V.^a Ex.^a?" -----

ARTUR DO NASCIMENTO VASCO PARREIRA (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Eu queria perguntar ao Sr. Presidente quem é que faz as marcações das estradas, nomeadamente daqueles 10m. Gostava também que alguém me dissesse na eventualidade de deflagrar um incêndio para os lados das Arcas qual é o que faz mais diferença? É da parte de baixo ou da parte de cima? Porque se é desmatado da parte de cima, porque que não é desmatado da parte de baixo? Isto, não sei se é culpa já dos Presidentes de Junta ou se é de quem marca. A verdade é que temos ali quase 1Km até Nozelos que precisava de ser desmatado, porque a mata chega às casas. -----

Outro assunto é que na minha aldeia não sei se foi aprovada a construção de algum muro junto de um muro já centenário pois fizeram lá um muro encostado só com bloco de 10cm. Gostaria de saber se foi licenciado, se foi algum arquiteto que o aprovou, se não aprovou, porque aquilo para mim é uma vergonha, ou se terá sido o nosso Presidente da Junta e se o fez para arranjar votos, e se sim dou-lhe os meus parabéns, mas também os pode perder. Terceira questão: Parece que ficou aí tanto dinheiro e eu espero que o tapete da estrada pelo menos até Ferreira não seja para esquecer." -----

JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Sr. Presidente falou aqui do orçamento negativo, não é? Mas era um orçamento que não meteu nada para baixo do tapete, vinha tudo no orçamento, coisa que não acontecia antigamente. Mas vou fazer-lhe aqui uma pergunta em relação a obras. Queria saber o que é que está a pensar fazer na antiga Residência dos Estudantes, uma vez que estava previsto e em Projeto 14 habitações para jovens a custos, a custos moderados. Saber também em que situação está a execução das 16 casas, no Bairro da Alegria e gostava que me respondesse, porque de facto são obras importantes e que dão uma mais-de-valia a Macedo de Cavaleiros, até mesmo para as pessoas poderem radicar-se no concelho. Saber também qual o ponto da situação relativamente à Requalificação das Piscinas e também do Arquivo Municipal, este ao que parece, o Sr. Presidente deixou cair o Projeto. Requalificação da rede viária Municipal de Macedo, em concreto a Entrada Nascente de Macedo, orçamentada na ordem de 1 milhão de euros. Por fim dizer que próximo do Bairro de São Francisco,



aquela estrada, que vem de Bragança até ao centro, os automobilistas fazem ali ultrapassagens e há carros a passar com grande velocidade, onde já se deram acidentes, vejam se arranjam uma solução para evitar que algo de grave ali aconteça.”

m/n

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões apresentadas pelos Srs.

Deputados: -----

“Em relação ao Deputado Ramiro Valadar, sobre a água da Paradinha, está reportado. Em relação à Certificação da Cereja que era isso que eu me estava a referir, eu não me estava a referir ao certame, eu estava a dizer que fui à abertura deste certame e fiquei um bocado com uma mágoa ao ver aqueles produtores, todos porque dos 10 que lá estavam 8 ou 9 eram de Macedo e essa a certificação foi feita com produtores do nosso concelho, e que podíamos ter calculado nós isso e termos feito nós essa certificação, e estamos a falar da certificação entre 2018 e 2023. Em relação à Paradinha, o que interessa é que a obra seja concluída, obviamente que gostaríamos que fosse o mais rápido possível, mas o que interessa é que cheguemos ao fim e que seja concluída. Em relação à árvore que caiu se ainda não foi removida, estará a ser removida hoje ou o mais tardar amanhã. Em relação à questão do pavilhão da ceifa dizer que o Município se encontra a desenvolver o projeto e a respetiva memória descritiva relativamente a uma solução alternativa para o pavilhão da ceifa de Morais, bem como a memória descritiva de outro projeto, porque esta obra ficou deserta na altura, e nós optamos por esta situação e nunca dissemos que esta memória descritiva e este projeto alternativo não poderia nem deveria ser em Morais. Agora, a questão é que este projeto como estava é que vai ser substituído por um alternativo e não quer dizer que não seja em Morais, por isso não diga já que eu tirei dali essa verba. Contudo, considera-se que nesta fase é prematuro anunciar qualquer um destes projetos sem que esteja devidamente aferida a viabilidade e a maturidade. Em todo o caso, a verba necessária encontra-se já cativada e quando estiver reunidas as condições para avançar, será dado conhecimento do projeto tanto à Câmara Municipal, como à Junta de Freguesia, como a esta Assembleia. O que eu quero reiterar aqui e sublinhar é que nunca foi dito que não será feito ou utilizado o valor da verba em Morais. -----

Em relação ao Deputado Miguel Reis, agradeço o esclarecimento e sublinho só a importância de finalmente esta obra estar em fase quase de conclusão e isso é o que interessa para todos os Corujenses. -----



Em relação à Deputada Isabel Carvalho dizer que, em relação aos carros abandonados na via pública, já estavam a ser articulados os esforços entre os Serviços Municipais e a GNR, ainda antes de mencionar aqui esse assunto. Sabemos que alguns veículos já foram inclusive retirados e os que ainda não foram retirados mantêm-se por retirar, e deve-se ao facto das dificuldades que temos em identificar e notificar os proprietários e por sua vez também os proprietários apresentarem dificuldades em retirar os seus veículos e é preciso gerir esta situação toda para o fazer. Em relação à questão do Parque Infantil que já está foi-me dito que está em fase de orçamentos para poder depois escolher a Empresa que irá fazer essa manutenção. Quanto As lombas está a ser feito o levantamento e aproveitamos esse levantamento em termos de concelho, não só para Macedo, e estamos à espera que seja feito o levantamento em todo o concelho para depois passarmos à implementação das mesmas. -----

Em relação ao Deputado Alfredo Preto dizer-lhe que os agentes das autoridades estavam lá e estavam salvaguardadas as condições de segurança pois foram feitas reuniões e foi salvaguardado um corredor de segurança, mas agradeço todas essas sugestões, agora se alguma coisa correu mal, também ainda falta reunir após estas atividades para ver o que correu mal para ser corrigido em próximas atividades. -----

Em relação ao Deputado Miguel Cabral, como disse e já referenciei mesmo na outra intervenção que teve, todas as boas sugestões e as propostas proactivas e construtivas são sempre bem-vindas e obviamente que teremos isso em conta. -----

Em relação ao Deputado Cláudio Trovisco, sobre questão do táxi deixaria para a Sr.^a Vice-presidente responder. -----

Em relação ao Deputado Emanuel Nascimento sugeria que agendássemos uma reunião para podermos ver as questões onde poderemos acudir tanto o Município como a Junta de Freguesia da melhor forma e mais célebre. Em relação às lombas, como já referi está a ser feito este levantamento a nível de concelho e será para fazer onde for necessário. Em relação à Estrada de Salselas/Vale da Porca, além do levantamento que está a ser feito das lombas, não só em termos de CIM, mas em termos de Município também, estamos a fazer o levantamento em relação à rede viária, dos troços em todo o Concelho que estão realmente bastante danificados, para depois ou entrarem na questão da CIM, no âmbito do Empréstimo BEI, ou então através do Município. Quanto aos railes já foi feito o levantamento e estamos em fase de estudo para os colocar. No que diz respeito à iluminação do Azibo, como vocês devem imaginar, e acho que não há aqui nenhum Presidente Junta que não teve



m/n
at
[Signature]

dificuldades em relação a iluminação e a postes, e sabem que infelizmente nos prazos da E-REDES, demoram a resolver as coisas, e eu dou aqui um exemplo das letras da cidade de Macedo de Cavaleiros que foram colocadas no Natal e só agora é que estão a funcionar. -----

Em relação ao Deputado Eurico Afonso, convidava-o a ver a ata, porque realmente eu coloquei-me à disponibilidade de ter essa reunião, na Assembleia Municipal de fevereiro, onde foi a Assembleia Jovem, que até esteve presente, que eu fiz exatamente o convite não só à Assembleia Jovem, mas também ao Deputado Eurico, e posso também já dizer que caso não queira, pode sempre aparecer, nos dias da reunião de Câmara à tarde das 14h às 17h, extensivo a todos os macedenses que só terão que fazer a marcação será na receção da Câmara Municipal e serão recebidas à medida que vão chegando tendo em consideração a grande solicitação das reuniões que temos por parte dos munícipes e o Deputado de Eurico pode aproveitar, marcar e ir lá também. -----

Em relação ao Deputado Artur Parreira, e a questão das faixas de combustível, obviamente que será uma questão do ICNF, e em relação ao muro vou enviar, obviamente, os fiscais para verem essa situação. -----

Quanto ao Deputado José dos Santos dizer-lhe que debaixo do tapete de certeza que os deputados que tiveram e sofreram as coimas do Tribunal de Contas não meteram o dinheiro, vão ter que o pagar. Em relação às redes sociais, da sua parte não sigo, e só para lhe dizer que este Executivo não governa nem se gere pelas redes sociais ou por "sururus" da mesa de café, por isso, não sei, se calhar você segue, mas eu não estou atento a essas questões, pelo menos à sua parte." -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros.-----

E em relação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salselas respondeu "eu penso que recebeu a informação errada. A Técnica do Município que está a tratar, de facto, deste assunto confirmou-me que tem estado em conversações com os proprietários, inclusive com o Sr. Padre Fonseca. E estou a referir-me naturalmente aos Goesitos dos Calcários de Salselas e não aos Fornos de Cal que são coisas diferentes. Mas penso que sobre este aspeto tem estado em conversações, de facto, com os proprietários. -----

Acerca da intervenção da Sra. Deputada Isabel Carvalho sobre as Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior, agradeço os contributos e, de facto, todas as sugestões que vierem a ser apresentadas para a melhoria dos serviços e para a



solidariedade do procedimento serão, de facto, bem-vindas e a primeira que referiu parece-me, uma boa medida a ter em conta. Mas o que é que acontece com os prazos de pagamento? Há alguns estudantes que não entregam a documentação a tempo, que são contactados pelo telefone e muitas vezes não atendem e esse atraso faz com que haja depois algum atraso no pagamento. O Sr. Chefe da Unidade de Finanças garantiu-me que já começaram esta semana a fazer os pagamentos e que até ao dia 22 de junho estarão todas as bolsas pagas. -----

Sobre a segunda sugestão que fez, é pedida apenas a nota de ingresso aos estudantes, se bem que também tem que entregar e fazer prova de terem aproveitamento escolar no ano anterior, porque assim o exige o Regulamento. -----

Sobre os valores das bolsas, também já tive a oportunidade de falar, em sede de reunião de Câmara e aqui também, que o Executivo está a envidar esforços para fazer um aumento de verba para as Bolsas dos alunos que estão a frequentar as Licenciaturas com Mestrado Integrado e vai também alocar uma verba para alunos que estão a frequentar Mestrados que não estão integrados para poder de forma equitativa ajudar quem precisa a prosseguir os seus estudos. -----

Relativamente aos transportes estarem a ser feitos em Táxi, é uma situação excecional, não há problema nenhum com os transportes normais e regulares. Estamos, como sabem, na primeira fase de exames escolares e atrevo-me a dizer que todos sabemos que é uma fase de muitos nervos, de muita ansiedade, de noites mal dormidas e de muito nervosismo inicial para poder fazer de facto as provas e os exames e terem bons resultados. E foi a pensar nisso que conjuntamente com a Chefe de Divisão da Educação entendemos e com o objetivo de facto assegurar que os alunos pudessem estar na escola um pouco antes da hora prevista do início dos exames para que pudessem estar mais calmamente, terem um período de poderem concentrar-se, o que no transporte normal com o autocarro muitas vezes não acontece, porque chegam em cima da hora a correr já muito nervosos e acautelando essas situações disponibilizamos o transporte de táxi para algumas localidades que por força da distância fazem com que os alunos de facto demorem mais. Penso que se inscreveram 16 estudantes de aldeias como Lagoa, Vinhas, Morais, Argana, Lombo, Fornos de Ledra e uma aluna de Torre Dona Chama. E esse transporte de facto é excecional e é para garantir que os alunos estão atempadamente e em boas condições de realizar os seus exames. Esta necessidade será só na primeira fase, porque depois na segunda fase, como já não vai haver transporte do pré-escolar nem do primeiro ciclo já não teremos esta necessidade. Aproveito também para dizer que



u/m
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

numa destas situações tal como acontece com as bolsas e com a dificuldade às vezes em entregar os documentos, nesta situação também houve alguns problemas de comunicação. Dificuldade de contactar uma das alunas que se inscreveu para usar o serviço de táxi, mas depois que não conseguimos contactar para lhe dar mais indicações e prosseguirmos com o pedido e socorremo-nos neste caso, do Sr. Presidente da Junta de Moraes, que pode confirmar e que com toda a celeridade conseguiu chegar à fala com a aluna e com a família da aluna e resolvemos este problema para que ela de facto pudesse usar este serviço.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra ao **Sr. Vereador Leonardo Vila Franca** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

Ao Sr. Deputado Artur Parreira em relação às faixas de proteção dos tais 10 metros elas estão marcadas pelo nosso Gabinete Técnico Florestal, este ano foram revistas e voltaram a ser delimitadas, porque algo falhava e eles voltaram a pôr os limites no sítio. Em relação a ser dos dois lados, não obrigatoriamente, porque se em contexto florestal, por exemplo se for floresta, tem de ser dos dois lados, se for agrícola, está à partida tratado, não é preciso voltarmos lá, se estiver lavrado, independentemente da inclinação ou de ser a subir, a descer ou seja lá como for. Se tiverem que cortar, têm de cortar, se não o Gabinete Técnico Florestal há-de fazer essa averiguação. Se o Sr. Deputado viu algo errado é para isso que estamos aqui, vamos averiguar, como é evidente e terá de ser limpo. -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que fez a seguinte intervenção “em relação à questão colocada pelo Deputado José dos Santos que referenciou a questão dos 16 fogos no Bairro da Alegria e do Edifício da Antiga Residência de Estudantes e começo pela antiga residência de estudantes informando que tenho aqui o relatório do nosso Gabinete de Desenvolvimento de Projetos e Candidaturas Residência de Estudantes para Habitação a Custos Controlados e esta operação tem como objetivo principal promover a reabilitação e a regeneração urbana com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, através da oferta à comunidade e um edifício habitacional que possibilite a residência no território, através de uma oferta que se afirma como um espaço facilitador da fixação dos mais jovens na cidade. Tem um investimento total de 1.941.000 euros, e o estado atual é: projeto de execução elaborado e em fase de alteração na revisão da OP5 em curso este investimento foi



inserido no plano 5.3 Habitação que aguarda a aprovação e abertura de Aviso. -----

No que diz respeito à construção dos 16 fogos no Bairro da Alegria, esta operação tem como objetivo a construção de 16 novas habitações a atribuir a agregadores identificados na estratégia local de habitação que vivem em condições indignas e têm necessidade de realojamento. Serão construídas habitações bi-familiares em banda das quais 8 são de tipologia T2 e 8 de tipologia T3, o investimento total será de 2.336.000 euros, a Candidatura foi submetida, mas sem dotação no PRR e em função da decisão do Executivo, este investimento poderá ser financiado pelo Programa 1.º Direito ao obrigo do acordo da colaboração entre o IRU e o Município, na qual está previsto mas será necessário formalizar a intenção ao IRU coisa que já o fizemos. ----- Em relação à entrada nascente dizer que esta operação visa promover a mobilidade sustentável através da criação de ciclovias, passeios pedonais e de qualificação diária, aliada a eficiência energética e a gestão hídrica sustentável, além disso são contempladas melhorias na sinalização horizontal e vertical específica para modos suaves de transporte, tornando a via mais segura e acessível. O investimento total são 717 mil euros e o estado atual é a empreitada em execução. -----

E quanto às Piscinas Municipais dizer que no que concerne à OP2, a requalificação energética das piscinas municipais a operação tem como objetivo principal promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa nas piscinas cobertas municipais, reduzindo a intensidade energética e aumentando a eficiência energética e a eficiência hídrica deste equipamento, promovendo um edifício de elevado desempenho energético e de baixo carbono. Investimento total, estamos a falar de 1.109.000 mil euros. O estado atual a empreitada em execução data de início 12.02.2026 com dois pedidos de reembolso metido no balcão dos fundos e em análise.” -----

ORDEM DO DIA -----

PONTO 1-. COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE EFETIVO E DE UM SUPLENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PROPOSTA SUBSCRITA PELOS PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta que se transcreve. -----

-----“ Presente a proposta subscrita pelos 4 Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal que se transcreve. -----



n/m
[Handwritten signature]

Os representantes dos Partidos Políticos do PSD, PS, CDS e CHEGA, propõem que a **Comissão Municipal de Toponímia** seja assim constituída: -----

Membro efetivo – **Daniela de Almeida Rebelo** -----

Membro suplente – **Victor Manuel de Almeida Nunes dos Santos.**” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal procedeu à votação da proposta, por escrutínio secreto, tendo sido aprovada com 49 votos sim, 3 votos não e 5 votos em branco. -----

PONTO 2- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE MUNICIPAL NO PERÍODO COMPREENDIDO 13 DE ABRIL A 05 DE JUNHO, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 ALÍNEA C) DO ART.º 25.º E DO N.º 4 DO ART.º 35.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013.-----

Abertas as inscrições inscreveram-se do Grupo Parlamentar do PS os Deputados Municipais Luís Vaz, Isabel Carvalho, Eurico Afonso e Manuel Mico e do Grupo Parlamentar do PSD os Deputados Municipais Diana Alves, Cláudio Trovisco, Sérgio Lameiras e Valdemar Salselas. -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Neste ponto devo assinalar com satisfação que o Executivo acolheu uma das observações que aqui deixei em anteriores Assembleias Municipais verifica-se agora uma maior descrição dos assuntos abordados nas reuniões realizadas, o que constitui sem dúvida uma evolução positiva. Afinal parece que as críticas quando são construtivas podem mesmo contribuir para melhorar a informação prestada a esta Assembleia. Contudo Sr. Presidente apesar deste progresso continua a faltar aquilo que verdadeiramente importa, os resultados. Hoje já sabemos melhor sobre o que se falou o problema é que continuamos sem saber com o mesmo grau de clareza o que resultou dessas reuniões, faltam elementos essenciais como: os resultados concretos alcançados, o impacto das decisões tomadas, o grau de execução das medidas anunciadas, e as prioridades estratégicas, e os objetivos efetivamente cumpridos. ----- Os Macedenses querem saber o que mudou, querem saber quais os problemas resolvidos quais os compromissos cumpridos e quais os resultados concretos obtidos para o concelho. Em suma, querem conhecer não apenas a atividade do Executivo, mas sobretudo a eficácia dessa atividade.” -----



DIANA ISABEL BARREIRA ALVES (PSD) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Quero falar sobre duas atividades do Executivo, AgriNordeste e a Sessão de Esclarecimento para novos Produtores Pecuários. E começo por dar os parabéns por ambas, a Sessão para novos Produtores é exatamente o que faz falta. Ajudar quem quer trabalhar a perceber quais os apoios a que tem direito e como se candidatar pode ser o empurrão para que alguém precisava para ficar ou para começar. E isso leva-me à AgriNordeste é uma montra do que este Concelho produz e do que vale mas quero deixar aqui uma proposta ao Executivo. Que as escolas do concelho sejam incluídas na AgriNordeste, que os alunos venham à feira, que contactem com os produtores, que percebam de onde vem o que comem que conheçam as raças as culturas e os saberes que existem. A escola é o melhor lugar para construir orgulho no território e uma criança que cresce a conhecer e a valorizar o que a rodeia tem muitas mais hipóteses de um dia querer ficar ou de querer voltar. Portanto é imperativo olhar para o mundo rural e ver o que ele realmente é, identidade, trabalho e futuro e é isso que estas iniciativas demonstram. Este Concelho tem muito para mostrar e muito de que se orgulhar e é bom ver um Executivo que acredita nisso e que trabalha nesse sentido. Portanto parabéns ao Executivo por estas iniciativas." ---

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Sr. Presidente eu não sei se o Município já está em pleno direito na Associação Eixo Atlântico e se está foi feita uma Feira do Eixo Atlântico em Amarante, onde estavam representados os Municípios que estavam lá queria perguntar se o Município de Macedo esteve presente e se não esteve qual foi o motivo da ausência. Queria perguntar também que não vi aqui na agenda que se realizou uma luta e nesta luta estivemos sempre todos juntos tanto esta bancada como a do PSD/CDS relativamente à ligação com a Godinã e sei que o anterior Executivo teve uma reunião por causa desta questão e queria saber como é que isso estava, nomeadamente se continuamos a luta porque acho que isso é do interesse dos Macedenses."-----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) - Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: "Não poderia deixar de intervir sobre este tema, pois quem me conhece sabe que procuro ser coerente naquilo que penso e digo, e se no passado fui crítico da redução dos dias da Feira de São Pedro também hoje tenho reservas relativamente ao modelo escolhido para esta Edição. Quero começar por dizer que esta posição não pretende desvalorizar o trabalho realizado na Organização da Feira, nem no esforço



an/m
[Handwritten signature]

do Executivo na procura de novas soluções. Inovar é legítimo, experimentar também, reconheço esse trabalho e desejo sinceramente o maior sucesso para esta Edição, mas isso não impede que existam dúvidas e reservas, e a principal delas é a interrupção de três dias entre os dois fins-de-semana da Feira. Compreendo os argumentos apresentados mas continuo a considerar que esta solução quebra a dinâmica natural do Certame, uma Feira vive da sua dinâmica, do seu ritmo e da capacidade de gerar um movimento contínuo algum dos dias e quando essa dinâmica é interrompida durante três dias consecutivos, corre-se o risco de perder parte da ligação criada com os visitantes e de quebrar a própria identidade do evento. Aliás, o surgimento das chamadas Festas na Cidade parece demonstrar precisamente que existia a consciência de que alguma atividade teria de existir durante esse período, e é aqui que surge uma questão legítima: se havia necessidade de manter animação e programação nesses dias, não teria sido mais vantajoso integrar essas iniciativas no próprio recinto da Feira de São Pedro? Não teria sido preferível reforçar a Feira em vez de dispersar atividades? Na minha opinião existiam soluções intermédias perfeitamente possíveis, não estou a falar de grandes concertos nem de investimentos avultados, falo de arraiais populares, bandas de baile, grupos locais, associações culturais, ranchos, tunas ou artistas da terra. Programação mais simples, naturalmente mais económica, mais suficiente para manter o recinto vivo, ativo e atrativo durante esses dias. Mas a minha maior preocupação não é sequer a animação, é o impacto desta decisão nos expositores e nos operadores económicos. Os dias de menor afluência são muitas vezes aqueles em que se fazem melhores contactos, onde existe mais tempo para apresentar produtos, criar relações comerciais e concretizar negócios. A Feira não vive apenas das enchentes, vive também destes momentos, por outro lado, um encerramento de 3 dias pode criar dificuldades reais para alguns operadores económicos, particularmente nas áreas da restauração e bebidas, há stocks adquiridos, há planeamento realizado e há investimentos feitos com a expectativa de um funcionamento contínuo. Naturalmente, que cada operador faz a sua gestão mas não podemos ignorar que esta interrupção cria constrangimentos e riscos que não existiriam num modelo contínuo, por isso a questão fundamental não é saber se este modelo funciona este ano, a questão é saber se este é o caminho que queremos seguir para o futuro da Feira de São Pedro e é precisamente sobre o futuro que pergunto ao Executivo: existe uma estratégia definida para os próximos anos? Este ano beneficiou-se da coincidência do feriado municipal com uma segunda-feira mas essa situação não se repetirá nos próximos anos. Vamos continuar a alterar o formato da Feira em função do calendário ou existe uma visão estável e de longo



prazo para um dos maiores eventos do concelho e do Distrito? -----

A Feira de São Pedro merece previsibilidade, estabilidade e uma estratégia clara. Quero também abordar a questão da demolição do antigo palco e aqui tenho uma posição diferente. Considero que foi uma decisão talvez tardia mas acertada. Estamos a falar de uma estrutura desatualizada, degradada e que há muito deixou de responder às exigências técnicas dos espetáculos atuais. Aliás, essa realidade já tinha sido reconhecida anteriormente, basta recordar que na Edição passada o palco já não foi utilizado, tendo sido necessário a instalação de uma estrutura alternativa, e a verdade é que essa solução acabou por criar alguns problemas de organização no recinto, assistimos a uma separação demasiado marcada entre a zona dos espetáculos, e a restante Feira criando-se pelo meio uma área ocupada por tratores, máquinas e equipamentos industriais com pouca iluminação e pouca atratividade prejudicando os Expositores que se instalaram nessa zona. Compreendo a ligação afetiva que muitos munícipes tinham ao palco, era um símbolo da Feira, mas preservar a identidade da Feira de São Pedro não significa manter eternamente estruturas que já não cumprem a sua função, significa saber modernizar, adaptar e preparar a Feira para o futuro. A questão que fica é outra: Qual é o plano do Executivo para este espaço? Está prevista a construção de um novo palco permanente, moderno e adequado às exigências atuais, ou a opção passa por continuar a recorrer a estruturas temporárias em cada Edição? Creio que os munícipes merecem conhecer essa visão. Permitam-me terminar com uma outra nota: enquanto utilizava da palavra fui observando alguns sorrisos e manifestações de satisfação na bancada da oposição. Confesso que os considero algo curiosos porque quem sorri é precisamente quem durante anos tomou decisões sobre a Feira de São Pedro sem aceitar críticas com a mesma leveza com que agora parece recebê-las. A diferença é que eu mantenho exatamente a mesma posição independentemente de quem governa. Quando discordei do Executivo anterior, disse-o. Quando concordei, reconheci-o. E faço o mesmo hoje. A coerência não muda com os lugares ocupados nesta sala. As observações que aqui deixei não são um ataque político, são uma opinião legítima sobre um evento que pertence a todos os munícipes, porque todos queremos uma feira de São Pedro cada vez mais forte, cada vez mais atrativa e cada vez mais preparada para o futuro." -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Em relação à Feira de São Pedro ser em dois fins-de-semana, acho que é uma coisa



20/3
[Handwritten signature]

a experimentar e já tive feedback bom e mau, tanto de expositores como de populares e neste ponto desejo, como sempre desejei, que corra bem e a maior sorte, e depois, no fim, cá estaremos, tanto o Executivo, que penso que quererá fazer isso como a Assembleia, para tirar as conclusões. -----

Em relação ao palco dizer apenas que os 30 mil euros que custou destruir o palco, e eu até já tinha insistido com o anterior Executivo, que era importante fazer-se e era mais ou menos esse valor e também incluía ampliar os sanitários. Não sei se isso foi feito ou não, gostaria que me respondesse a isso. E a questão a nível dos valores dos artistas, nada a apontar, mas a questão que me traz aqui, também depois de ouvir algumas críticas ao Executivo da parte de comerciantes locais, mas da parte do som e da organização de eventos, que este concurso público acaba por ser cerca de 180 mil euros, com chave na mão, eles abrem a feira, fazem a segurança, fazem a limpeza, e a Câmara acaba por ter o trabalho todo feito, e eu acho que a Câmara também deveria ter um papel na coordenação dos vários agentes que tratam da feira, e a minha sugestão, é que num próximo concurso público façam-no por lotes, porque limita empresas mais pequenas, especializadas, seja na segurança, seja nos palcos, seja na limpeza, poderem concorrer, e acima de tudo empresas do concelho, empresas que pagam impostos aqui, empresas que empregam pessoas aqui, e que possivelmente contariam com uma oportunidade de poder estar na Feira de São Pedro, ou pelo menos poder candidatar-se, e assim passou a ser uma empresa que só no Portal Base já tem 30 milhões em contratos, e as empresas pequenas de Macedo não tiveram essa oportunidade, portanto numa próxima, tenham isso em atenção, espero que corra bem. E a última pergunta é se pensaram tirar alguma inspiração também na proposta que nós apresentamos aqui na última Assembleia, pois é, algum dinamismo, não sei se falaram com várias associações para poder participar, sei que é a sardinhada dos bombeiros, não sei se tentaram falar, ou se vai haver também barraquinhas das associações, gostava que me fizessem um pequeno resumo disso, e que realmente temos que trabalhar acima de tudo com as nossas associações, com as nossas freguesias, com as empresas que empregam aqui e com as empresas que pagam os seus impostos em Macedo.” -----

VALDEMAR DA CRUZ SALSELAS (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Após ter lido a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara eu tinha aqui algumas intervenções dentro da área do desporto, que é a área da minha formação, aquilo que eu faço, e de alguma forma queria aqui alguns esclarecimentos. Entretanto, alguns esclarecimentos já foram dados, por isso vou então resumir aquilo



que ainda não foi esclarecido. E ao ler a informação escrita, reparei que está lá um ponto que é, dentro da área do desporto, como eu já disse, a possibilidade então de reativação das férias desportivas. Acho que é de enaltecer esta medida, até porque estamos no final do ano letivo, existe constrangimentos para os pais colocarem os filhos, também eu, enquanto pai, tenho esses constrangimentos, e eu acho que é uma medida que é importante e deve ser implementada, até porque é importante colocar os estudantes, os filhos, em sítios que acrescentem valor, e eu acho que as férias desportivas é um desses aspetos que pode acrescentar então esse valor em termos de Educação, Pedagógico, etc. Até porque, só fazendo aqui um bocadinho de história, estive também na reativação das férias em 2002, 2003, pela Câmara, pertencia a uma equipa, e a nossa preocupação foi para além da parte desportiva, também existir a parte cultural, por isso é que eu acho que é importante reativar as férias desportivas, e no documento está a possibilidade, e eu queria aqui saber em que ponto é que está o processo, se é para implementar este ano, se é só para o ano, se ainda está em fase de candidatura, acho que seria importante para os pais, para as pessoas, para os macedenses, perceberem em que fase está esse processo.” -----

Até porque, aí eu volto a referir aqui, nós temos aqui a Serra de Bornes, temos aqui um território da excelência, eu estou a falar da Serra de Bornes porque nós conseguimos ter atividades desportivas, tanto em termos do voo, e eu sou suspeito por falar nisso, temos a Serra de Bornes, como já foi referido aqui, muitas atividades podem ser realizadas lá, também temos a Albufeira do Azibo, onde também foi feita então aqui a etapa do Circuito Nacional de Vela, e isto é só para dizer que é importante que hajam estas férias desportivas, e também queria questionar duas situações, anteriormente as férias desportivas estavam só até aos 12 anos, havia ali uma faixa dos 12 aos 16 anos, que eu não sei se está em projeto, se está contemplada, por isso acho que era importante clarificar isso aos macedenses.” -----

EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “de facto como aqui a Deputada Isabel Carvalho já disse, quando a crítica é boa, parece que é escutada, e efetivamente na informação do Sr. Presidente há temas que já são mais elaborados e mais detalhados, nomeadamente a informação relativa à presença da Sra. Vereadora Cristina Pires, no 6.º Encontro Nacional de Rede de Municípios Amigos da Juventude, realizado em Castro de Aire. Foi então a Sra. Vereadora Cristina Pires receber a distinção “Município Amigo da Juventude Categoria 5 estrelas”. Antes de mais, muitos parabéns por esta atribuição, que parece



m/n
DA
[Signature]

realmente demonstrar uma preocupação efetiva com os jovens. Temos aqui aquilo que aparenta ser um sinal positivo para a juventude do concelho e espero, sinceramente, que este reconhecimento se materialize em medidas concretas e alcance todos os jovens por igual e que o anunciado reforço do Compromisso Municipal com valorização, inclusão e criação de oportunidades para a população jovem do concelho seja uma realidade. Ainda assim, dada a importância deste Galardão, eu procurei então verificar os critérios necessários para a sua atribuição e surgiram-me algumas dúvidas quanto ao seu cumprimento depois de ler o Regulamento da Rede e Selo Município Amigo da Juventude da Federação Nacional de Associações Juvenis que define 9 critérios que é preciso cumprir cumulativamente para receber esta atribuição. Nomeadamente, Conselho Municipal da Juventude, Plano Municipal da Juventude, Apoio Direto ao Associativismo Juvenil, Política de Apoio à Iniciativa Jovem, Pelouro da Juventude, Divisão da Juventude com Técnicos da Juventude, Planos de Investimento no setor da Juventude, mecanismos, ferramentas de cogestão, espaço para Associações e Projetos Jovens. Relativamente ao Conselho Municipal, já questioneei o Executivo em fevereiro, continuamos neste “bate-papo”, mas não me parece que haja nada definido, pelo menos até ver a Juventude Socialista e o membro do Partido Socialista desta Assembleia nesse Conselho, não foram contactados e eu presumo que continua ainda inativo. Sei que o Regulamento está elaborado, disponível online e, portanto, terá servido isso como cumprimento do critério. O que é que eu não encontrei? Não encontrei o Plano Municipal da Juventude nem qualquer mecanismo atualizado de cogestão, nomeadamente o Orçamento Participativo Jovem, que habitualmente constituía uma destas ferramentas. Ora, sendo este galardão apresentado como prova de compromisso do Município com a Juventude, parece-me fundamental que os jovens possam conhecer de forma transparente quais são os objetivos definidos, as medidas previstas e os meios concretos para através dos quais o Município pretende responder às suas necessidades e aspirações. Gostaria só de perguntar então onde é que posso encontrar essa informação e quando é que será atualizado o espaço do Sítio da Câmara Municipal relativo ao Conselho Municipal da Juventude, que continua a apresentar a Vereadora Sónia Salomé como Presidente do Conselho Municipal da Juventude, bem como vários membros que já não deveriam corresponder à composição atual deste Órgão.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões apresentadas pelos Srs. Deputados: -----



“Em relação à Deputada Isabel Carvalho, permita-me para já discordar da perspetiva que apresenta. A informação escrita do Presidente da Câmara não é nem pode ser um relatório de execução integral e instantâneo de toda a atividade do Executivo. Esta é um processo contínuo composto por projetos, por procedimentos administrativos, por candidaturas, por empreitadas, por concursos e iniciativas que decorreram e decorrem em diferentes fases de desenvolvimento e com ritmos obviamente distintos. E pretender que em cada reunião da Assembleia Municipal seja apresentada uma taxa de execução ou um resultado final de toda a atividade Municipal traduz uma visão imediatista, que não corresponde obviamente à realidade da Administração Pública nem ao funcionamento normal do Município. Sendo assim, o Executivo presta contas de forma permanente através da informação escrita, dos documentos previsionais, dos relatórios de atividades, das prestações de contas, das demonstrações financeiras e das respostas dadas neste Órgão sempre que, obviamente, solicitadas. Mais importante do que apresentar números descontextualizados é informar com rigor sobre o estado dos processos, as decisões tomadas e os resultados que vão sendo alcançados. A atividade Municipal mede-se pela concretização dos projetos ao longo do tempo e não apenas por um indicador instantâneo que, muitas vezes, seria, ainda assim, redutor e até enganador para quem nos ouve. O compromisso deste Executivo é com a transparência mas também com o rigor e a responsabilidade e não com a criação de indicadores artificiais para satisfazer uma exigência de imediatismos que a própria natureza de Gestão Pública não permite. -----

E deixe-me só dizer-lhe que começou a sua intervenção com a questão, “*afinal, as sugestões*”, obviamente isso foi aquilo que nós sempre defendemos, qualquer sugestão e proposta que seja válida, obviamente, que a vamos utilizar e agradecemos, a quem a faz, e aliás, incentivamos até a fazer porque todos pensamos melhor. -----

Em relação à intervenção da Deputada Diana Alves, dizer obrigado e teremos obviamente em conta as sugestões referentes às escolas que é uma boa sugestão, que aliás a Sr.^a Vereadora já tomou logo nota. -----

Em relação ao Deputado Manuel Mico, só dizer-lhe que realmente a questão do Eixo Atlântico estava pré-agendada a Feira e por incompatibilidade de agenda e estarem fechadas as inscrições, tendo em conta a data de adesão, não nos foi possível participar nesta, mas obviamente que estamos atentos à questão do Eixo Atlântico. ----

Em relação ao Deputado Sérgio Lameiras e aqui em resposta ao que muitos quererão, penso eu, ouvir também, relativamente ao Programa das Festas da Cidade se fazia parte da Estratégia inicial ou surgiu posteriormente, dizer que as Festas da Cidade



m/n
[Handwritten signature]

fizeram sempre parte da estratégia definida por esta Edição e não surgiram como uma solução de recurso nem para preencher qualquer vazio na programação e eu recordei que nós não temos Festas da Cidade, nem nunca tivemos Festas da Cidade, por assim dizer. Obviamente porque foram sempre “imiscuídas” na questão do Certame da Feira de São Pedro, ou seja, a Feira de São Pedro acaba sempre por ser a Feira de São Pedro, não só o Certame, mas também as Festas da Cidade. Esta programação resulta de uma reflexão sobre a evolução da própria Feira de São Pedro e sobre a forma como podemos potenciar a dinâmica festiva do Concelho, indo de encontro ao que o Deputado Luís Vaz disse há bocado. Obviamente que também já ouvi as pessoas a queixarem-se, já ouvi pessoas a dar os parabéns, teremos que ao fim ver se realmente este será o melhor programa e a melhor solução. Temos de reconhecer uma realidade, a componente empresarial da Feira tem vindo a perder a expressão ao longo dos anos, como nós sabemos, e temos aqui bem perto os nossos vizinhos como a RegiNorde, que infelizmente, para eles acabou por sucumbir. Antigamente estes espaços eram locais privilegiados para a apresentação das novidades e para o estabelecimento de contactos comerciais, obviamente quem tem um telemóvel hoje quase consegue comprar tudo, não precisa praticamente de estar presente para comprar a maior parte das coisas. Hoje também com a digitalização como eu dizia da economia e a globalização e a facilidade de acesso à informação, essa realidade alterou-se profundamente, ao mesmo tempo verificamos que a grande afluência do público está fortemente associada aos momentos de maior animação musical, ou seja, o nosso certame empresarial começou também a ser mais procurado pela parte cultural, muitos expositores reconhecem que existem dias em que a presença dos visitantes não justifica o esforço de manter os espaços abertos, nomeadamente aqueles espaços do dia da semana e, perante esta realidade, obviamente entendemos concentrar a Feira de São Pedro e a Feira Empresarial nos períodos de maior atratividade, os fins-de-semana antes e depois do dia de 29 de junho, dia do nosso Padroeiro, garantindo assim um cartaz musical forte e uma maior concentração de visitantes. Só dizer que nos dias úteis, intermédios, optamos por levar a festa, ao centro da cidade através das festas da cidade, com iniciativas como a Sardinhada, animação de rua, atividades culturais e eventos ligados ao comércio local. E aqui é também uma questão não só de racionalidade financeira porque seria muito difícil e pouco responsável da nossa parte a qualidade global da programação e preferimos investir num cartaz mais forte e concentrado complementado aqui por atividades descentralizadas que envolvam toda a cidade. E, basicamente a questão foi esta. -----



Este modelo de aproveitar os dois fins-de-semana que já se faz em vários Certames no nosso País, para aproveitarmos a parte “mais morta” que serão os dias da semana e possamos não só fazer com que os expositores ganhem e façam o seu negócio na Feira de São Pedro, mas depois também durante a semana fazer com que a hotelaria, os restaurantes e tudo também possam, e as associações também possam fazer o seu negócio para que todos possam usufruir das Festas da Cidade. Por isso, como eu dizia, estamos perante uma alteração estrutural deste modelo e nesse caso importa perceber se o Município considera que o futuro da Feira passa por uma concentração da atividade nos fins-de-semana e pela transferência da parte da programação para o centro da cidade. Outra questão, é qual a estratégia para os anos em que o feriado municipal não calha junto ao fim-de-semana, partirmos do suposto que vamos apostar nos fins-de-semana e durante a semana será aproveitada para a cidade. Mas cada Edição da Feira de São Pedro terá de ser analisada em função do calendário concreto, obviamente. No corrente ano foi segunda-feira e a experiência deste ano permitirá recolher elementos que serão avaliados para as futuras decisões e o dia 29 de junho é sempre um ponto central das comemorações e continuará a ser um elemento estruturante da programação, obviamente, tendo em conta que é o dia do nosso Padroeiro. Se a experiência deste ano confirmar os resultados que esperamos, a tendência será manter a lógica de concentrar a Feira de São Pedro e a Feira Empresarial nos períodos de maior procura e utilizar os restantes dias para a programação descentralizada na Cidade e permitir assim a todos usufruir destas Festas de São Pedro. Em relação à visão a médio e longo prazo para a Feira de São Pedro, esta visão a longo prazo, passa por modernizar a Feira de São Pedro sem perder a sua identidade histórica e nós estamos a fazer um grande esforço para que o Município e a Associação Comercial, volte àqueles moldes empresariais e que realmente possa ser um Certame que é mais sustentável financeiramente e mais relevante para a economia local. E isto implica reforçar a qualidade da animação, obviamente, melhorar progressivamente as infraestruturas do recinto e apostar numa maior especialização temática. Este ano pretendemos iniciar experiências nesse sentido, nomeadamente através da criação de áreas mais vocacionadas para determinados setores da atividade. Também entendemos que a Feira de São Pedro deve deixar de ser vista apenas como um evento circunscrito ao recinto e o objetivo é que a Feira e as Festas da Cidade, como já disse, funcionem de forma articulada, levando a atividade ao Centro Urbano, como já falámos aqui, envolvendo as diferentes zonas da cidade. Mais do que aumentar ou reduzir os dias, o que nos preocupa é criar



m/n
[Handwritten signature]

um modelo capaz de gerar mais visitantes, mais oportunidades para os expositores e mais retorno económico para Macedo Cavaleiros sem que esteja tudo concentrado ao longo de oito dias no Recinto da Feira. Esses serão os indicadores pelos quais avaliaremos o sucesso ou não desta estratégia, vamos ver como resulta, mas temos a noção que mais do que uma intenção é importante concretizá-la e que se traduza em objetivos concretos e mensuráveis e obviamente temos que ajudar todos e motivar e convidar todos os que conhecemos, não só em Macedo Cavaleiros, mas de fora, a vir visitar-nos. -----

A questão do palco: questionaram se após a demolição do palco haverá um novo palco permanente ou uma estrutura temporária? A demolição do antigo palco era indispensável por razões de funcionalidade e de qualidade técnica dos espetáculos pois tratava-se de uma estrutura que já não respondia, e vocês sabem, às exigências atuais. Neste momento estamos a estudar diferentes soluções para o futuro do recinto. Não queremos anunciar projetos sem a necessária sustentação técnica e financeira. -- Tratou-se de remover uma estrutura obsoleta e, simultaneamente, estamos a criar condições para pensar o espaço de uma forma que seja integrada. É evidente que a requalificação do recinto é necessária, contudo, temos de ser realistas quanto à capacidade financeira do nosso Município. Existem projetos cujas dimensões financeiras não eram compatíveis com o recurso atualmente disponível, como o estudo prévio apresentado pelo anterior executivo e a demolição do palco deve ser encarada como um primeiro passo de uma reflexão mais ampla sobre a reorganização e a valorização de todo este espaço da Feira. Quando existirem decisões consolidadas, elas serão apresentadas, obviamente, publicamente e sujeitas ao devido escrutínio da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Há ideias e projetos, mas nesta fase ainda é prematura a sua divulgação. Conclusão: Assumo sem hesitações que não estamos a fazer uma experiência circunstancial, mas a testar um novo modelo de organização assente nos seguintes pontos: a Feira de São Pedro e a Feira Empresarial concentrada nos fins-de-semana, como já disse, dia 29 de junho, como elemento agregador destes dois momentos, as festas da cidade nos dias úteis e intermédios, mais atividade no centro urbano, melhor relação custo-benefício na contratação artística e uma adaptação à realidade atual dos certames empresariais, que já se vê por todo o país, deliberadamente pretendemos testar dois espaços complementares; o Recinto da Feira para os momentos de maior concentração de público e a Cidade para os restantes dias da celebração. E já agora dou aqui uma pequena achega em relação à parte cultural e eu penso que mesmo nessa parte pensámos bem e foi bastante ponderada e programada e estamos a falar de um



m/n
[Handwritten signature]

artista como o Rui Veloso que é um artista intemporal e basicamente abarca todas as faixas etárias. A seguir, o Nininho Vaz Maia, que realmente temos aqui uma grande, Comunidade que gosta deste tipo de música e temos a questão da Noite da Rádio em que a entrada será grátis e será sempre uma grande festa, porque é aquele arraial mais popular da rádio. E depois teremos no fim-de-semana a seguir o Kevinho, que realmente não há como fugir a isto, pois temos uma Comunidade brasileira bastante integrada no nosso país e há também que aproveitar de uma forma e também dar um pouco de festa a esta Comunidade. Depois temos uma questão que acho que nunca foi pensada que é a questão dos mais jovens. O domingo seria sempre aquele domingo, aquele dia onde não se faria nada e assim estamos a aproveitar e a apostar nas famílias e nos mais jovens e tentar fazer com que realmente o domingo de fecho seja bastante festivo para os nossos mais jovens. -----

Quanto à questão do Palco e se foram tidos em conta os valores, obviamente que foram tidos em conta, nós não deitamos o palco abaixo só por tirar. Obviamente que foram tidos em conta os valores para aproveitar aquela parte toda e todas as hipóteses seriam sempre financeiramente mais caras do que a questão de demolir. E eu sei perfeitamente e sei quem fez aquele palco, quem se dedicou àquele palco, quem o projetou, quem lutou por ele e obviamente que não o demolimos só por demolir, pois foi uma decisão bastante ponderada. Em relação à questão dos locais e à questão da Empresa, só de salientar que a empresa que está a fazer o trabalho como alguém disse há bocado, com chave na mão, dizer que é chave na mão, mas uma das exigências do Município foi que fosse tido em conta no que concerne à segurança, no que concerne aos palcos e em termos de cartaz, todas as Empresas locais que nós temos que possam prestar esse serviço, coisa que foi feita. -----

Em relação ao Deputado Eurico Afonso, só dizer-lhe que não é a crítica que é boa, Sr. Deputado. Quando a crítica é construtiva e proactiva, como eu já disse há bocado à Deputada Isabel e também já reforcei Também ao Deputado Miguel, obviamente que é aproveitada. Nós estamos aqui para aproveitar os bons exemplos e a encorajá-los. ---

Em relação ao Orçamento do Participativo Jovem, é uma iniciativa que este Executivo valoriza e pretende continuar a desenvolver. Importa contudo recordar que a primeira Edição foi preparada durante o ano 2023 tendo a execução das propostas vencedoras ocorrido só em 2024, a realização de uma nova Edição exige um processo preparatório que deve ser desencadeado com a devida antecedência. Aquando da tomada de posse deste atual Executivo na sequência das Eleições Autárquicas de outubro de 2025 não foi transmitida qualquer informação, planeamento ou



m/m

procedimento em curso relativamente à continuidade do Orçamento Participativo Jovem para os anos subsequentes, o que impossibilitou o lançamento atempadamente do processo durante o ano de 2026 que é este que nos encontramos. Ainda assim, a importância atribuída a esta medida é demonstrada pelo facto de a respetiva verba se encontrar inscrita no orçamento municipal e neste momento encontra-se já a ser desenvolvidos os trabalhos preparatórios necessários para que o Orçamento Participativo Jovem possa regressar com todas as garantias e participação, transparência e eficácia através da Edição de 2027. Importa ainda sublinhar que em relação a este tema, que esta situação não representa qualquer desinvestimento nas Políticas de Juventude, o Município continua fortemente empenhado nesta área e compromisso que foi recentemente reconhecido, com a atribuição da distinção do Município amigo da juventude 5 estrelas. Em relação à questão que disse de ainda estar no Site a ex-Vereadora Sónia Salomé teremos que alterar isso.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

“ Começo por dizer que já abordei esta questão hoje de manhã na reunião de Câmara mas até porque é um problema transversal à maioria das famílias que não temos todos os férias em Agosto, não temos todos os férias em Julho, infelizmente também há muitas famílias que não têm reta guarda familiar para poder ter os seus filhos à guarda de adultos responsáveis e de facto crianças pequenas, nomeadamente entre os 10 e 12 anos ficarem em casa dois meses seguidos ou um mês que seja entregues quase a si próprios é àquilo que as televisões e os computadores e os telemóveis têm para oferecer, é de facto uma preocupação legítima de todas as famílias e deste Executivo também. Numa anterior reunião a Vereadora Joana Vaz em substituição da Vereadora Susana Viana tinha colocado de facto a questão que o Senhor Deputado Valdemar colocou há bocado, se seria possível este ano e em anos que virão, podermos alargar a faixa etária das crianças que têm direito, que estão a frequentar as férias desportivas, o ATL, as ocupações de tempos livres, aquilo que se quiser chamar. E este ano de facto tentámos melhorar e penso que vamos conseguir melhorar e alargar este leque substancialmente e isto só é possível pela parceria que estabelecemos com a Divisão de Educação a Divisão do Desporto o IPDJ e o GDM que detém a licença ou alvará das férias desportivas com o IPDJ e portanto estando eles ainda habilitados a ter este alvará em funcionamento foi com eles que fizemos esta parceria. Assim sendo e aquilo que já foi publicado no Site do Município as



inscrições para o pré-escolar já terminaram e temos 40 crianças a funcionar num primeiro grupo e 40 crianças que irão funcionar num outro grupo. As férias desportivas terão início dia 6 de julho até ao dia 28 de agosto a inscrição das crianças do pré-escolar foi feita através da plataforma digital Sigue Dubox no separador das Candidaturas e decorreu de 11 a 25 de junho e quando falei de 40 crianças por mês falo de 40 crianças por semana sendo que cada criança pode frequentar até 4 semanas, 4 períodos que poderão não ser só num mês, podem ser intercalados no mês de julho e no mês de agosto. Não contemplamos as 8 semanas porque é de facto uma “violência” porque as crianças precisam de mudar do espaço escolar, precisam de se desligar um bocadinho da escola, precisam de arejar, precisam de tempo de qualidade também com os pais e de fazer outro tipo de atividades e recarregar baterias para depois começar o ano letivo a seguir. Assim esses períodos podem ser de facto intercalados conforme a seleção que a família fez no ato da Candidatura. O almoço é a única coisa que os pais terão que pagar e poderão fazê-lo no cartão da criança, no cartão municipal digital nos moldes em que vem sendo feito até agora, portanto a frequência também é gratuita salvo em algumas atividades excecionais e que requerem aqui maior investimento nomeadamente uma ida a um parque aquático, ao Zoo da Maia ou Ocean Life, atividades que poderão estar a ser equacionadas e para as quais poderemos pedir algum valor, não na totalidade. No primeiro ciclo e segundo ciclo a parceria mantém-se com as Divisões que referi com o GDM e com o IPDJ. No primeiro ciclo estamos a aguardar a aprovação do IPDJ sendo que a indicação é favorável mas de facto a aprovação ainda não foi oficializada mas temos em análise 5 campos, ou seja 5 turmas pois cada campo corresponde a 18 crianças, 6 crianças por monitor um rácio de um monitor para cada 6 crianças que dará no total para cada 5 campos 90 crianças e elas terão que frequentar na mesma até ao limite de um mês sensivelmente, as 4 semanas o que fará com que teremos cerca de 180 crianças a funcionar no primeiro ciclo. Também aqui toda a oferta será gratuita à exceção da alimentação do almoço que terá que ser também feita nos moldes do cartão municipal. Com a parceria do IPDJ há aqui também algumas competências e objetivos que temos que respeitar nomeadamente uma oferta na vertente de tecnologia na ocupação dos tempos livres o que é que isto quer dizer? Quer dizer que o IPDJ apoia de facto estes campos de férias mas que nos campos de férias terão que estar integrados pelo menos e obrigatoriamente 50% do total das horas de ocupação em áreas prioritárias nomeadamente na parte tecnológica e científica, robótica, programação, inteligência artificial e comunicação digital e para isso teremos que ter



n/n
[Handwritten signature]

de facto monitores licenciados nesta área e outros monitores que farão outro tipo de atividades de acompanhamento. No primeiro ciclo os restantes 50% serão preenchidos com a vertente mais cultural e mais recreativa onde podemos também já destacar atividades em articulação e parceria com o Geoparque nas idas ao Azibo e aos desportos que lá se poderão praticar, idas também à piscina que irá reabrir ao público dia 2 de julho. Temos também previsto como eu já disse, visitas ao Ocean Life no Porto ou ao Zoomarine e caminhadas interpretativas aqui na cidade. Tudo isto gratuito e refiro novamente, à exceção do almoço. O segundo ciclo que também já está aprovado e que abarca a mesma obrigatoriedade das 50 horas na parte da tecnologia, da robótica, da programação e as outras 50% do tempo mais na vertente do desporto e também da cultura e atividades no Geoparque e de facto pela dinâmica que se tem vindo a assistir da parte da Divisão do Desporto Saúde e Bem Estar, estamos de facto esperançosos e acreditamos que este ano haverá muitas atividades diversificadas em várias áreas. Há também atividades em articulação com o CLDS 5G e a Operação ConSigo. Teremos intervenções na garantia de oportunidades da infância, nomeadamente ações de sensibilização à questão do autismo nas crianças e também a forma de atuação nos adultos. Será de uma maneira mais lúdica, de uma maneira própria para estas crianças que iremos falar da abordagem a crianças ou adultos que tenham de facto o autismo e sabermos como lidar com esta condição. Ainda dentro das atividades propostas pelo CLDS haverá um ciclo dedicado ao Ciclo do Mel com visitas de estudo e com atividades práticas. O IPDJ assim como nós entendemos que as crianças não devem estar o tempo todo no espaço escolar e que é importante de facto que as crianças tenham um tempo de qualidade com as famílias e se desliguem um bocadinho também do espaço escolar para depois voltarem em setembro. Assim, e só para terminar, o Segundo Ciclo terá então dos 10 aos 12 anos a garantia de 4 campos aprovados, 4 campos que são 4 turmas, cada uma com 20 crianças a frequentar duas quinzenas cada, o que faz também aqui um total de 80 crianças. Deste modo e com a parceria das duas Divisões, do GDM e do IPDJ teremos atividades de tempos livres de férias desportivas para cerca de 300 ou 350 crianças o que é de facto já um número considerável que nos faz ficar por aqui este ano e não avançar para os mais velhos sem que antes se emente e se veja o funcionamento daquilo que até aqui conseguimos fazer. Todos estes Campos, todas estas férias, todas as crianças que queremos considerar têm o objetivo de facto de proporcionar boas recordações e atividades lúdicas às crianças mas também e porque tudo é gratuito à exceção do almoço, aliviar as despesas às famílias uma vez que só terão de facto pagar as refeições. Os monitores como eu já disse terão que ter um rácio de um



monitor para cada seis crianças o que engloba aqui um número elevado de Professores das AEC's dos Monitores que o próprio Município irá contratar mas também do IPDJ e do GDM. Espero ter esclarecido esta questão aproveitando para dizer que brevemente seguirão as inscrições e os pormenores no Site do Município sendo que a Divisão do Desporto e a Divisão de Educação estarão até às 18 horas a receber os pais que assim o entenderem para poderem fazer a candidatura uma vez que é através do link no IPDJ. Poderão ter alguma dúvida podem esclarecer nas duas Divisões, como já referi até às 18h. Depois das 18h haverá um espaço no GDM que fará esse papel para os pais que só podem ir tirar as dúvidas e fazer as candidaturas dos seus filhos a partir desta hora. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou à **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** que concedesse a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** para responder a algumas questões suscitadas no âmbito dos seus Pelouros. -----

“ Para responder ao Sr. Deputado Eurico Afonso dizer que a composição do Conselho Municipal da Juventude se encontra em atualização. A renovação da sua Constituição depende sempre da indicação do representante das várias Entidades e já foram feitos esses convites, nomeadamente à Presidente da Concelhia do PS e às várias Associações Juvenis e portanto aguardamos que nos façam chegar as designações dos representantes para a Constituição do Conselho Municipal da Juventude. O Plano Municipal da Juventude está em elaboração para aprovar depois em reunião de Câmara que irá na próxima reunião de Câmara em princípio e essa proposta foi aceite pela FNAJ portanto o Plano foi enviado em elaboração e foi aceite por eles e está em andamento o Plano e o Conselho Municipal da Juventude está nesta fase.” -----

3 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /PROPOSTA DE NOMEAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 58.º DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal 05.06.2026, que se transcreve. -----

“ATUALIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MANDATO 2025-2029 – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 01.06.2026, que se transcreve: -----

“ Considerando que o Conselho Municipal de Educação constitui uma instância de



m/n

coordenação e consulta, destinada a promover, a nível municipal, a articulação da política educativa com outras políticas sociais, em conformidade com o regime jurídico aplicável; -----

Considerando que, nos termos do artigo 5.º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Macedo de Cavaleiros, o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; -----

Considerando que o artigo 6.º do referido Regimento, sob a epígrafe “Designação dos membros”, determina que, após cada eleição para os órgãos do Município, as entidades e estruturas representadas no Conselho Municipal de Educação devem informar o Presidente do Conselho Municipal de Educação sobre a continuidade, ou não, dos seus representantes, incluindo suplentes; -----

Considerando ainda que o n.º 2 do citado artigo 6.º prevê que, em caso de não continuidade dos representantes anteriormente designados, devem ser indicados os novos representantes e respetivos suplentes; -----

Considerando que, para o mandato autárquico 2025-2029, foram comunicadas alterações na representação de algumas das entidades integrantes do Conselho Municipal de Educação, mantendo-se as restantes representações anteriormente designadas; -----

Considerando, também, que já decorreram os procedimentos eleitorais tendentes à designação dos três representantes do pessoal docente no Conselho Municipal de Educação, nomes já validados e homologados pelo Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros; -----

Mais considerando necessidade de assegurar e agilizar, desde já, a atualização e regularização da composição do Conselho Municipal de Educação relativamente às entidades representadas; -----

Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, bem como nos artigos 5.º e 6.º do Regimento do Conselho Municipal de Educação de Macedo de Cavaleiros, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a alteração da composição do Conselho Municipal de Educação de Macedo de Cavaleiros para o mandato 2025-2029, nos termos da relação anexa à presente proposta e dela fazendo parte integrante; -----
2. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Educação; -----
3. Determinar que a presente deliberação produza efeitos imediatos relativamente às Entidades já devidamente representadas e identificadas.” -----



----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente a este assunto acrescentou "Rege-se pelo Decreto-Lei nº 21/2019, que não está revogado dos artigos 55.º a 61.º. Para além disso, há o regimento, reúnem duas vezes por ano, no início e no final do ano e quem preside é o Presidente da Câmara Municipal, e é composta por todos os outros elementos que constam da lista anexa à proposta e vai para aprovar na Assembleia de 18 de Junho, por isso, pode reunir a tempo do fim do ano letivo."

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, propor, à Assembleia Municipal, a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Macedo de Cavaleiros nos termos propostos no documento anexo à informação." -----

Abertas as inscrições usou da palavra. -----

EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS) – Que fez a seguinte intervenção "Relativamente ao documento em apreciação diz-se neste documento que para o Mandato Autárquico 2025-2029 foram comunicadas alterações na representação de algumas Entidades integrantes do Conselho Municipal de Educação mantendo-se as restantes representações anteriormente designadas e portanto eu daqui deduzo que por um lado ocorreram alterações dos membros e por outro, aqueles que não foram objeto de alteração se mantêm. Assim sendo a lista final dos membros deste Conselho deveria corresponder à que vem apresentada na 3ª página do documento que se encontra agora para aprovação. Isto é, a lista apresentada deveria corresponder à composição integral e atualizada do Conselho, integrando simultaneamente os elementos que se mantêm e aqueles que foram entretanto substituídos Enfim, quando eu tratava desta questão do Conselho Municipal da Juventude eu li no Regulamento Municipal do Conselho Municipal da Juventude que de acordo com o artigo 15º, n.º 1 da alinha c) deste Regulamento o Conselho Municipal da Juventude tem direito a eleger um representante para integrar o Conselho Municipal de Educação. Ora, portanto, estando este direito expressamente previsto no Regulamento eu gostaria de saber de que forma é que foi assegurada esta representação neste mandato ou em alternativa se ainda não foi efetuada a respetiva designação Mais uma vez, porque o Conselho Municipal da Juventude efetivamente não está atualizado e no Site constam membros, alguns da bancada do PS que já não estão aqui, membros do Unidos por Macedo que também não são uma bancada, a própria representante da JS já não integra a Juventude Socialista e portanto seria mesmo necessário que a composição do Conselho Municipal de Educação refletisse todas as Entidades previstas nos



Regulamentos assegurando não apenas a formalidade das designações, que me parece que se trata disso, (a aprovação e a receção do Selo das 5 Estrelas Amigo da juventude), mas também há que legitimá-lo e mantê-lo atual e a trabalhar.” -----

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação de Macedo de Cavaleiros nos termos propostos, nomeando todos os que constam da proposta. -----

4 - APOIO E REFORÇO FINANCEIRO AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DAS FREGUESIAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS - AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA j), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal datada de 21.05.2026, que se transcreve. -----

“PROPOSTA PARA APOIO E REFORÇO FINANCEIRO AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS DAS FREGUESIAS E UNIÕES DE FREGUESIA DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Informação n.º 38/2026 do Gabinete de Apoio à Presidência de 15.05.2026, que se transcreve: -----

“ Considerando que: -----

i) O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, consagra como atribuições dos municípios e freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios previstos nos artigos 23.º e 7º do referido diploma; -----

ii) As freguesias e uniões de freguesias constituem o nível da administração local mais próximo das populações, desempenhando um papel determinante na identificação célere das necessidades locais e na concretização de respostas de proximidade; -----

iii) A descentralização administrativa e o reforço das competências próprias das freguesias vieram ampliar significativamente as suas responsabilidades funcionais e operacionais, nomeadamente nos domínios do equipamento rural e urbano, ação social, ambiente, proteção civil, cultura, desporto, manutenção de espaços públicos e apoio às comunidades locais; -----



iv) O aumento das competências materiais atribuídas às freguesias não foi integralmente acompanhado por um reforço proporcional dos recursos financeiros provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), verificando-se dificuldades acrescidas na capacidade de resposta das autarquias locais de menor dimensão; -----

v) Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; -----

vi) O Município de Macedo de Cavaleiros reconhece a importância estratégica do reforço da cooperação institucional com as freguesias e uniões de freguesias do concelho, através da implementação de mecanismos de solidariedade financeira e administrativa; -----

vii) A celebração de contratos interadministrativos constitui instrumento legal adequado para assegurar a colaboração entre autarquias locais, permitindo ganhos de eficiência, eficácia e economia na gestão pública local; -----

viii) O apoio financeiro previsto visa garantir melhores condições para o exercício das competências próprias das freguesias, promovendo maior capacidade de intervenção, proximidade e melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações; -----

ix) Existe cabimento orçamental para o efeito, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual; -----

x) Foi elaborada minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio e Reforço Financeiro ao Exercício de Competências Próprias das Freguesias e União de Freguesias, a qual se anexa e faz parte integrante da presente proposta; -----

PROPONHO: -----

Ao abrigo do disposto nos artigos 23.º, n.º 2, alínea m), 25.º, n.º 1, alínea j), e 33.º, n.º 1, alínea o), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com os artigos 278.º, 290.º-A e 338.º do Código dos Contratos Públicos e artigos 2.º, n.º 3, 3.º a 9.º e 200.º do Código do Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio e Reforço Financeiro ao Exercício de Competências Próprias das Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros, anexa à presente proposta; -----

2. Aprovar a atribuição de apoio financeiro às Freguesias e União de Freguesias do



m/n
[Handwritten signature]

concelho, nos termos e critérios constantes do mapa de repartição e distribuição proporcional da dotação global fixada; -----

3. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização e deliberação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

4. Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar os respetivos Contratos Interadministrativos com as Freguesias e União de Freguesias do concelho; -----

5. Determinar que os encargos financeiros decorrentes da execução dos contratos sejam suportados pelas correspondentes classificações orgânicas e económicas do orçamento municipal em vigor.” -----

----- A Minuta do Contrato Interadministrativo dá-se como transcrita, ficando cópia da mesma devidamente rubricada pelos membros do Executivo e arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio e Reforço Financeiro ao Exercício de Competências Próprias das Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros; Aprovar a atribuição de apoio financeiro às Freguesias e União de Freguesias do Concelho, nos termos e critérios constantes do mapa de repartição e distribuição proporcional da dotação global fixada e submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização e deliberação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Deliberou ainda autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a outorgar os respetivos Contratos Interadministrativos com as Freguesias e União de Freguesias do Concelho e determinar que os encargos financeiros decorrentes da execução dos contratos sejam suportados pelas correspondentes classificações orgânicas e económicas do orçamento municipal em vigor.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que informou “esta proposta que hoje submetemos à apreciação desta Assembleia visa a atribuição de um apoio financeiro extraordinário às Freguesias do nosso Concelho em reconhecimento das circunstâncias excecionais que envolveram o processo de transferências de recursos ao abrigo das competências elegíveis para o ano de 2026. Como é de conhecimento público, o anterior Executivo assumiu o compromisso de reforçar os meios financeiros das Freguesias através da celebração dos respetivos instrumentos de delegação de competências. Contudo



como vocês sabem por deficiências na instrução do processo e pelo incumprimento dos prazos legalmente estabelecidos não foi possível concretizar esta intenção nos termos inicialmente anunciados. Esta situação cria um legítimo constrangimento às Freguesias que organizaram a sua atividade e planeamento com base nas expectativas geradas entendemos por isso que o Município deve assumir a responsabilidade institucional de mitigar os efeitos dessa falha administrativa, assegurando assim condições para que as Juntas de Freguesia possam continuar a prestar um serviço de proximidade às populações. O apoio extraordinário que agora é proposto não constitui apenas uma medida de compensações financeiras representa também um sinal claro de respeito pelos compromissos assumidos perante as Freguesias e os Cidadãos reforçando a relação de confiança e cooperação entre os diferentes Órgãos Autárquicos. Solicito por isso um voto favorável desta Assembleia Municipal em nome da estabilidade institucional, da justiça para com as Freguesias e da salvaguarda do interesse público local.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea j), n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e com base na informação deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a atribuir o apoio financeiro às Freguesias e União de Freguesias do Concelho, nos termos e critérios constantes do mapa de repartição e distribuição proporcional da dotação global fixada. -----

5- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS DELEGÁVEIS PARA AS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal 05.06.2026, que se transcreve. -----

“ TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS DELEGÁVEIS PARA AS FREGUESIAS/UNIÕES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----



h / m
[Handwritten signature]

----- Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 25.05.2026, que se transcreve: -----

-" Considerando que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprovou a Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais; -----

Considerando que o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, definindo o respetivo regime jurídico e os recursos necessários ao seu exercício; -----

Considerando que o Município de Macedo de Cavaleiros promove uma gestão pública assente nos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa, da proximidade aos cidadãos, da eficiência na utilização dos recursos públicos e da valorização do papel das freguesias na prossecução do interesse público local; -----

Considerando que, durante o ano de 2025, foi desencadeado pelo anterior executivo municipal o procedimento conducente à transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, tendo sido elaboradas as respetivas minutas dos Autos de Transferência de Recursos e definidos os recursos financeiros associados ao exercício das competências a transferir; -----

Considerando que o referido procedimento não chegou a ser concluído junto da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), dentro dos prazos legalmente estabelecidos, não tendo por isso produzido os respetivos efeitos jurídicos e financeiros; -----

Considerando que importa agora assegurar a concretização efetiva do processo de transferência de competências para as freguesias do concelho, permitindo que as mesmas exerçam as competências legalmente previstas a partir do próximo exercício;-

Considerando que os recursos financeiros a transferir foram apurados com base nos critérios técnicos anteriormente definidos pelos serviços municipais e refletem os encargos associados ao exercício das competências previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, encontrando-se discriminados por competência nas minutas de autos que constituem Anexo à presente proposta; -----

Considerando que os valores constantes do referido mapa correspondem aos recursos necessários e suficientes para o exercício das competências transferidas, em conformidade com os princípios da adequação financeira e da continuidade do serviço público; -----

Considerando que, para além dos recursos financeiros identificados, não se prevê a transferência de quaisquer equipamentos, património municipal ou recursos humanos para as freguesias, mantendo-se tais bens na esfera jurídica do Município; -----



Considerando que os Autos de Transferência de Recursos identificam o conteúdo material e a extensão das competências a exercer pelas freguesias, bem como os mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da sua execução; -----

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 5.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugados com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º e com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1-Aprovar a transferência de recursos para as freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros para o exercício das competências previstas no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril; -----

2-Aprovar as respetivas minutas dos Autos de Transferência de Recursos a celebrar entre o Município e cada uma das freguesias/uniões de freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros nos seus precisos termos e que se juntam em anexo com discriminação individual de cada competência, respetivo recurso financeiro a transferir e deliberações dos órgãos executivo e deliberativo de cada freguesias/União das freguesias; -----

3-Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos legalmente aplicáveis; -----

4-Promover, após aprovação pelos órgãos competentes, a remessa de toda a documentação à Direção-Geral das Autarquias Locais e demais entidades competentes para produção dos respetivos efeitos legais.” -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** proferiu a seguinte intervenção “Sr. Presidente constato que a totalidade dos órgãos das Freguesias do Município concordaram com as áreas e valores que lhe propõem delegar. Se os beneficiários finais concordam, nada tenho a opor quanto ao proposto. Todavia oferece-me dizer o seguinte, podendo ser uma oportunidade de melhoria para o futuro: -----

1-Propõem a delegação de todas as competências possíveis de delegação a todas as Freguesias, sendo que haveria algumas que não deveriam ser objeto de delegação. A título de exemplo indico a delegação da competência da gestão e manutenção corrente de feiras e mercados. Salvo erro, apenas, Macedo, Podence e Chacim têm feiras e/mercado. Porquê delegar essa competência às restantes Freguesias? A Freguesia de Macedo passa a gerir a feira mensal e o mercado? -----

2-Não se encontra fundamentado e evidenciados os critérios que determinaram o valor a atribuir por cada competência e a cada Freguesia. -----

3-Há competências que geram despesa e não lhe atribuem apoio financeiro - alíneas e) e f) do artigo 2.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 57/2019; depois, há outras competências



m/jm
[Handwritten signature]

que não lhe atribuem apoio financeiro porque referem que geram receita e, por fim, há outras competências que geram receita e atribuem-lhe apoio financeiro. Qual o critério afinal? A finalizar, a competência da alínea m) é ignorada quanto a qualquer apoio financeiro. -----

4-Quando o Executivo anterior iniciou igual procedimento que não veio a ter sucesso, enquanto membros da oposição, criticaram a percentagem que se destinava à delegação de competências. Ora, constata-se que propõem o mesmo percentual.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu “ relativamente a este assunto transferência de competências, dizer que as minutas estão exatamente iguais às feitas no ano passado e correspondem a 15% da transferência de recursos em função do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do FEF, total de cada Freguesia. A medida peca apenas por tardia e tudo vamos fazer para de facto de assegurar mais autonomia às nossas Freguesias. -----

As minutas agora submetidas correspondem substancialmente às mesmas minutas elaboradas no ano passado e idênticas às de outros Municípios, e já objeto de validação técnica pela DGAL. Quanto aos outros Municípios, não existindo alterações estruturais suscetíveis de colocarem em causa a sua conformidade ao legal, por isso, aquilo que me pergunta aqui foi exatamente aquilo que vocês fizeram. Está exatamente como vocês fizeram. Se servia na altura, deveria servir agora também. A grande diferença é que as vossas, não saíram do papel e estas estão a sair e estão a andar. E há outra questão. No Executivo anterior eu lembro-me que foi dito aqui pelo Sr. Ex-Presidente que se eventualmente, existisse uma única Freguesia que não assinasse o protocolo, ficaria sem efeito, o que não é verdade. -----

Quanto às competências, o objeto de transferência correspondem às competências legalmente delegáveis previstas, no Decreto-Lei nº 57/2019, não resultando da criação discricionária do Município. Tratando-se do primeiro ano de aplicação efetiva deste modelo de transferência de competências no Concelho, entende-se adequado proceder a uma fase inicial de implementação e avaliação prática da execução das competências transferidas, podendo os autos e os recursos associados ser objeto de ajustamentos futuros em função da experiência adquirida e das necessidades que efetivamente se venham a verificar. Por isso aquelas questões que colocou em relação à Feira, em algumas Freguesias e em particular à Feira de Macedo, não vai ser a Junta de Freguesia a organizar, mas estará na génese da organização, pois já lhe foi solicitado para estar presente e dar a sua opinião para a organização da Feira.”-

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** disse ao Sr. Presidente da Câmara que “pegar no argumento que no passado foi feito assim, não quer dizer que estivesse bem feito.



Pergunto: a Feira de Macedo passa a ser gerida pela Junta de Freguesia de Macedo ou não? É que quando transferimos a competência, a Câmara deixa de ter qualquer intervenção nessa área.” -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que especificamente em Macedo de Cavaleiros já lhe explicou como vai funcionar para já, porque estão numa fase inicial de implementação. -----

Portanto estão em condições de deliberar e os Srs. Vereadores do Partido Socialista votem contra ou como entenderem e se quiserem façam declaração de voto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos apresentada a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 25.05.2026 referente à transferência de recursos para as Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros e submete-la à Assembleia Municipal para efeitos de autorização.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse “Este ponto concreto que hoje trazemos a esta Assembleia Municipal representa um compromisso claro deste Executivo para com as nossas Freguesias e Uniões de Freguesias, correspondendo a uma promessa assumida perante a população que agora se concretiza através do apoio previsto para o ano de 2027. Este processo traduz uma visão de governação assente na proximidade, como eu já disse, e na confiança nas Autarquias de base, reforçando a sua capacidade de intervenção e conferindo uma verdadeira autonomia às Freguesias, para que possam realmente responder de uma forma mais eficaz às necessidades das suas populações. Quero por isso deixar um agradecimento especial aos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia pela colaboração, pela disponibilidade e pelo espírito de cooperação demonstrados ao longo de todo este processo. O diálogo permanente que mantivemos foi fundamental para chegarmos a esta solução. Uma palavra de reconhecimento também para os Técnicos da Área Financeira e da Contabilidade do Município de Macedo de Cavaleiros, que têm desenvolvido um trabalho rigoroso e exigente na preparação deste processo, bem como na sua submissão junto da DGAL, permitindo criar as condições necessárias para que esta transferência de recursos se torne finalmente uma realidade. Estamos hoje a dar um passo importante para concretizar de uma vez por todas esta transferência de competências e recursos, evitando novos adiamentos e garantindo assim às Freguesias os meios necessários para desempenharem as suas funções com maior eficácia e ainda maior proximidade. É este o compromisso deste Executivo, cumprir a



palavra dada, reforçar o Poder Local e valorizar o papel insubstituível das nossas Freguesias no desenvolvimento do nosso Concelho.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal autorizando a transferência de recursos para as Freguesias/Unões de Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros para o exercício das suas competências. -----

6 - SUSPENSÃO DA TAXA DE ACESSO À ZONA BALNEAR DAS PRAIAS DA RIBEIRA E DA FRAGA DA PEGADA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA g), N.º 1, ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL ----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal 23.04.2026, que se transcreve. -----

“SUSPENSÃO DA TAXA DE ACESSO À ZONA BALNEAR DAS PRAIAS FLUVIAIS DA RIBEIRA E DA FRAGA DA PEGADA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Proposta da Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo de 20.01.2026, que se transcreve: -----

“ Considerando que: -----

1. Em 30 de abril de 2024, a Câmara Municipal deliberou dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento da Zona Balnear da Albufeira do Azibo, designadamente das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada, com vista à criação de um instrumento normativo estruturante para a gestão, ordenamento e sustentabilidade daqueles espaços; -----
2. Em 14 de maio de 2024, foi submetido à apreciação da Câmara Municipal o respetivo projeto de regulamento, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, nos termos legais; -----
3. Subsequentemente, o projeto foi submetido a consulta pública pelo período legalmente previsto de 30 dias, em cumprimento do disposto no Código do Procedimento Administrativo; -----
4. Findo esse período o regulamento foi aprovado em Assembleia Municipal extraordinária, constituindo ponto único da ordem do dia, vindo posteriormente a entrar em vigor nos termos legais;-----



5. No âmbito do referido regulamento, encontra-se prevista, no artigo 25.º, a cobrança de uma taxa de acesso à zona balnear, designadamente pela entrada de viaturas motorizadas, constituindo receita municipal afeta à gestão, conservação e manutenção da zona balnear da Praia da Ribeira; -----
6. A criação da taxa de acesso teve como objetivo, entre outros, regular a pressão de utilização, assegurar a preservação dos ecossistemas integrados na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e garantir condições adequadas de fruição do espaço;-----
7. A experiência prática decorrente da aplicação da taxa, nos períodos em que esteve em vigor, evidenciou, por um lado, uma redução do número de utilizadores, mas, por outro lado, revelou grandes constrangimentos operacionais e impactos negativos na fluidez do trânsito, nomeadamente na via municipal de acesso, conforme resulta da Informação Interna n.º 37/2026, de 6 de março, da Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos; -----
8. Na referida informação interna, cuja fundamentação se dá aqui por integralmente reproduzida, conclui-se pela conveniência da suspensão da taxa de acesso, atendendo aos efeitos colaterais verificados e à necessidade de ajustar o modelo de gestão à realidade observada; -----
9. Na sequência dessa informação, a Câmara Municipal deliberou, em 12 de março de 2026, aprovar, por maioria, a suspensão da taxa de acesso à Praia da Ribeira, com base nos fundamentos técnicos e operacionais então invocados; -----
10. Não obstante a referida deliberação, verifica-se que a norma regulamentar constante do artigo 25.º se mantém formalmente em vigor, não tendo sido objeto de alteração ou suspensão normativa, o que compromete a plena eficácia jurídica da decisão tomada; -----
11. Impõe-se, assim, proceder à adequação formal do regulamento à vontade deliberativa do órgão executivo, assegurando a conformidade entre a norma vigente e a prática administrativa, em respeito pelos princípios da legalidade e da segurança jurídica; -----
12. A medida ora proposta assume natureza transitória e materialmente favorável aos destinatários, porquanto elimina um encargo económico, não impondo quaisquer deveres ou restrições adicionais;-----
13. A proximidade da época balnear impõe a adoção de solução com eficácia útil imediata, sob pena de frustração do interesse público subjacente; -----



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '2/2' and several illegible signatures.

14. Nos termos dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, bem como dos artigos 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal aprovar regulamentos e à Câmara Municipal elaborar e submeter as respetivas propostas; -----

15. Nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, os projetos de regulamento devem, em regra, ser submetidos a participação procedimental, designadamente mediante consulta pública; -----

16. Todavia, à luz dos princípios da boa administração, proporcionalidade, eficiência e adequação procedimental, consagrados nos artigos 5.º e 56.º do Código do Procedimento Administrativo, a Administração deve modelar o procedimento em função da natureza e circunstâncias do caso concreto, evitando a prática de atos inúteis ou desnecessários; -----

17. No caso concreto: -----

i) A alteração proposta é simples, objetiva e de reduzida densidade normativa, limitando-se à suspensão de uma taxa previamente existente; -----

ii) Trata-se de uma medida integralmente favorável aos destinatários, não sendo suscetível de afetar negativamente direitos ou interesses legalmente protegidos; -----

iii) A participação pública não se revela necessária para o aperfeiçoamento da solução normativa, atento o seu carácter linear e não controvertido do ponto de vista jurídico; --

iv) A realização de consulta pública, com a duração legalmente prevista, comprometeria a entrada em vigor da medida em tempo útil para a próxima época balnear, retirando-lhe eficácia prática; -----

18. Nestes termos, a realização de consulta pública revela-se materialmente desnecessária e funcionalmente inadequada, sendo legítima a sua não realização, em conformidade com os princípios estruturantes do procedimento administrativo; -----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal, mediante aditamento de norma transitória com a seguinte redação: -----

Artigo 25º -A -----

“Norma Transitória – Suspensão da taxa de acesso” -----

“Durante a época balnear de 2026 e seguintes fica suspensa a aplicação da taxa de acesso prevista no artigo 25.º do presente regulamento, não sendo devida qualquer cobrança pela entrada de viaturas motorizadas na Zona Balnear das Praias Fluviais da Ribeira e da Fraga da Pegada, sem prejuízo de reavaliação futura do regime de acesso em função da evolução das condições de utilização e gestão da zona balnear.”



2. Determinar a não realização de consulta pública, com fundamento na natureza favorável da medida, na simplicidade da alteração, na inexistência de afetação de direitos ou interesses e na necessidade de garantir a sua eficácia útil em tempo oportuno, nos termos dos artigos 5.º e 56.º do Código do Procedimento Administrativo;
3. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para aprovação da alteração regulamentar; -----
4. Após aprovação, promover a respetiva publicação legal, condição de eficácia da norma." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a alteração ao Regulamento Municipal aditando a norma transitória constante do art.º 25.º-A com a seguinte redação *"Norma Transitória – Suspensão da taxa de acesso" "Durante a época balnear de 2026 e seguintes fica suspensa a aplicação da taxa de acesso prevista no artigo 25.º do presente regulamento, não sendo devida qualquer cobrança pela entrada de viaturas motorizadas na Zona Balnear das Praias Fluviais da Ribeira e da Fraga da Pegada, sem prejuízo de reavaliação futura do regime de acesso em função da evolução das condições de utilização e gestão da zona balnear."* Determinar a não realização de consulta pública, com fundamento na natureza favorável da medida, na simplicidade da alteração, na inexistência de afetação de direitos ou interesses e na necessidade de garantir a sua eficácia útil em tempo oportuno, nos termos dos artigos 5.º e 56.º do Código do Procedimento Administrativo. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para aprovação da alteração ao regulamento. -----

----- Votação: 4 votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e 3 votos contra (Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Susana Viana). -----

Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto: "Votamos contra a proposta de suspensão da norma do regulamento municipal por dois motivos: o primeiro, de natureza política que se fundamenta nas intervenções já apresentadas. O segundo motivo prende-se com a legalidade da decisão, ora, tomada. A proposta é ilegal na forma como pretende dispensar a consulta pública obrigatória. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, qualquer alteração material a um regulamento — e suspender uma taxa é, evidentemente, uma alteração material — exige consulta pública. A Lei não abre exceções com base na intenção política da medida, nem permite atalhos quando estão em causa direitos e interesses dos munícipes. A tentativa de avançar sem consulta pública não só viola o procedimento legalmente



exigido, como expõe o Município a impugnações e nulidades. Não está em causa o mérito da suspensão da taxa, o que está em causa é a obrigação de cumprir a Lei e de garantir que as decisões deste órgão são tomadas com transparência, segurança jurídica e respeito pelos princípios da boa administração.”-----

27/3
[Handwritten signature]

Abertas as inscrições usaram da palavra. -----

-LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) – Fez a seguinte intervenção “ Ao que julgo saber, na reunião de Câmara, esta proposta terá sido chumbada pelos nossos Vereadores, porque não foi cumprida a consulta pública que deveria ter sido tornada pública dos 180 dias. Relativamente a este assunto, e tendo nós conhecimento que o ano passado se conseguiram garantir 38 mil euros resultado da aplicação desta taxa e tendo em conta que o Azibo, de facto, é visitado por milhares de pessoas que, efetivamente, nos vem trazer prejuízo e o ónus fica da nossa responsabilidade, nós, no documento que lhe entregamos com as propostas, tentamos trazer aqui uma solução que seria uma saída mais ou menos airosa. Ou seja, a taxa de acesso do Azibo deveria promover, então, o princípio do utilizador/pagador, associado a uma utilização da Zona da Albufeira do Azibo, como sabemos todos, é a área protegida com praias fluviais que são muito frequentadas, no entanto, e isto é preciso ressaltar, nós defendemos que os residentes de Macedo de Cavaleiros não devem pagar esta taxa. Então, o tal cartão que foi apresentado inicialmente poderia ser aqui uma situação “airosa”. Eu não sei pois se calhar já não estamos nos timings ideais para resolver isto, mas este tal cartão, se pudesse garantir que os macedenses ficariam isentados desta taxa, seria o desejável. O cartão poderia, então, resolver de uma forma elegante a isenção automática da taxa para portadores do cartão, logo que identificasse-se com o seu NIF e com os seus dados claramente identificados com a matrícula do carro. E depois, o controle de acesso seria mais justo, os residentes com o cartão passariam a entrar gratuitamente, os residentes em Macedo de Cavaleiros, como já tinha referido, gerando receitas para a manutenção da área balnear do Azibo. E por que não pensar aqui também numa solução de termos um cartão de estacionamento para quem venha de fora, que pagassem uma anuidade qualquer, que beneficiassem de algum tipo de desconto, e que levasse a que essa gente, com esse cartãozinho, fosse, no fundo, persuadida a vir a Macedo. Ou seja, podia trazer aqui algum retorno, a pessoa ao ter o cartão já passaria facilmente a questão do pagamento da taxa, seria uma situação mais automática, e ao saber que tinha ali um “descontinho” no comércio local, seria, se calhar, porventura, algo persuasivo para nós termos, ou tentarmos retirar aqui algum retorno para a economia local.” -----



CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) – Fez a seguinte intervenção “Em 2024 na Assembleia Municipal em que foi aprovado este Regulamento eu disse, e continuo a dizer que nós somos favoráveis ao conceito do utilizador-pagador, no entanto, quando em troca de um pagamento o utilizador obtém um serviço que justifica esse pagamento, nomeadamente condições de segurança elementares num parque de estacionamento, mas este parque de estacionamento não existe, portanto, “cai por água” a questão da taxa cobrada ao utilizador-pagador. -----

E é um facto que todos os visitantes usufruem do espaço mas dizer que eles trazem prejuízo, estou completamente contra, antes pelo contrário, toda a gente que visita o Azibo não traz prejuízo, aquilo que traz é dinâmicas comerciais. Agora, estar a culpar os utilizadores por falta de visão que trouxesse e que criasse a necessidade desses utilizadores visitarem Macedo quando vão ao Azibo parece-me bastante desequilibrado. As pessoas que visitam o Azibo não visitam Macedo e existirão razões para isso e cabe-nos a nós pensar um bocadinho mais à frente, numa forma de médio e longo prazo e tentar perceber o que é que se pode fazer em Macedo para que essas pessoas que usufruem do Azibo e que visitam o Azibo venham também a Macedo. Porque, sejamos claros, todos nós sabemos que grande parte das pessoas que vão ao Azibo nem vêm a Macedo. Eu arrisco-me a dizer que, se calhar, Mirandela e Bragança ganham mais com o Azibo do que nós. Agora, cabe-nos a nós, enquanto macedenses e ao Executivo, delinear estratégias que tragam essas pessoas cá. De resto, se houver uma infraestrutura montada onde haja segurança para estacionar os carros, os veículos, as motos, seja o que for, sou completamente a favor da taxa do utilizador-pagador, sem qualquer problema e não sou, mas isto é a nível pessoal, propriamente favorável à isenção do pagamento pelos macedenses, única e exclusivamente por uma questão de equidade. Os macedenses pagam impostos como qualquer português em território nacional. Portanto, não sou a favor dessa isenção, mas isto é a minha opinião, pessoal.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) – Que fez a seguinte intervenção”

Em relação à consulta pública a que este documento esteve sujeito, parece-nos claro que ele necessitaria de nova consulta pública para a sua retirada. Como tal, isso é uma questão que nos deixa apreensivos, mas também há uma outra questão: a taxa não é uma taxa de estacionamento, segundo sei, é uma taxa de conservação do espaço, e não do espaço do estacionamento, mas do espaço envolvente, e aquilo que



Handwritten signature and initials in the top right corner.

eu questiono é se o Executivo que vai retirar a taxa, que é uma decisão deste Executivo, efetivamente, se já garantiu verba, que são cerca de 40 mil euros, ou muito próximo disso o valor que foi recolhido por esta taxa no verão do ano passado, se o Executivo já cabimentou verba num valor semelhante, ou se pretende desinvestir no Azibo com a retirada desta taxa." -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais dizendo: -----

“ Em relação a este ponto o Executivo propôs a introdução de uma norma transitória no Regulamento que suspende a cobrança da Taxa de Acesso de viaturas motorizadas à zona balnear das praias da Ribeira e da Fraga da Pegada, durante a época balnear de 2026 e seguintes. A taxa foi originalmente criada com objetivos legítimos, regular a pressão de utilização da zona balnear, preservar os ecossistemas da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, contribuir para a manutenção e conservação do espaço. Contudo, a experiência prática da sua aplicação revelou consequências indesejadas, como nós sabemos, constrangimentos operacionais significativos, problemas de fluidez de trânsito nas vias de acesso, dificuldades de gestão no terreno, necessidades de ajustar o modelo à realidade observada, e perante esta avaliação técnica, a Câmara Municipal considera que a suspensão da taxa permitirá melhorar o funcionamento da zona balnear, garantindo assim, simultaneamente, a possibilidade de reavaliar futuramente outros mecanismos de gestão e controle de acessos. -----

E o que é que se pretende com a suspensão? Primeiro, corrigir problemas identificados na prática, a aplicação da taxa reduziu a afluência na Praia da Ribeira, mas criou dificuldades operacionais que acabaram por comprometer a gestão eficiente do espaço. Segundo, melhorar a acessibilidade, ou seja, eliminar o encargo económico para os residentes, visitantes e famílias que utilizam a zona balnear e terceiro, garantir uma eficácia imediata antes da época balnear. A proximidade da época balnear exige uma solução rápida e operacional, evitando atrasos administrativos. Quarto, ajustar o Regulamento à realidade, e assim, a Câmara já tinha deliberado politicamente suspender a taxa, faltando apenas adequar formalmente o Regulamento para garantir a segurança jurídica. E por último e em quinto lugar, manter aberta a possibilidade da revisão futura desta taxa. A suspensão não significa assim o abandono dos objetivos ambientais, mas sim a procura de um modelo que seja para nós mais eficaz. -----

2/7
[Handwritten signature]



E em relação aos Deputados Municipais, quando questionam aqui a suspensão, nomeadamente se é ilegal e porquê que não houve a consulta pública, e aqui respondo já aos dois Deputados informando que a posição da Câmara se baseia em quatro fundamentos para não ser realizada a consulta pública. Trata-se de uma alteração simples e da reduzida densidade normativa, a medida é integralmente favorável aos destinatários, não restringe direitos nem cria novas obrigações. A realização da consulta pública comprometeria a entrada em vigor da medida antes desta época balnear, e defendemos que os princípios da proporcionalidade, da eficiência e da boa administração permitem dispensar a consulta pública neste caso concreto. A suspensão da taxa de acesso às praias do Azibo não representa um abandono dos objetivos ambientais, como já disse, da gestão sustentável da Albufeira, representa antes uma decisão pragmática baseada na experiência adquirida e corrigindo um instrumento que se revelou limitativo em relação às operações e procurando soluções mais eficazes para compatibilizar a proteção ambiental, as acessibilidades e a qualidade da experiência dos utilizadores. -----

Em relação à questão da receita foi questionado se o Município perde receita dizer que o objetivo principal desta taxa nunca foi arrecadar receita, mas gerir a utilização do espaço e se a cobrança gera custos operacionais elevados, dificuldades de trânsito e descontentamento dos utilizadores, o benefício financeiro pode não compensar os impactos negativos produzidos. Uma gestão mais eficiente pode gerar benefícios económicos indiretos através do aumento da procura turística e do consumo local e sendo assim, vamos devolver o Azibo aos Macedenses.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 41 votos a favor, 15 votos contra e 1 abstenção, aprovar nos termos propostos pela Câmara Municipal, a alteração ao Regulamento da Zona Balnear da Albufeira do Azibo. ---

7 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – 3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA – PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal datada de 05.06.2026, que se transcreve. -----
DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – 3.ª MODIFICAÇÃO MODIFICATIVA -



Handwritten signature and initials in the top right corner.

PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

-----“ Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 01.06.2026,
que se transcreve: -----

“ Considerando que a gestão municipal deve pautar-se por princípios de rigor,
transparência, equilíbrio financeiro e permanente adequação à realidade da execução
orçamental; -----

Considerando que a modificação orçamental constitui um instrumento legal e
financeiro colocado à disposição do Executivo Municipal, permitindo ajustar as
previsões inicialmente aprovadas às necessidades efetivamente verificadas ao longo
do exercício económico; -----

Considerando a necessidade de assegurar uma resposta mais eficaz às prioridades
identificadas no território, nomeadamente no apoio às freguesias e na concretização
de investimentos de proximidade com impacto direto na qualidade de vida das
populações; -----

Tenho a honra de submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal a
presente proposta de alteração aos Documentos Previsionais de 2026 – 3ª
Modificação Modificativa, a qual contempla, entre outros ajustamentos, a inclusão de
verbas de apoio destinadas à União das Freguesias de Bornes e Burga e à Freguesia
de Vale Benfeito, tendo em vista a concretização de intervenções consideradas
prioritárias e necessárias para responder às necessidades das respetivas populações.-
Este reforço traduz o reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelas
freguesias enquanto estruturas de proximidade, cuja capacidade de intervenção deve
ser acompanhada pelos meios financeiros adequados, permitindo uma atuação mais
célere e eficiente nas áreas da manutenção, beneficiação de infraestruturas e melhoria
das condições de serviço às populações. -----

A presente revisão dos documentos previsionais contempla igualmente um abatimento
da receita na ordem dos 151.450,91€ (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e
cinquenta euros e noventa e um cêntimos), ajustamento este que decorre de uma
análise prudente e realista da execução financeira em curso. -----

Tal redução encontra fundamento no facto de o montante efetivamente elegível das
candidaturas submetidas a financiamento comunitário e respetiva taxa de execução
não coincidir com a receita inicialmente prevista, pelo que por maioria de razão não
atingirá os níveis estimados em sede de orçamento inicial; -----

A presente alteração orçamental não representa qualquer desvio aos objetivos
estratégicos definidos pelo Executivo Municipal. Pelo contrário, constitui um exercício
de responsabilidade e boa gestão, ajustando as previsões orçamentais à realidade da



execução e garantindo maior coerência entre a programação financeira e a efetiva capacidade de concretização das ações previstas. -----

Com esta modificação, pretende-se assegurar a manutenção do equilíbrio financeiro municipal, reforçando simultaneamente a capacidade de resposta do Município perante as necessidades concretas das freguesias e da população. -----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a presente alteração dos Documentos Previsionais de 2026 – 3ª Modificação Modificativa, nos termos legais aplicáveis, submetendo-a posteriormente à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- Os Documentos Previsionais e a Nota Justificativa dão-se como transcritos, ficando uma cópia na pasta correspondente a esta reunião, estando os mesmos devidamente rubricados por todos os membros do Executivo. -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** relativamente a este assunto fez a seguinte intervenção “Sr. Presidente pretendo os seguintes esclarecimentos: -----

Quanto à receita gostava de saber: -----

1-Donde provem a inscrição do valor de 34.499,67€? É que nos documentos para a reunião só mandaram este mapa da receita e com este não sei o que estão a reforçar.

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que as principais alterações estão relacionadas com a provisão das verbas para as Freguesias de Bornes e Vale Benfeito. -----

----- **O Sr. Diretor do Departamento Municipal de Coordenação Estratégica** respondeu que há um reforço no valor de 34.499,67€ na aquisição de equipamento de projeto digital Cinema Vídeo, Imagem e Tecnologia que não estava previsto e devia estar e foi no âmbito de uma Candidatura que já vem do ano passado. -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** prosseguiu dizendo “Anulam 185.958,58€, sendo 43.607,02€ de receita corrente: Pergunta: donde sai esta anulação? -----

Depois oferece-me fazer a seguinte apreciação: quanto à despesa e no que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos, destaco: -----

- Reforço de 45.000€ na aquisição de mobiliário e equipamentos para os serviços municipais -----

- Reforço de 75.000€ na beneficiação e conservação bairros sociais (2026/21) -----

- 40.000€ para instalações de apoio ao campo de padel – o que vão fazer? -----

- Reforço de 37.000€ na construção de muro de suporte de terras em Vale da Porca ---

No Plano de Atividades Municipal destaco: -----



n/y
[Handwritten signature]

- Reforço de cerca de 10.000€ para situações de emergência social -----
- 10.000€ para o Táxi Social -----
- Retiram 60.000€ destinado ao transporte de doentes e a atribuir à AHBVMC -----
- 50.000€ para tertúlias literárias no Parque -----
- Reforço de 31.000€ para outras atividades culturais -----
- 156.000€ para atividades desportivas donde se destaca + 30.000 e para o Macedense e 104.000 para atividades em pausas letivas -----
- 15.000€ para a União de Freguesia de Bornes – antigo edifício da escola -----
- 15.000€ para a Freguesia de Vale Benfeito – alargamento do cemitério. -----

Em suma, esta modificação cumpre a promessa feita que todas as Freguesias seriam contempladas com apoio financeiro. É um facto. Todavia, infere-se da proposta apresentada que a forma de a poder concretizar assenta na anulação e/ou redução de verbas afetas a projetos existentes e que pela sua natureza, especificidade e timing desta Revisão, tenho fortes receios da correta execução das GOP's em curso, condicionando as do próximo exercício. A Prestação de Contas confirmará ou não este receio." -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à questão do Campo de Padel informou que vão ser feitas casas de banho e melhoria no campo de basquete. -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal. -----

----- Votação: quatro (4) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e três (3) abstenções (Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Armindo Cepeda) -----

Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto: “ na nota introdutória ao Orçamento, o Sr. Presidente da Câmara refere o seguinte: “(...) garantir que, logo que possível, seja apresentada uma Revisão Orçamental que alinhe o instrumento financeiro com a estratégia governativa que assumimos perante os cidadãos - uma estratégia assente na valorização dos Macedenses e do território, na modernização do Município, no reforço da coesão social e no desenvolvimento económico sustentado do concelho.” Essa revisão foi apresentada em fevereiro e, em nosso entender, revelou-se uma oportunidade falhada. A revisão que agora apresentam podia ter ido nesse sentido, mas não foi. Como destacamos, é mais do mesmo, ou seja, mais despesa corrente e inscrição de novos projetos que vão de encontro à estratégia de valorização dos Macedenses e do território não aparecem,



não obstante cumprirem com a promessa de apoiar todas as freguesias do concelho. Na 1.ª Revisão votámos contra porque a mesma não dava resposta à seguinte pergunta - onde está a estratégia assente na valorização dos Macedenses e do território, na modernização do Município, no reforço da coesão social e no desenvolvimento económico sustentado do concelho? Ora, porque esta vai no mesmo sentido, votamos contra a presente alteração modificativa.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse “ na 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento remeto para as justificações da proposta. As principais alterações têm a ver com a previsão de verbas para as Freguesias de Bornes e Vale Benfeito, e depois há uma diminuição da receita na ordem de 151 mil euros, que tem que ver com a atualização do mapa das Candidaturas. O que se passa com as Candidaturas reside na distinção entre o valor total da Candidatura, o valor elegível e a percentagem comparticipada, que são coisas bastante distintas. E o Setor das Candidaturas, juntamente com a Contabilidade, tem estado a fazer um trabalho entre o custo total do projeto, o valor elegível para efeitos de Candidatura e a taxa de percentagem que realmente é comparticipada. Por isso, quando alguém afirma que uma Candidatura é financiada a 85%, isso não significa necessariamente que 85% do custo total do projeto é suportado pelo Fundo, significa apenas que 85% da despesa considerada elegível é financiada. Se existirem despesas não elegíveis, neste caso, a taxa efetiva de financiamento sobre o investimento total será, obviamente, inferior. Em contexto Municipal, esta distinção é particularmente importante na elaboração de Candidaturas, pois o montante a suportar pelo Município pode resultar quer da parcela não financiada da despesa elegível, quer da totalidade das despesas consideradas não elegíveis. A taxa de comparticipação e a percentagem aplicada sobre o valor elegível e não sobre o valor total da Candidatura e havia neste campo algumas discrepâncias, em virtude da reprogramação nas Candidaturas apresentadas para o financiamento comunitário, ter revelado um montante elegível e um nível de execução inferiores aos inicialmente previstos, pelo que se conclui que a receita efetiva ficará aquém da estimada no orçamento inicial, daí essa diferença. E como não é a pretensão deste Executivo ter Orçamentos empolados, achamos por bem e em abono da verdade fazer esta retificação.” -----

Abertas as inscrições usaram da palavra. -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Que fez a seguinte intervenção “ quando foi



Handwritten signature and initials in the top right corner.

apresentado o Orçamento foi dito que não era o Orçamento ideal e que ia haver retificações e isso é normal e qualquer Executivo faz isso. E minha primeira pergunta é a seguinte, no primeiro Orçamento estavam lá quase todas as obras que estavam afetas àquele empréstimo contraído pelo anterior Executivo e questiono se mantêm isso? Porque eu nesta retificação não vi incluir mais nada, portanto desejava saber se é para incluir essas obras que estavam afetas a esse Orçamento e já agora também saber as que quer retirar. Depois relativamente às obras ali do espaço de São Pedro, dizer que o anterior Executivo tinha uma coisa bonita, prevista para este Recinto mas o atual Presidente da Câmara acha que é muito caro. Mas eu vou-lhe dizer, que não há nenhum Pavilhão desses e quem o fizer primeiro, das três Cidades, Bragança, Mirandela ou Macedo é que vai ganhar a batalha. E nós devemos pensar no futuro pois andarmos ali com remendos não vai resolver nada e gastar 2 milhões de euros para juntar as duas Naves e fazer não sei o que, e não queremos gastar 8 milhões de euros. Por isso, Sr. Presidente pense, e pense bem pois isto são questões políticas, mas eu defendo que a primeira Cidade que o fizer vai ter sucesso e se não for a nossa, daqui a uns anos vai-me dar razão que é um erro não o fazer. -----

Pretendo ainda tirar aqui umas dúvidas sobre o tal “famoso” Orçamento negativo, e já falamos tantas vezes nisso, mas já há aqui duas coisas que não são certas porque não houve nenhum Deputado Municipal que fosse multado, ao que sei só os Srs. Vereadores (Executivo) é que foram multados. E depois, dizer também que se aquele Orçamento não fosse feito as obras todas que hoje temos aí não eram feitas.” -----

----- **ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS)** – Fez a seguinte intervenção “ Sr. Presidente em relação aqui à sua intervenção antes deste ponto, dizer que para justificar a diminuição da receita, que nem sempre são os 85%, mas também deve dizer que muitas vezes é mais de 85%, porque muitas vezes temos até a devolução do IVA, portanto faz aumentar a receita. -----

Então, na Certidão da Deliberação aprovada em reunião de Câmara no passado dia 8 de junho de 2026, que foi facultada aos membros desta Assembleia, o Sr. Presidente apresenta várias justificações para mais uma Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal. A dada altura, refere o seguinte, e passo a citar, “...considerando a necessidade de assegurar uma resposta mais eficaz às prioridades identificadas no território, nomeadamente no apoio às Freguesias e na concretização de investimentos de proximidade com impacto direto na qualidade de vida das suas populações...” - Fim de citação. -----

Sr. Presidente, relativamente ao reforço das verbas destinadas às Freguesias, nada



tenho a apontar, concordo plenamente com elas. Contudo, quanto à referência da concretização de investimentos de proximidade com impacto direto na qualidade de vida das populações, confesso que fiquei com algumas dúvidas ao analisar a alteração orçamental em causa. Procurei então identificar nas rubricas, objeto de reforço, quais os investimentos concretos que justificam esta afirmação e que traduzem esse alegado impacto direto na qualidade de vida dos macedenses, mas não consegui encontrar essa correspondência de forma evidente. -----

Assim gostaria que o Sr. Presidente pudesse esclarecer a esta Assembleia: quais são concretamente os investimentos de proximidade a que se refere a deliberação, em que rubricas se encontram inscritos e qual o montante efetivamente destinado a esses investimentos no âmbito desta Alteração Modificativa. É que uma coisa é a fundamentação política constante da deliberação, outra, diferente, é a tradução dessa fundamentação nas verbas efetivamente inscritas no Orçamento. E aquilo que os membros desta Assembleia têm o dever de fiscalizar, não são apenas as intenções expressas nos considerandos, mas sobretudo a correspondência dessas intenções com a realidade financeira e Orçamental do Município.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção “ Senhor Presidente, veio aqui dizer nesta apresentação que se deve à redução do que a Câmara recebe de comparticipação e no meu entender isso seria traduzido em “cortar” aqui e ali porque recebemos menos para estes Projetos. ----- Mas o que acontece no Orçamento é uma “salgalhada” de tira um bocadinho daqui, mete um bocadinho ali, tira daqui, mete ali, ou seja, muitos dos pontos são mexidos. E nem vamos para o investimento, vamos só para o Plano de Atividade Municipais, onde já tiramos a parte dos investimentos e das funções sociais, onde há uma redução de menos de 86 mil euros: se somarmos a redução da educação de 37 mil euros, da segurança e ação social 86 mil euros, da habitação e serviços coletivos 147 mil euros, temos uma redução de 270 mil euros e sobram-nos os serviços culturais, recreativos e religiosos, onde há um aumento de 184 mil euros. Ou seja, há redução de gastos por um lado em três serviços mas há 144 mil euros para as atividades dos tempos livres. Ou seja, o que o Sr. Presidente simplificou aqui das várias alterações ao orçamento não é só pelos motivos que elencou pois é também uma questão de decisão do Executivo. -----

E em relação à ocupação dos tempos livres e de coisas que têm sido aprovadas aqui pela Assembleia Municipal dizer que temos um mapa pessoal que aumentou o número



m/n
[Handwritten signature]

de trabalhadores, mas depois temos cada vez mais verbas a ser gastas em subcontratação de serviços e andamos aqui neste Zig Zag que parece que não mas traz prejuízos para o Município, porque por um lado metemos funcionários para trabalhar na Câmara, e depois aumentamos as subcontratações. Ou seja, se temos mais funcionários, temos mais pessoas para trabalhar, temos que diminuir as subcontratações. Se não queremos ter mais funcionários e queremos ter mais subcontratações, não se contratam pessoas. Por isso, para já, são estas as minhas perguntas e é isto que eu quero ver esclarecido.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ao Deputado Manuel Mico, dizer que se mantém as obras dos empréstimos, há exceção de Talhas porque não passa pelas prioridades do Executivo, porque há outras prioridades, e eu já convidei o Presidente de Talhas para podermos sentar à mesa e ver aquilo que são as prioridades não só do Município, mas também da Freguesia. Quanto ao centro de Exposições, há a necessidade de requalificação, mas o Projeto apresentado não é comportável financeiramente. Quanto ao Orçamento negativo que disse, havia alternativas legais. Em relação a Deputada Isabel Carvalho dizer que hoje foi aqui apresentado um dos investimentos nas pessoas, e quando eu falava na proximidade era a isso que me referia, sendo que, à semelhança de outros apoios sociais, foram reduzidas verbas porque não vão ser utilizadas e essa receita estava empolada. -----

Em relação ao Deputado Luís Vaz, começo por responder o seguinte: ao que o Sr. Deputado chama de “salgalhada”, eu chamo-lhe de gestão ponderada. E eu ouvi com atenção a posição do Partido Socialista relativamente à Revisão das Grandes Opções do Plano, por exemplo, e confesso que me surpreende a facilidade com que fazem afirmações sem correspondência com a realidade do documento. E eu passo a explicar: diz o Partido Socialista que “...esta Revisão anula ou reduz verbas afetas a projetos existentes e que aumenta a despesa corrente em detrimento do investimento...”. Mas aquilo que não diz é que uma Revisão Orçamental serve precisamente para ajustar o Orçamento à execução real, à evolução dos procedimentos, às candidaturas, a financiamento e às necessidades que vão surgindo ao longo do ano e tanto assim é que o Executivo anterior, no último ano do mandato, fez cerca de 20 Alterações. Mas governar não é fazer um Orçamento para ficar fechado numa gaveta durante 12 meses, governar é acompanhar a execução, adaptar as prioridades quando necessário e garantir que os recursos públicos são realmente aplicados com responsabilidade. O Partido Socialista fala constantemente de



 estratégia. Pois bem, a estratégia deste Executivo não se mede pelo número de linhas inscritas num documento, mede-se sim pela capacidade de concretizar investimentos, de lançar obras, de apoiar as freguesias, de reforçar os serviços municipais e aproveitar todas as oportunidades de financiamento possíveis. Aliás, é curioso ouvir falar em falta de estratégia, por parte de quem durante anos governou o Concelho e deixou tantos problemas estruturais por resolver, hoje exige aquilo que não foi capaz de concretizar quando teve responsabilidades Executivas. Esta Revisão não representa qualquer recuo, representa responsabilidade, representa um rigor financeiro, representa uma gestão séria que adequa o orçamento à realidade, em vez de manter dotações fictícias apenas para alimentar um discurso político. Também não aceitamos a ideia de que existe um alegado desvio de verbas de investimentos para a despesa corrente. Sempre que existe reforços de despesa corrente, eles correspondem a necessidades reais do nosso Município, ao aumento dos custos dos serviços públicos, às respostas sociais que os cidadãos exigem e às obrigações legais que o Município tem de cumprir. Não se governa um Concelho ignorando essas responsabilidades, não é "salgalhada", chama-se gestão ponderada. O que verdadeiramente interessa aos macedenses não é retórica política, meus amigos, é saber se as obras avançam, se os projetos são executados, se todas sublinho, todas as Freguesias têm apoio e se o Município responde às necessidades das pessoas e se as Contas Públicas são geridas com rigor e é exatamente isso que este Executivo está a fazer. Por isso, esta Revisão do Orçamento não traduz falta de estratégia, traduz capacidade de gestão e entre a gestão responsável e a política do discurso, este Executivo continuará sempre a escolher a primeira. -----

Mas para terminar vamos a exemplos concretos entre 1 de Janeiro e 19 de Maio de 2026, as receitas tinham uma taxa de execução de 31,45%, ao passo que em 2025 a execução da receita era só de 29%. Por isso, este Executivo está com melhor taxa de execução. A Receita de Capital está a assegurar a Despesa de Capital e há um superavit entre a despesa corrente e a de capital de cerca de 40 mil euros. E mais, a despesa corrente diminui cerca de 390 mil euros e foi reforçada em 281 mil euros, com uma diferença de cerca de 100 mil euros. Os nossos investimentos estão a ser suportados, na maior parte, por saldos de despesas sobranter e isto quer dizer tudo e que já em Maio temos melhor taxa de execução orçamental que o anterior Executivo, mas quem está a comparar? E quanto à questão das festas e festinhas, porque já começo aqui a ficar um bocado cheio desta questão dizer que chamar festas e festinhas ao que está a acontecer em Macedo Cavaleiros não é uma posição política,



m/m
[Handwritten signature]

é a desvalorização do trabalho, da cultura e da economia da nossa economia local. É curioso que quem no mandato de 2018 e após a tomada de posse alegava, e eu passo a citar, "...em dois meses não havia tempo para organizar o Natal..." e em 2018 não tinha sido feita a Cidade Natal. Agora critique quem provou exatamente o contrário, quando há competência há capacidade e há execução. O Natal foi organizado em tempo record, a Feira da Caça de Macedo Cavaleiros foi modernizada, melhorada e confirmou-se um sucesso. O Entrudo Chocalheiro de Podence, Património Material da Humanidade, voltou a afirmar-se como um dos maiores cartazes culturais do país. A AgriNordeste tem potencial de crescimento e o engraçado é que vocês falam que a AgriNordeste é uma cópia daquilo que já foi mas no ano anterior não tinha sido assim. Enfim, isto não são festinhas, isto é a economia a mexer, cada evento destes significa hotéis e alojamentos locais com lotação máxima ou próxima da lotação máxima, restaurantes cheios, comércio tradicional a faturar, postos de combustível com movimento acrescido, produtores locais a vender vinho, azeite, fumeiro e artesanato, empresas locais contratadas para a montagem, para a segurança, para o som e para a logística. São milhares de visitantes, milhares de pessoas que deixam dinheiro no nosso concelho, no nosso território, pessoas que levam o nome Macedo para fora e pessoas que regressam porque foram bem servidas, num território do interior onde o maior desafio, como vocês sabem, é a desertificação e a estagnação económica, estes eventos são instrumentos de desenvolvimento, são política económica ativa, são estratégia territorial, são promoção externa, são criação de rendimento para famílias reais. E vão vocês dizer aos donos dos restaurantes, dos alojamentos, se querem os alojamentos cheios ou se preferem que estejam vazios. Quem reduz isto a festinhas revela só duas coisas, ou não percebe nada do desenvolvimento local ou incomoda-se com o sucesso alheio. -----

A Feira da Caça foi reorganizada, ganhou qualidade, ganhou segurança, ganhou dimensão. A instalação de uma tenda para a programação noturna não foi um luxo, foi uma responsabilidade, foi garantir segurança e profissionalismo e isso chama-se governar com visão. O Entrudo Chocalheiro não é um baile de aldeia, é um Património da Humanidade, é marca internacional, é identidade cultural com retorno económico direto, é o orgulho coletivo. -----

O Natal dinamiza o comércio numa época crucial e impede que as famílias tenham de sair do nosso Concelho para viver a Quadra noutros centros urbanos, mais perto. Isto não é despesa, isto é, meus amigos, investimento, investimento com retorno económico, investimento com retorno social, investimento com retorno identitário. A verdadeira questão é simples, preferem um Concelho parado, sem visitantes, sem



movimento, sem ambição, a um Concelho vivo, que trabalha, que organiza, que atrai, que cresce e que recebe os visitantes. Desvalorizar estes eventos é desvalorizar os empresários locais, é desvalorizar os trabalhadores da restauração, é desvalorizar as associações, é desvalorizar os Caretos, é desvalorizar Macedo e, Macedo não é pequeno, pequena é a visão de quem não consegue ver além do preconceito político o mesmo se diga da Feira de São Pedro, por exemplo.” -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Fez a seguinte intervenção “ acho que o Sr. Presidente não percebeu o que eu lhe disse, porque a dada altura, quando ele faz na proposta de libertação em que diz, “...nomeadamente no apoio às Freguesias e na concretização de investimentos de proximidade com impacto direto na qualidade de vida das populações...” o Sr. Presidente só respondeu que veio aqui baixar a receita porque estava empolada. Não disse onde é que estava o dinheiro para estes investimentos. -----

E quanto ao que esteve agora a dizer, que vocês chegaram e fizeram o Natal, fizeram tudo muito bem, com muito mérito com toda a certeza. O Partido Socialista não o fez porque não tinha dinheiro para isso.” -----

LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS) – Que no uso da palavra disse “no seguimento da minha intervenção, em parte da mesma resposta do Sr. Presidente, não era para mim, era para o Sr. Vereador, para o Rogão, acho eu, porque era o que faltava responder na reunião de Câmara às perguntas que ele tinha colocado. Por isso, não sei se tinha a ideia que eu viria com as mesmas perguntas e eu acho que respondeu a muito mais do que o que eu perguntei. Em relação às festas e festinhas, o que eu disse foi só pura a piada, ou seja, vai para aquela rubrica a que eu já chamei festas e festinhas. As festas são boas, interessa saber o que custam. Por exemplo, a Feira de São Pedro vão ser menos dias. Penso que esta não será mais cara do que foi ano passado, pois pelas contas que são públicas, é o que parece. E a questão é mesmo esta. A primeira coisa que vim aqui dizer foi o presidente deu uma justificação desta alteração e deu uma justificação muito simplificada, porque há muitas mais alterações do que aquelas que disse ali. Só quis repor a verdade e pronto, se isso ofendeu alguém não era essa a minha intenção.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atual,



com 44 (quarenta e quatro) votos a favor e treze (13) votos contra, aprovar a 3.^a Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026. -----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

8- MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026 – 2.^a ALTERAÇÃO – PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA O), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- A Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal datada de 05.06.2026, que se transcreve. -----

“ 2.^a ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2026 - PROPOSTA: DELIBERAÇÃO ----

----- Presente a Proposta do Sr.^a Vereadora Cristina Pires de 28.05.2026, que se transcreve: -----

“Considerando que o mapa de pessoal constitui um instrumento essencial de planeamento, organização e gestão estratégica dos recursos humanos da autarquia, devendo refletir, de forma rigorosa e permanentemente atualizada, as necessidades efetivas e permanentes dos serviços municipais, em conformidade com os princípios da prossecução do interesse público, boa administração, racionalização de recursos e eficiência administrativa; -----

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os órgãos e serviços preveem anualmente, sem prejuízo de posteriores alterações, o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução; -----

Considerando que compete aos órgãos autárquicos adequar a estrutura de recursos humanos às reais necessidades funcionais dos serviços, promovendo uma gestão racional, equilibrada e eficiente dos meios humanos disponíveis, em função da evolução das atribuições municipais e das prioridades estratégicas do Município; -----

Considerando que o atual contexto de crescente exigência técnica, regulamentar e operacional nas áreas da energia, eficiência energética, sustentabilidade ambiental e modernização tecnológica determina um reforço das capacidades técnicas municipais no domínio da engenharia eletrotécnica; -----

Considerando que a Unidade de Iluminação Pública, Eficiência e Modernização Energética assume atualmente funções de elevada relevância estratégica no âmbito da gestão energética municipal, designadamente ao nível da manutenção e modernização das redes de iluminação pública, implementação de medidas de eficiência energética, acompanhamento de projetos financiados, gestão de consumos



energéticos, fiscalização técnica de empreitadas e contratos, acompanhamento de intervenções técnicas especializadas e execução de políticas públicas de sustentabilidade energética; -----

Considerando que o crescente volume, complexidade e exigência técnica das atribuições cometidas à referida unidade orgânica impõem a necessidade de reforço dos recursos humanos especializados, garantindo uma resposta técnica qualificada, eficaz, eficiente e permanente às solicitações e necessidades do serviço; -----

Considerando, ainda, a necessidade de assegurar em caso de falta ou impedimento a substituição e/ou complementaridade funcional da Chefe da Unidade de Iluminação Pública, Eficiência e Modernização Energética, cuja potencial ausência compromete significativamente a capacidade de resposta operacional e técnica da unidade orgânica, podendo originar constrangimentos relevantes no acompanhamento técnico das atividades em curso, na fiscalização de intervenções e na execução dos projetos municipais associados à modernização e eficiência energética; -----

Considerando que a inexistência de outro trabalhador com a categoria de técnico superior poderá colocar em causa a continuidade e regularidade do funcionamento do serviço público municipal, com impacto direto na capacidade de planeamento, execução e acompanhamento técnico das competências municipais nesta área específica; -----

Considerando que o reforço técnico da Unidade de Iluminação Pública, Eficiência e Modernização Energética se revela indispensável à prossecução do interesse público municipal, à melhoria da eficiência dos serviços, à adequada gestão das infraestruturas energéticas municipais e ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos definidos pelo Município em matéria de eficiência energética e sustentabilidade; -----

Considerando, por outro lado, que da análise efetuada às necessidades funcionais da Secção de Educação e Parque Escolar resulta que o posto de trabalho correspondente à carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Educação de Infância, deixou de se revelar necessário à satisfação de necessidades permanentes do serviço, em resultado da reorganização interna das atividades, redistribuição funcional de tarefas e racionalização dos recursos humanos existentes;-

Considerando que a gestão dos recursos humanos municipais deve assentar em critérios de racionalidade e adequação funcional, promovendo a reafectação dos recursos disponíveis às áreas de maior necessidade operacional e estratégica; -----

Considerando que a alteração ao mapa de pessoal ora proposta não representa



m/9
[Handwritten signature]

aumento global do número de postos de trabalho previstos, nem acréscimo de despesa global com o pessoal, traduzindo antes uma medida de reorganização e ajustamento funcional da estrutura de pessoal às atuais necessidades efetivas dos serviços municipais; -----

Considerando que, se possível e sem prejuízo da adoção de outras formas de recrutamento legalmente admissíveis, deve ser privilegiado o recurso ao instrumento de mobilidade para o provimento do posto de trabalho ora criado, porquanto constitui uma solução adequada e especialmente vantajosa do ponto de vista da eficiência administrativa, permitindo assegurar uma integração célere de trabalhador detentor das competências técnicas exigidas, reduzindo tempos de adaptação e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos humanos da Administração Pública; -----

Assim, no uso da competência delegada, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugados com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal do Município, mediante: -----

a) A extinção prevista de 1 (um) posto de trabalho, por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Educação de Infância, afeto à Secção de Educação e Parque Escolar; -----

b) A criação de 1 (um) posto de trabalho, por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Técnico Superior, na área de Engenharia Eletrotécnica, a afetar à Unidade de Iluminação Pública, Eficiência e Modernização Energética; -----

2. Submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.” -----

----- Despacho do **Sr. Presidente da Câmara Municipal** de 01.06.2026: “À próxima reunião de Câmara.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Votação: quatro (4) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca), três (3) abstenções (Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Armindo Cepeda) -----

Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto “ a



proposta de alteração assenta numa fundamentação que, no nosso entendimento, não demonstra de forma convincente a necessidade efetiva da criação do posto de trabalho que propõem – Técnico Superior, área de Engenharia Eletrotécnica. Aqui sim, se se verificar a ausência pontual de recurso humano nesta área, justifica-se a celebração de um contrato por avença, aliás como ocorreu no passado, quando inexistia qualquer posto no mapa de pessoal. Reconhecemos, contudo, que a gestão de recursos humanos é uma responsabilidade própria de quem gere os destinos do município, cabendo-lhe definir a organização interna que considera mais adequada. Por não acompanharmos os argumentos apresentados, mas também por respeitarmos a autonomia de gestão, optamos pela abstenção, deixando expresso que este é um exemplo cabal de como se compromete financeiramente a autarquia para o futuro.” ---

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente a este assunto disse “Em relação à alteração do mapa pessoal, a presente proposta visa adequar o mapa pessoal do Município às necessidades, obviamente, atuais dos Serviços Municipais, sem um aumento do número global de postos de trabalho, nem da despesa com o pessoal. A análise efetuada identificou a necessidade de reforçar a capacidade técnica da unidade de iluminação pública, eficiência e modernização energética, atendendo ao crescente volume e a complexidade das suas atribuições, aliás, já falamos aqui da questão da E-redes e da questão da eletricidade, nomeadamente na gestão e modernização das infraestruturas energéticas municipais, na implementação de medidas de eficiência energética e do acompanhamento de projetos financiados, fiscalização técnica e prossecução das políticas municipais de sustentabilidade. Este reforço permitirá assegurar uma resposta técnica mais eficaz, bem como garantir a continuidade do funcionamento da Unidade em situações de ausência ou de impedimento da respetiva Dirigente. Em contrapartida verificou-se que o posto de trabalho de Técnico Superior na Área funcional de Educação de Infância afeto à Secção de Educação e Parque Escolar deixou de corresponder a uma necessidade permanente do serviço, em resultado da Reorganização Interna e da racionalização dos recursos já existentes. ---- Assim propõe-se a extinção de um posto de trabalho por tempo indeterminado da carreira categoria de técnico superior na área funcional de educação de infância, a criação de um posto de trabalho por tempo indeterminado da carreira/categoria de técnico superior na área de engenharia e eletrotécnica, a afetar a unidade de iluminação pública, eficiência e modernização energética. Trata-se de uma medida de



reorganização interna e de reafecção de recursos humanos destinados a assegurar uma melhor educação da nossa estrutura pessoal às nossas necessidades efetivas e estratégias do município.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 (quarenta e quatro) votos a favor, 7 (sete) votos contra e 6 abstenções, aprovar a Proposta referente à 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026. -----

9 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 26.º, N.º 3 DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO E ARTIGO 17.º, N.º 1 DOS ESTATUTOS DA RESÍDUOS DO NORDESTE EIM, SA). -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal 05.06.2026, que se transcreve. -----

“ **DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.:**
DELIBERAÇÃO -----

----- **Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 23.03.2026, que se transcreve:** -----“

1. Que o Município de Macedo de Cavaleiros integra o capital social da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, empresa do setor empresarial local; -----
2. Que a Assembleia Geral da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, em reunião realizada no dia 04 de dezembro de 2025, deliberou, por unanimidade, sob proposta do respetivo Conselho de Administração, aprovar a designação como Fiscal Único de «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, n.º 120 – Sobreloja, 5300-189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047»; -----
3. Que nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o Fiscal Único da empresa local, sob proposta do órgão executivo; -----
4. O disposto no n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**, que determina que “ A fiscalização da empresa é exercida por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, designado pelos órgãos deliberativos



dos municípios que a integram, diretamente ou através da associação, sob proposta do Conselho de Administração”; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros delibere: -----

1. Aprovar a designação como Fiscal Único da **Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.** da entidade «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda.», nos termos acima identificados; -----

2. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de designação, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelo Conselho de Administração em deliberação tomada a 04 de dezembro de 2025, devendo remeter-se este assunto a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.” -----

Abertas as inscrições, pretendeu usar da palavra. -----

ISABEL MARIA FAUSTINO CARVALHO (PS) – Que fez a seguinte intervenção “Sr. Presidente não podia deixar de intervir neste ponto, uma vez que na última Assembleia tivemos aqui justamente uma intervenção sobre isto. E também não ia fazer se não me tivesse chegado aos ouvidos, que parece que, do seu lado, que acham que eu lhe fiz uma rasteira. Sr. Presidente, eu não lhe fiz rasteira nenhuma. Só não me peça, é para votar alguma coisa nesta casa que eu não saiba o que estou a fazer, está bem? E na última Assembleia Municipal perguntei-lhe o seguinte: “...uma vez que, de acordo com a certidão que nos enviaram, a designação do fiscal único da Resíduos do Nordeste foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral da Empresa em 4 de dezembro de 2025, por que razão veio posteriormente à Assembleia para deliberação, e se esta Assembleia votasse contra, como ficaria a situação?...” Em resposta, o Sr. Presidente afirmou, e passo a citar, “...Sr.ª Deputada Isabel, só dizer-lhe que realmente só pode ser erro, porque é dar conhecimento à Assembleia...” Fim de citação. Aliás, essa mesma resposta ficou refletida na ata que acabamos aqui de votar, onde consta expressamente que a Assembleia tomou conhecimento. Ora, Sr. Presidente, perante os documentos que hoje nos são apresentados, a dúvida para alguns deve-se manter, ou então ainda se agravou. Afinal, em que é que ficávamos? Era apenas para conhecimento da Assembleia Municipal, como aqui foi afirmado na última sessão, ou trata-se efetivamente de uma matéria sujeita à apreciação e deliberação deste Órgão? É que as duas situações não podem ser verdade ao mesmo tempo. Se foi apenas um lapso administrativo, então importa esclarecê-lo. Se, pelo



m/n
[Handwritten signature]

contrário, a informação prestada a esta Assembleia não foi correta, também importa assumi-lo. Porque aquilo que não pode acontecer é esta Assembleia receber informações contraditórias sobre o mesmo assunto em reuniões sucessivas. Por isso, Sr. Presidente permita-me sugerir-lhe que existe uma melhor articulação entre o Executivo e os Serviços que preparam estes processos, para que a informação que chega aos membros desta Assembleia seja rigorosa, coerente e juridicamente esclarecedora. É que estamos a falar de procedimentos formais e de competências dos órgãos municipais, matérias que exigem particular rigor e onde não devia haver margem para dúvidas.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ Sr.ª Deputada, só dizer que não ligo, nem me rejo com o diz que disse e com os sururus. Na última Assembleia, na sequência de uma interpelação da Deputada Municipal, sobre este ponto, acabei por lapso, por afirmar que o mesmo era apenas para conhecimento, quando na realidade competia a Assembleia deliberar sobre a matéria. Perante esta situação resta-me assumir o erro e errar é humano e esclarecer de forma inequívoca que o ponto é, efetivamente, para deliberação. Importa ainda referir que a proposta apenas chegou ao Município no mês de Abril e acresce-se que, face às deliberações já tomadas pelos restantes Municípios, qualquer que seja o sentido de voto desta Assembleia, o mesmo não terá o impacto na decisão final, uma vez que no âmbito da Resíduos do Nordeste, a decisão já foi tomada por maioria. Trata-se de um lapso que, embora possa ter gerado alguma confusão, não causou qualquer prejuízo para o Concelho nem à Resíduos do Nordeste, cujo responsável disse que havia acontecido situações idênticas com outros Municípios.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pela Câmara Municipal designar como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste EIM, SA a Entidade de «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda. -----

10 - PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE JUÍZES SOCIAIS – LISTA DE CANDIDATOS – VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA ccc), N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL -
----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário



a deliberação da Câmara Municipal 05.06.2026, que se transcreve. -----

“ PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE JUÍZES SOCIAIS – APROVAÇÃO DE LISTA DE CANDIDATOS: DELIBERAÇÃO -----

----- Presente a Informação n.º 83/2026 da Divisão Municipal de Ação Social de 28.05.2026, que se transcreve: -----

“ Considerando que: -----

O regime de recrutamento e funções dos Juizes Sociais se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho; -----

Nos termos do preâmbulo do referido diploma, a institucionalização dos Juizes Sociais visa promover a aproximação entre os tribunais e a comunidade, através da participação de cidadãos na administração da justiça; -----

A organização das candidaturas compete à câmara municipal do município sede de cada tribunal, iniciando-se no mês de abril do ano em que se complete o biênio relativo à anterior designação, conforme previsto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho; -----

As listas de candidatos são submetidas a votação da assembleia municipal e remetidas, durante o mês de junho, ao Conselho Superior da Magistratura e ao Ministério da Justiça, nos termos do artigo 36.º do mesmo diploma; -----

A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, através da Divisão de Ação Social, promoveu a abertura do procedimento de candidaturas ao cargo de Juiz Social; -----

Os Juizes Sociais intervêm, entre outras matérias, em processos da competência dos tribunais de menores, designadamente no âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, da Lei Tutelar Educativa e do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil; -----

Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, o exercício do cargo de Juiz Social constitui serviço público obrigatório, podendo ser nomeados cidadãos portugueses de reconhecida idoneidade que preencham os requisitos legalmente previstos; -----

O procedimento de candidaturas decorreu entre os dias 14 e 27 de abril de 2026, tendo sido rececionadas nove candidaturas, conforme consta do Anexo I; -----

Após análise das candidaturas apresentadas, verificou-se que uma candidatura não reunia os requisitos legalmente exigidos, designadamente o previsto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, relativo à residência na área do município sede do respetivo tribunal, motivo pelo qual foi excluída; -----

Foram, assim, admitidas oito candidaturas, número inferior ao previsto, conforme



Handwritten signature and initials in the top right corner.

estabelecido no artigo 32º do citado Decreto-Lei;" -----

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à câmara municipal apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta; -----

Face ao exposto remete-se a presente informação para efeitos de apreciação superior e posterior submissão à Câmara Municipal, propondo-se que seja submetida à Assembleia Municipal, para votação, a lista dos candidatos a Juizes Sociais constantes do Anexo I à presente informação, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho." -----

----- Despacho da **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** de 29.05.2026: "Tomei conhecimento. Concorro com o teor da informação e parecer emitidos. Ao Sr. Presidente da Câmara para apreciação e posterior agendamento para aprovação à próxima reunião de Câmara Municipal."-----

----- Despacho do **Sr. Presidente da Câmara Municipal** de 29.05.2026: "À próxima reunião de Câmara." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal apreciou a Lista de Candidatos a Juizes Sociais e deliberou, por unanimidade, submeter a mesma para efeitos de votação à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual."-----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pela Câmara Municipal, votar favoravelmente a Lista de Candidatos a Juizes Sociais. -----

11 - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DO EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE TRAVANCA À JUNTA DE FREGUESIA DE MACEDO DE CAVALEIROS – REVOGAÇÃO DA ANTERIOR MINUTA E APROVAÇÃO DA NOVA MINUTA DO CONTRATO – PROPOSTA: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal 21.05.2026, que se transcreve. -----

" CEDÊNCIA, EM REGIME DE COMODATO, DO EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE TRAVANCA À JUNTA DE FREGUESIA DE MACEDO DE CAVALEIROS – REVOGAÇÃO DA ANTERIOR MINUTA E APROVAÇÃO DA NOVA



MINUTA DO CONTRATO – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

O Município de Macedo de Cavaleiros é dono e legítimo proprietário do edifício escolar correspondente ao antigo Jardim de Infância de Travanca, sito ao Lugar de Santa Bárbara e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o artigo matricial 827; -----

O referido imóvel se encontra atualmente sem utilização no âmbito da sua finalidade originária nem se prevê que venha a ser utilizado com propósito educativo/escolar; ----

i) Foi anteriormente celebrado contrato de comodato tendo por objeto apenas a cedência de uma parte do imóvel, prevendo-se um regime de utilização partilhada com a União das Mutualidades Portuguesas; -----

ii) A União das Mutualidades Portuguesas mediante acordo das partes e outorga de adenda ao contrato para o efeito, passou a instalar-se no Edifício “ Side Up”; -----

iii) Veio posteriormente, através de requerimento escrito, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros solicitar a cedência da totalidade do imóvel à respetiva Junta de Freguesia; -----

iv) A utilização pretendida visa a implementação e dinamização de projetos e atividades de natureza social, cultural, recreativa, comunitária e de apoio à população, prosseguindo finalidades de manifesto interesse público local; -----

v) A valorização e dinamização do património municipal através da sua afetação a fins de interesse público constitui atribuição relevante do Município e contribui para a promoção da coesão social e territorial; -----

vi) A cedência pretendida permitirá potenciar a utilização efetiva do imóvel em benefício da comunidade local, evitando a sua degradação e promovendo a conservação e funcionalidade do edifício; -----

vii) A alteração agora pretendida modifica substancialmente os pressupostos e elementos essenciais da cedência inicialmente prevista, designadamente quanto ao objeto do contrato, extensão da utilização do imóvel, regime de ocupação e responsabilidades associadas; -----

viii) Deixa de existir uma utilização parcial e partilhada do imóvel, passando a prever-se a cedência integral do edifício à Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros; -----

ix) A dimensão e natureza das alterações pretendidas extravasam o âmbito de uma mera alteração acessória suscetível de formalização através de adenda,



justificando-se, por razões de clareza jurídica, segurança administrativa e coerência contratual, a aprovação e celebração de um novo contrato de comodato; -----

x) Importa definir de forma autónoma e sistematizada o regime de utilização do imóvel, bem como as regras relativas a conservação, manutenção, encargos, responsabilidades, fiscalização e restituição; -----

xi) Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete aos órgãos municipais deliberar sobre formas de apoio às freguesias e sobre a administração do património municipal. -----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Revogar a anterior minuta de contrato de comodato relativa ao edifício do Jardim de Infância de Travanca; -----

2. Aprovar a cedência gratuita, em regime de comodato, da totalidade do edifício do Jardim de Infância de Travanca à Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros; ----

3. Aprovar a minuta do contrato de comodato anexa à presente proposta.” -----

A Minuta do Contrato Programa dá-se como transcrita, ficando cópia da mesma devidamente rubricada pelos membros do Executivo e arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, revogar a anterior minuta de contrato de comodato relativa ao Edifício do Jardim de Infância de Travanca; aprovar a cedência gratuita, em regime de comodato, da totalidade do edifício do Jardim de Infância de Travanca à Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, aprovando para o efeito a minuta do contrato de comodato.””-----

Abertas as inscrições usou da palavra. -----

JOSÉ DAVID VEIGA VAZ (PSD) – No uso da palavra disse “ Em nome da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros gostaria apenas de registar com satisfação a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara relativamente ao Jardim de Infância porque esta é uma matéria que já vem de trás e foi objeto de diálogo e debate já no anterior mandato. Como todos sabemos infelizmente era simplesmente uma questão política em vez de se ter pensado nos reais interesses da população. Ao longo deste processo a Junta de Freguesia sempre manifestou o interesse em encontrar uma solução que permitisse a valorização deste património e a sua colocação ao serviço de Travanca, assegurando uma gestão de proximidade e uma utilização adequada às necessidades da Comunidade. É também justo reconhecer aqui neste momento o atual Presidente da Câmara de Macedo enquanto, Presidente de Junta que



acompanhou este processo e sempre mostrou empenho na procura de uma solução que permitisse aproveitar este espaço em benefício da Freguesia. A proposta como disse aprovada que hoje a Assembleia vem tomar conhecimento representa por isso a concretização do objetivo há muito desejado. Devolver utilidade a um edifício que deixe de cumprir a sua função original, preservando-o e colocando-o ao serviço de iniciativas de interesse público, social, cultural e comunitário. Exemplo disso é a recente Feira das Tradições Travanca Autêntica que realizámos no passado dia 6 e 7 que aproveito desde já para agradecer também ao Município todo o apoio prestado na realização do evento, bem como agradecemos também ao Sr. Presidente, aos Srs. Vereadores e a todos os Deputados Municipais e colegas presentes. Foi só aqui pena e de certeza foi por motivos de agenda que o Sr. Vereador Benjamin Rodrigues que tantas vezes fala que também é de Travanca não tenha estado presente, mas com certeza em futuras iniciativas que se realizarão lá na escola estará presente se assim o puder. A Junta Freguesia assume este compromisso com o sentido de responsabilidade procurando honrar a confiança que lhe é depositada e garantindo que este espaço seja uma mais-valia para a população. Essa população que esperou muito por este momento e tornar-se-á hoje um dia histórico e uma vitória de todos os que nunca baixaram os braços e sempre lutaram para que aquele Edifício servisse verdadeiramente os interesses da aldeia Travanca e toda a comunidade. Agradecemos assim à Câmara Municipal e a todos que contribuíram para que este processo chegasse hoje a bom porto. Muito obrigado a todos.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.””-----

III. Intervenção do Público (cfr. N.º 1 do art.º 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do art.º 49.º do Regimento da Assembleia Municipal). -----

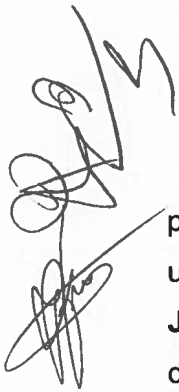
Presentes os jovens **João Liberal e Vasco Fernandes** fazendo as seguintes intervenções: -----

Vasco Fernandes – “ Represento os Atletas de Basquetebol no Macedo Academy Clube de Basquetebol no Macedo de Cavaleiros e é com enorme sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia Municipal para vos fazer um apelo que consideramos urgente, justo e legítimo. -----
Permita-me começar por explicar quem somos e o que temos vindo a construir O



2/3
[Handwritten signature]

Macedo Academy nasceu a 13 de agosto de 2024 fruto da determinação e dedicação de 20 antigos atletas e treinadores que acreditaram ser possível construir algo relevante para a basquetebol do nosso concelho e para a formação dos jovens macedenses. O nosso clube conta atualmente com escalões de minis, Sub 14 feminino e masculino e Sub 16 feminino e masculino. Somos já mais de 80 atletas e 6 treinadores. Em menos de 2 anos a atividade competitiva do Clube tem sido intensa e crescente tornando-se uma referência no Basquetebol Distrital e Regional. Desde 2025 até há data já disputamos mais de 200 jogos oficiais e um dos maiores orgulhos do Macedo Academy é o reconhecimento que tivemos por parte da Associação de Basquetebol Bragança que dos 48 atletas convocados para esta Seleção Distrital, 20 foram do Macedo Academy, isto é, dos 3 Clubes do distrito, fomos o que teve mais representação. Nós existimos mesmo e sentimo-nos orgulhosos disso, contudo, sentimos alguma tristeza quando vemos os nossos nomes referidos em vários meios de comunicação do Distrito nomeadamente no Mensageiro de Bragança, na Rádio Terra-Quente e no Nordeste Transmontano, mas aqui, no nosso Concelho, não nos fizeram qualquer referência. Vimos hoje dizer: nós existimos, nós somos de Macedo, nós representamos Macedo e porque é importante reconhecer quem nos apoia queremos deixar um sincero agradecimento ao Município de Macedo de Cavaleiros pelo apoio concedido nestas deslocações para competições, apoio esse que tem ajudado as nossas famílias e permitido que questões financeiras não sejam um obstáculo à prática desportiva. Agradecemos ainda a disponibilidade das Naves sempre que tal é possível e a hora e meia por semana no Pavilhão Municipal que nesta época desportiva nos foi disponibilizada para treino. Mas é urgente transmitir uma preocupação séria e um apelo sincero. O Macedo Academy cresceu, cresceu muito e continua a crescer mas as condições de treino não acompanharam esse crescimento. Há 4 anos, a atual Presidente do nosso Clube, na altura Atleta de outra formação do Concelho, dirigiu-se a esta Assembleia Municipal para fazer exatamente o mesmo apelo que hoje aqui trazemos O resultado foi a possibilidade da realização dos jogos em casa, no Pavilhão Municipal o que agradecemos muito pois essa possibilidade mantém-se. Mas passados 4 anos, pouco mais mudou. É certo que nesta época desportiva foi-nos disponibilizada uma hora e meia por semana no Pavilhão Municipal e ainda no decorrer deste mês, depois do fim da época do outro Clube, foi-nos disponibilizado provisoriamente o Pavilhão por mais uma hora e meia por semana. É de destacar que nesta fase final já não tínhamos Naves há mais de 2 meses. Sabemos que o atual Executivo está a trabalhar numa solução para o futuro do desporto do nosso concelho e reconhecemos esse esforço Mas nós vivemos no



presente, treinamos no presente e competimos no presente e precisamos urgentemente de mais tempo no Pavilhão e muito maior disponibilidade das Naves.” ---

JOÃO LIOBERAL “ Considerando o crescimento do Clube e a falta de espaços disponíveis estamos a aproximar-nos de uma situação muito difícil. Sempre que há eventos nas naves, ficamos durante semanas ou meses sem acesso às mesmas, o que limita fortemente a nossa preparação e coloca-nos em desvantagem em relação aos nossos adversários Durante esses períodos, somos obrigados a procurar alternativas, porque os nossos treinos não podem parar. A alternativa é o campo no Piaget, pelo qual agradecemos muito, pois permite-nos treinar regularmente. No entanto, esse campo condiciona a nossa preparação em muitos aspetos, por exemplo na adaptação às tabelas, aros e ao tipo de piso. Além disso, a diferença de cerca de 7 metros entre o campo onde treinamos e o campo onde jogamos influencia a velocidade e intensidade do jogo. Até a perceção do tamanho do campo é muito diferente, no Pavilhão Municipal temos mais espaço e isso influencia por exemplo, a força de um passo ou de um lançamento porque nos treinos estamos habituados a ter outros pontos de referência e, claro, também há maior risco de lesões e embate em obstáculos. Tudo isto condiciona a nossa prestação em dias de jogo. Além de todas estas dificuldades, imaginem concentrar várias equipas, 80 atletas neste único espaço, ou seja, vários escalões a treinar ao mesmo tempo. Isto condiciona muito os horários de treino o que tem um impacto ainda maior para os atletas que residem nas aldeias, pois reduz o tempo de descanso e de estudo. Reparem que mesmo perante todas estas limitações continuamos a ser um dos clubes mais competitivos e mais representativos do Distrito, por isso imaginem o que poderíamos alcançar se tivéssemos as condições adequadas. O Macedo Academy é uma família e numa família não deveria haver favoritos, mas dada a falta de espaços, somos obrigados a fazer escolhas difíceis. O escalão sub-16 onde me encontro é atualmente o único que consegue realizar um treino semanal no Pavilhão Municipal e este é partilhado com as sub-16 feminino. Os outros escalões só conhecem verdadeiramente as condições do Pavilhão Municipal no dia de jogo. Não nos parece justo. Os atletas do Macedo Academy competem em campeonatos distritais, regionais e nacionais. Representam o concelho com dignidade, levam o nome do Macedo de Cavaleiros para todo o lado. Trabalham diariamente para melhorar, esforçam-se e sacrificam-se. Nós merecemos mais. Resumindo, uma hora e meia por semana para 5 equipas no Pavilhão Municipal. Ou seja, uma hora e meia por semana para mais de 80 atletas, é muito pouco para quem compete com seriedade e procura evoluir. Por isso, o nosso pedido é simples e



claro. Precisamos de mais tempo de treino no Pavilhão Municipal. Assim, apelamos a que a gestão do Pavilhão Municipal para a próxima época desportiva seja assegurada com maior equidade. Apelamos a que sejam privilegiados os Clubes de Atletas em formação, em detrimento de grupos particulares que não representam o Concelho. Sentimos que somos frequentemente colocados em segundo ou terceiro plano no acesso às condições necessárias para a prática desportiva. Aprendemos na Escola e no nosso Clube que apostar no desporto é sinónimo de apostar na saúde, na educação e no nosso futuro. Acreditamos que os jovens do Macedo de Cavaleiros merecem esta aposta e não é uma aposta às cegas, pois temos dado provas do que somos capazes. O que é preciso mais para acreditarem em nós? Muito obrigada pela vossa atenção.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ Antes de mais, quero saudar o Macedo Academy pelo trabalho que tem vindo a desenvolver em tão curto espaço de tempo e não só pelo trabalho mas também pela gala que realizou há pouco tempo. Dou-vos os meus parabéns. -----

O crescimento do número de atletas e a participação em competições regionais e nacionais e a presença destes atletas e treinadores nas seleções distritais são motivo de orgulho para o Concelho e para mim especialmente. E digo para mim porque, como se costuma dizer, eu sou do Basquete. Sempre foi a minha modalidade na minha formação. E, dito isto, importa também repor alguns factos. -----

O Município tem apoiado esta Associação, como foi referido desde a sua criação, nomeadamente através do apoio nas deslocações, para a participação nas competições, apoio esse que a própria Associação reconhece como fundamental para o desenvolvimento da sua atividade. Relativamente às condições de treino, é evidente que todos gostaríamos de dispor de mais tempo e mais espaço para todas as modalidades, no entanto, como sabem, o Pavilhão Municipal é um equipamento com uma taxa de ocupação muito elevada, utilizado diariamente pela comunidade escolar, pelos clubes, pelas associações e por outros grupos organizados. Perante a necessidade identificada pelo Macedo Academy, este Executivo não ficou parado, nem ignorou o problema, pelo contrário, procurou uma solução concreta e sustentável. Encontra-se já em fase de aquisição o equipamento necessário, e eu queria vir aqui hoje com outras palavras, dizer que já estão lá, mas ainda não estão, porque não foi possível mesmo. Encontra-se já em fase de aquisição o equipamento necessário para adaptar o espaço multiusos municipal à prática do basquetebol, criando assim um



novo local de treino para a modalidade, e estamos a falar do Multiusos ao lado do Municipal. Esta solução permitirá que os atletas possam treinar num espaço com as características muito mais próximas das encontradas em competição, valorizando simultaneamente o equipamento municipal que se encontra subaproveitado, na nossa opinião, e permite fazê-lo sem retirar as condições aos restantes utilizadores dos equipamentos desportivos do Concelho. Vamos fazer com que haja mais horas de Pavilhão para o próximo ano desportivo, por isso mais importante do que discutir a distribuição de uma ou outra hora de utilização é reconhecer que o Município identificou uma necessidade, encontrou uma solução e está a concretizá-la e é essa a nossa responsabilidade e é isso que estamos e vamos fazer." -----

V. Encerramento

Eram vinte e uma horas e não havendo mais nada a tratar, foi pela excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

